

POVO LIVRE

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

MERECE

REPROVAÇÃO

No primeiro dia da iniciativa “Sentir Portugal em Coimbra”, na segunda-feira, o líder do PSD lembrou que há “dezenas de milhares de alunos que não têm pelo menos um professor a uma disciplina”. Luís Montenegro defende que a solução passa por criar condições de valorização da carreira dos docentes

12 PSD

É FUNDAMENTAL ENCONTRAR SOLUÇÕES PARA OS PROFESSORES

“O processo negocial com os professores tem de chegar a bom porto”, afirmou Margarida Balseiro Lopes, acrescentando que o Governo está a “empatar” nas negociações

16 LOCAIS

PSD DE CONDEIXA-A-NOVA DEFENDE A DEMISSÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Para o PSD, Nuno Moita deve renunciar ao cargo pelas mesmas razões invocadas na sua demissão da liderança da Federação de Coimbra do PS

22 REGIONAIS

GOVERNO AÇORIANO CRIA PROGRAMA PARA INCENTIVAR AUMENTOS SALARIAIS

O governo açoriano anunciou a criação do programa “Mais”, orçado em 10 milhões de euros, para incentivar aumentos dos salários



QUESTIONAR O QUESTIONÁRIO

Para que serve, afinal, o mecanismo de verificação prévia criado pelo Governo



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Após uma passagem de ano envolta em polémicas relacionadas com a constituição do governo, com um ritmo de entradas e saídas digno de um “reality show”, António Costa e o seu governo voltaram a apresentar uma solução pífia e inconsequente como resposta a um problema estrutural – enfim, neste caso concreto, não fosse um caso sério, até poderia ter alguma piada.

Em bom rigor, depois de tanta trapalhada e demissões, o Primeiro-Ministro quis colocar o ónus da decisão no Presidente da República, que, naturalmente e com a concordância de todas as restantes forças políticas, se escusou de tal função, lembrando que a decisão sobre convites para o executivo é sempre da responsabilidade do chefe do Governo, deixando subentendido um apelo a maior rigor e competência na escolha.

Mas, como é habitual, não podendo imputar as responsabilidades sobre outra entidade, o Governo partiu para outra solução “criativa”, que passou por um questionário de pré-seleção, sob o nome de “mecanismo de verificação”, para que a pompa do léxico pudesse validar mais um embuste nos critérios de seleção.

Tudo espremido, surge um pequeno teste de resposta múltipla (curioso, ou não, numa altura em que a educação está no estado em que está, com tanta contestação na rua e agitação social, o Governo aparece com um “teste de cruzinhas” para aferir se uma pessoa serve para o governo), que não pergunta mais do que banalidades sobre a vida dos eventuais futuros membros do governo, apenas para evitar casos polémicos, quando tudo o que lá está deveria ser verificado por quem faz o convite antes de falar com a pessoa para aferir da sua disponibilidade.

Desta forma, ficamos com um questionário feito pelo próprio Governo, sem qualquer tipo de fiscalização externa, secreto ao ponto de nada acontecer caso o candidato, por exemplo, confesse algo menos lícito no seu preenchimento, e que não traz nenhuma novidade, pois, como no caso da Secretária de Estado Carla Alves, os pormenores eram já do domínio público, o que não impediu que o convite para o executivo surgisse na mesma.

Ou seja, este mecanismo para nada serve, nem na forma nem no conteúdo, e não passa de uma fraca encenação de tentativa de escusa de responsabilidades das quais o Governo, na verdade, jamais poderá se alijar.

Curiosamente, este questionário não tem valor retroativo para os atuais membros do Governo. Em nome da transparência e do rigor, seria pertinente que todos os membros do Governo respondessem ao inquérito que aprovaram, tendo por referência a data de entrada para o Executivo.

Assim, sobra uma derradeira pergunta: para que serve, afinal, este questionário?

E é com este nível de gestão corrente que vamos sendo governados por esta maioria Socialista, para quem as elementares regras de ética democrática são ultrapassadas pelo clientelismo partidário e pela falta de quadros válidos para se juntarem à causa de uma governação mais desgovernada.

LUÍS MONTENEGRO NO 39.º ANIVERSÁRIO DOS TSD

DR. COSTA, PREENCHA O QUESTIONÁRIO E DIGA AO PAÍS SE TEM CONFIANÇA NO GOVERNO

Luís Montenegro acusa António Costa de querer passar a responsabilidade para outros, a propósito do questionário que criou para escrutinar os futuros governantes.

Intervindo no 39.º aniversário dos Trabalhadores Social Democratas, em Vagos, esta sexta-feira, o Presidente do PSD desafia o Primeiro-Ministro a aplicar o mecanismo de fiscalização prévia, ou seja, o questionário das 36 perguntas, ao seu Governo. “Este questionário não é para resolver nenhum problema do país, é só para resolver um problema do doutor António Costa, mas o problema é ele, que não sabe escolher ou escolhe mal. O problema é ele, que não quer assumir a responsabilidade e passá-la às pessoas e quer arranjar maneira de que, qualquer dia, ninguém queira ir trabalhar com ele. Se ele acha que trabalhar com ele é preciso responder aquele questionário, então a primeira coisa que ele tem de fazer é dar já a quem já está a trabalhar com ele a folha para ser preenchida, para ele verificar se está ou não em condições de garantir a confiança daqueles que trabalham com ele, hoje. Senhor António Costa, tenha coragem, dê os questionários aos seus ministros e secretários de Estado e depois diga ao país se tem ou não confiança em todos os membros do seu Governo”, assinalou.



”

“Eu quero dizer ao doutor António Costa: deixe-se de habilidades”

Luís Montenegro



O líder do PSD apelou ainda ao Primeiro-Ministro para que “governe a favor dos cidadãos”. “Eu quero dizer ao doutor António Costa, deixe-se de habilidades, de truques, de subterfúgios, de andar a minar a comunicação social com questões laterais, deixe de ter uma máquina a mandar lama para os seus adversários. Governe a favor das pessoas, governe a favor do crescimento da economia e da transformação dos nossos serviços públicos para servirem os nossos cidadãos”, disse.

Os governos socialistas nivelam tudo por baixo

Em concreto, Luís Montenegro critica os governos socialistas de nivelarem a sociedade por baixo, criando uma “sociedade desequilibrada, injusta e pobre” e cada vez mais dependente do Estado.

Além dos 1,9 milhões de portugueses que estão no limiar da pobreza e dos 4 milhões que estariam no limiar da pobreza se não recebessem apoios sociais, o líder do PSD recorda que “há cada vez mais portugueses que ganham o salário mínimo nacional”.

De igual modo, Portugal não pode continuar a ter pessoas que se levantam para trabalhar e, no final do dia tenham um rendimento inferior a quem não tem esse esforço. “É que há gente que trabalha e que no final do dia consegue ganhar menos dinheiro do que gente que não trabalha e isto é um sinal de pobreza. Isto é talvez a melhor imagem de pobreza de uma comunidade, de um país”, sustentou.

Luís Montenegro considera que “não nos podemos conformar” com “uma sociedade desequilibrada, injusta, pobre” e sem oportunidades. “O país precisa efetivamente muito de nós, não pode continuar muito mais tempo a ser governado com esta irresponsabilidade, ligeireza e incapacidade de tratar do que é de todos, do futuro de todos”, referiu.

Ao longo do seu discurso, Luís Montenegro venceu ainda que não se consegue “suportar mais uma governação que chega a um pântano, uma bancarrota ou a um estado de empobrecimento” que coloca Portugal na cauda da Europa. Pelo contrário, sublinhou Luís Montenegro, “o PSD é um partido que valoriza o trabalho, o esforço, o mérito, que valoriza a capacidade que cada um dá para criar riqueza e todos vivermos melhor”.



SENTIR PORTUGAL EM COIMBRA

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO MERECE REPROVAÇÃO

Luís Montenegro considera que “a política de educação do Governo merece a reprovação, o chumbo”, numa semana em que os professores prosseguem com a contestação e iniciaram uma greve nas escolas de todo o país.

No primeiro dia da iniciativa “Sentir Portugal em Coimbra”, na segunda-feira, 16 de janeiro, o líder do PSD lembrou que há “dezenas de milhares de alunos que não têm pelo menos um professor a uma disciplina”.

Além disso, há milhares de alunos que ainda não recuperaram as aprendizagens perdidas durante a pandemia de covid-19.



“Ficou mais claro com este movimento de indignação e de contestação dos professores que, sete anos depois de António Costa ser Primeiro-Ministro e o PS liderar o governo, (...) os professores não veem valorizada a sua carreira, não veem resolvidos problemas estruturais como aqueles que decorrem de colocações, que são muito difíceis de entender, e que fazem com que, muitos deles, não tenham condições de viabilidade económica para lecionar, tal é o nível das despesas com alojamento, deslocações e alimentação que têm de suportar, versus o rendimento que têm”, assinalou.

Segundo o Presidente do PSD, vive-se agora “um período muito crítico, quase caótico” no ensino e onde sobressai uma “incapacidade notória do Governo” e a “arrogância” do ministro da Educação em lidar com os protestos.





Sete anos depois de o PS liderar o governo, os professores não veem valorizada a sua carreira

Luís Montenegro

“Se, por um lado, precisamos de garantir aos professores o direito ao protesto e à contestação, por outro lado, isso já está a causar danos muitos substanciais aos alunos e às famílias, que não têm onde deixar os seus filhos ou têm de ficar em casa, inibidos de trabalhar”, vin- cou.

Por isso, defende que a solução passa por criar condições de valorização da carreira e de se negociar com os professores.

“Sentir Portugal em Coimbra” decorre até sexta-feira e irá percorrer todos os 17 concelhos: Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.



MOVIMENTO ACREDITADO ARRANCOU E

O primeiro tema de reflexão e disc

”

**O PSD quer
conectar-se com
as preocupações
dos portugueses**

Pedro Reis



ACREDITAR EM COIMBRA

Discussão foi a demografia



O movimento Acreditar, plataforma de discussão com a sociedade civil consagrada na moção de Luís Montenegro do 40.º Congresso, promoveu em Coimbra, na segunda-feira, 16 de janeiro, a primeira iniciativa associada à nova etapa do programa “Sentir Portugal em Coimbra”.

O primeiro tema deste roteiro foi a demografia, um dos desafios estruturais do país, numa reunião que juntará, além do Presidente do PSD e dos coordenadores do Acreditar e do Conselho Estratégico Nacional (CEN), personalidades que têm uma palavra a dizer sobre o impacto que “o inverno demográfico” tem em áreas como a saúde e educação.

Segundo Pedro Reis, o tema demográfico será abordado em dois planos: um plano de fundo de como é que se recupera a taxa de natalidade que torne um país sustentável. Depois, há medidas que necessariamente terão de ser pensadas, como políticas de emigração ativa, qualificada e direcionada para colmatar as nossas lacunas”, enunciou.

Além do “roteiro Acreditar”, que estará associado mensalmente à deslocação de Luís Montenegro por um distrito do país, o movimento quer organizar “quatro ou cinco” grandes encontros por ano, com uma dimensão nacional e também centrados em temas, como educação, qualificação e talento; saúde e bem-estar; mobilidade, sustentabilidade e ambiente; ou economia, produtividade e internacionalização.

Em entrevista à Lusa, Pedro Reis, coordenador do movimento Acreditar, considerou que as iniciativas do movimento serão “termómetros, antenas” que o PSD quer colocar no país e na sociedade civil para se “conectar com as aspirações para o futuro e as preocupações dos portugueses”.



A forma como o Estado se organiza não liberta crescimento



PSD tem um “espaço enorme” para se distinguir do PS

Pedro Reis defende que o PSD tem um “espaço enorme” para se distinguir do PS na agenda económica e considera o atual modelo económico “profundamente insuficiente” pela incapacidade de gerar crescimentos fortes.

O gestor e antigo presidente da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) frisa que ter finanças públicas saudáveis é “um ponto de partida”, mas “não chega”. “Eu costumo dizer que a economia portuguesa, se fosse um carro, tinha uma pedra à frente, que é a burocracia, e uma pedra em cima, que era a fiscalidade. Não consegue mexer o carro, acelerar o carro da economia portuguesa, daí nós andarmos há 20 anos com crescimentos anémicos”, apontou.

Pedro Reis entende que as contas públicas certas visam “gerar crescimento”. Nesse quadro, é preciso apostar na “vitalidade do setor privado” e internacionalização da economia, o que implica “o combate à

burocracia, a redução da fiscalidade, e melhores condições de competitividade”.

Segundo o gestor, a forma como o Estado se organiza “não liberta crescimento”, sublinhando que muitos funcionários públicos – citando o exemplo da AICEP – “nada ficam a dever aos melhores profissionais do setor privado”, mas depois “não estão motivados para trabalhar mais e melhor”.

Pedro Reis acusa, ainda, o Governo e o PS de não darem “respostas concretas” sobre como é que as suas políticas vão gerar “crescimentos fortes”. “Eu não vejo essa agenda, acho que o PSD tem um espaço enorme de progressão nesta agenda e é por isso que queremos ouvir o país, porque quem sabe são as pessoas que estão pelo país fora a criar riqueza e isso é algo que está no DNA do PSD, é aí que o PSD nasceu e é aí que o PSD tem de construir a sua alternativa”, referiu.

É FUNDAMENTAL ENCONTRAR SOLUÇÕES PARA OS PROFESSORES

“O processo negocial com os professores tem de chegar a bom porto”, afirmou Margarida Balseiro Lopes, acrescentando que o Governo tem andado a empatar o processo negocial com esta classe.

A vice-Presidente do PSD apelidou como “inaceitável o tom persecutório com que muitas vezes” o atual Executivo se tem dirigido aos professores. “Ainda ontem ainda assistimos a uma conferência de imprensa do Ministro da Educação” em que se procurou “virar a sociedade contra os professores quando aquilo que se pedia é que ao fim de tantos meses” se chegasse a uma conclusão do processo negocial.

Para Margarida Balseiro Lopes, não há sinais de que o Governo esteja de boa-fé neste processo. O Exe-

cutivo tem de se preocupar com os efeitos que a atual situação está a ter nas escolas e nos alunos, considerou, “mas não sabemos o que o Governo pensa e tem a dizer”.

“Não estão a ser dadas condições às pessoas que fazem o exercício pleno da sua profissão”, disse. “O que é necessário é tornar esta carreira atrativa e dar estabilidade aos professores, aos alunos, aos encarregados de educação e a toda a escola”, concluiu a vice-Presidente do PSD.



Comunicado sobre os professores e as escolas

O PSD acompanha com muita preocupação o que se tem passado nos últimos meses nas escolas, resultante da incapacidade de o Ministério da Educação em concluir um processo negocial com a classe docente, e que resultou na manifestação de hoje.

Repudiamos por completo o tom persecutório com que o Ministro da Educação se dirigiu à classe docente, procurando usar os alunos como arma de arremesso político, ao tentar colocar os encarregados de educação contra os professores.

Condenamos igualmente as suspeições levantadas quanto à legalidade da greve. Este tipo de coação sobre a classe docente já tinha sido ensaiada em relação à questão da mobilidade por doença, sem que saibamos, ao dia de hoje, de diligências tomadas no sentido de comprovar as suspeições feitas.

O PSD considera fundamental que o Governo valorize a carreira dos professores, garanta melhores condições para o exercício da sua profissão e encontre respostas para o problema grave de falta de docentes nas escolas públicas portuguesas.

Recorde-se que o 2.º período letivo começou com greves e manifestações, a que se junta o facto alarmante de cerca de 20 mil alunos continuarem sem aulas a, pelo menos, uma disciplina. O



número elevado de aulas perdidas, o atraso na recuperação das aprendizagens decorrentes da pandemia e o crescente ambiente perturbado instalado nas nossas escolas são consequência do ziguezague incendiário das declarações do Ministro da Educação, João Costa.

Recorde-se que o atual Ministro da Educação faz parte da equipa governativa há 7 anos. Neste período, o Governo foi incapaz de solucionar, antes agravar, vários problemas do sistema educativo português. Desde logo a falta de docentes, consequência do seu envelhecimento, e, ainda, a falta de atratividade de uma carreira que tem sido pouco valorizada.

A falta de valorização da carreira docente está patente nos seguintes números: o número de candidatos aos cursos de formação inicial de professores caiu cerca de 70%, enquanto nos últimos dez anos mais de 10 mil professores profissiona-

lizados optaram por abandonar a carreira e o sistema educativo.

O PSD considera que o tom inflamado e persecutório com que a tutela tem lidado com as muitas e legítimas greves que têm tido lugar em nada contribui para a estabilidade do sistema educativo.

Este é o retrato do Ensino atualmente em Portugal: sistemáticas alterações de uma política educativa, crescente e desnecessária burocracia aliada à falta de condições de trabalho individual e colaborativo, asfixia do trabalho diário de professores e educadores, em prejuízo daquilo que realmente interessa aos pais e encarregados de educação, ou seja, que os seus educandos usufruam de melhores condições de acesso ao conhecimento e à formação em todas as áreas do currículo.

Estando solidário com muitas das pretensões da classe docente, o PSD

considera fundamental o Governo encetar esforços no sentido de:

1. Valorizar a carreira docente, criando mecanismos legais que valorizem a estabilidade profissional docente e que a tornem mais atrativa;
2. Adotar medidas estruturais inovadoras e urgentes para inverter a falta de professores atraindo os jovens para os cursos de formação inicial de professores;
3. Iniciar a discussão com as organizações representantes dos professores a alteração do modelo de avaliação docente tendo em vista a valorização da profissão e da carreira docente, recompensando os bons professores e, consequentemente, as suas escolas/agrupamentos;
4. Criar condições para valorizar o salário em início de carreira docente;
5. Criar incentivos salariais e fiscais para a fixação de docentes em

zonas de baixa densidade ou onde há falta de professores, como por exemplo na região de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve;

6. Adotar as medidas necessárias para a diminuição da carga burocrática na atividade profissional dos professores, recentrando o seu desempenho profissional nas atividades letivas;

7. Iniciar um processo negocial com as organizações representantes dos docentes para que seja recuperado o tempo de serviço em falta para efeitos de aposentação, despenalizando as aposentações antecipadas e majorando o valor das respetivas pensões, tal como o PSD defendia no programa eleitoral apresentado nas últimas eleições legislativas;

8. Criar condições para eliminar as vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões, um garrote que não existe noutros escalões.

PSD PRESSIONA COSTA PARA DAR RESPOSTAS SOBRE CASO BANIF

O PSD voltou a exigir respostas ao Primeiro-Ministro sobre a polémica com o ex-governador do Banco de Portugal. Em causa está a alegada intromissão na supervisão bancária e a resolução do Banif.



Numa intervenção em plenário, na Assembleia da República, dia 11 de janeiro, o Presidente do grupo parlamentar, Joaquim Miranda Sarmiento, fez a pergunta a António Costa: “Quando é que pretende responder às questões do PSD?”

O grupo parlamentar do PSD entregou doze perguntas a 23 novembro, dirigidas ao primeiro-ministro, sobre as revelações do ex-governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, a propósito de uma alegada interferência na supervisão, mas, até agora, não obteve qualquer resposta.

No debate, em plenário, Miranda Sarmiento defendeu também que “entre 2023 e 2027 Portugal vai ser o país da coesão [da União Europeia] com o menor crescimento económico”, fruto da política do governo socialista.

“Até à pandemia estivemos a recuperar da bancarrota socialista”, concluiu Miranda Sarmiento.

WHATSAPP

Para receber as nossas comunicações, via WhatsApp, adicione o 911 111 581 à sua lista de contactos e envie-nos a mensagem “Começar”.

**JUNTOS, VAMOS FAZER PORTUGAL
VOLTAR A ACREDITAR**



PSD QUER OUVIR MINISTRO DA DEFESA

O PSD pretende ouvir o ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho, em comissão parlamentar, sobre a sua atuação à frente da Defesa, por causa da operação “Tempestade Perfeita”.

No requerimento dirigido à Comissão de Defesa, os sociais-democratas fazem uma lista de 30 perguntas às quais consideram que João Gomes Cravinho não deu resposta no debate de urgência sobre este assunto em plenário, realizado em 20 de dezembro.

Além do ex-ministro da Defesa e atual titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, o PSD quer ouvir o atual secretário de Estado da Defesa, Marco Capitação Ferreira.

Segundo o PSD, Gomes Cravinho deve esclarecer “quando é que teve conhecimento de que as obras de reabilitação do antigo Hospital Militar de Belém tinham custado o triplo do que estava inicialmente orçamentado” e, “se não autorizou” esse aumento de despesa, “quem o fez”.

Várias perguntas incidem sobre a auditoria da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, como “que motivos justificaram que a mesma tenha permanecido por enviar à Procuradoria-Geral da República (PGR) durante 6 meses” e “quais as razões para ter decidido manter a referida auditoria classificada como confidencial, mesmo após a emissão de um parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)”.

O PSD pergunta também a Gomes Cravinho “por que razão não foi determinada a abertura de um processo disciplinar ao diretor-geral dos Recursos da

Defesa Nacional”, Alberto Coelho – que em 2021 não foi reconduzido neste cargo, mas foi depois nomeado para a administração da Empordef Tecnologias de Informação (ETI), e que é um dos arguidos da operação “Tempestade Perfeita”.

Os sociais-democratas interrogam quais os motivos que levaram à nomeação de Alberto Coelho para a administração ETI mesmo “face às dúvidas” surgidas, e “que diligências mais tomou” o então ministro da Defesa “relativamente ao futuro do antigo Hospital Militar de Belém”.

O atual ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho, foi ministro da Defesa Nacional entre 2018 e 2022. A operação designada “Tempestade Perfeita”, de acordo com a Polícia Judiciária, é “uma investigação criminal cujo objeto visa apurar da eventual prática, entre o mais, de crimes de corrupção ativa e passiva, peculato, participação económica em negócio, abuso de poder e branqueamento, ilícitos relacionados com adjudicações efetuadas, por parte de organismo da Administração Central, a diversas empresas, as quais lesaram o Estado português em muitos milhares de euros”. Em causa estão gastos de cerca de 3,2 milhões de euros na empreitada para reconverter o antigo Hospital Militar de Belém, em Lisboa, num centro de apoio à covid-19, obra que tinha como orçamento inicial 750 mil euros. A derrapagem foi revelada por uma auditoria da Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN).





PSD DE CONDEIXA-A-NOVA DEFENDE A DEMISSÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

O PSD de Condeixa-a-Nova entende que o Presidente da Câmara, Nuno Moita, deve renunciar ao cargo pelas mesmas razões invocadas na sua demissão da liderança da Federação de Coimbra do PS.

“Os valores deveriam ser iguais. Então de que é que o presidente está à espera para sair da Câmara Municipal?”, questionou a presidente da Comissão Política Concelhia do PSD, Diana Pereira Santos.

Na sua opinião, Nuno Moita, “uma vez que sai da Federação do PS e pelos motivos que invoca”, deveria abandonar igualmente a presidência da autarquia, “por uma questão de respeito pelos condeixenses”.

“Se o ainda presidente da Câmara considera ser a sua demissão da Federação Distrital do PS o melhor para os militantes do PS, os munícipes de Condeixa também merecem que seja tomada esta mesma atitude, não comprometendo o funcionamento e bom nome da instituição a que preside”, preconizou o PSD, num comunicado hoje divulgado.

Para a estrutura partidária liderada por Diana Pereira Santos, membro da Assembleia Municipal, Nuno Moita “não reúne condições políti-

cas para continuar a exercer o cargo público de presidente da Câmara de Condeixa-a-Nova, estando numa situação política fragilizada e instável que prejudica sobretudo o município”.

A recente condenação de Nuno Moita “pelo crime de participação económica em negócio”, segundo o PSD de Condeixa-a-Nova, “terá mais implicações no exercício” do cargo autárquico “e na vida dos seus munícipes”.

Numa reunião da Comissão Política Nacional do PS, Nuno Moita demitiu-se da liderança da Federação de Coimbra do partido. No dia 5, tinha sido condenado em tribunal a uma pena de quatro anos de prisão, com suspensão da execução da pena, por favorecimento de empresas quando era vice-presidente do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ).

CÂMARA DE REDONDO REFORÇA ORÇAMENTO PARA NOVAS COMPETÊNCIAS

O orçamento da Câmara Municipal de Redondo para este ano aumentou 1,5 milhões de euros em relação ao de 2022, devido às verbas para as novas competências.

O Presidente do município, David Fialho Galego, indicou que o aumento do orçamento se deve à “incorporação das verbas associadas às transferências de competências” nas áreas da educação, saúde e ação social.

Contudo, “não só os valores transferidos pelo Governo para fazer face às três áreas são insuficientes, como a Câmara de Redondo receberá menos 43.480 euros do Orçamento do Estado comparativamente com o ano de 2021”.

A Câmara de Redondo, no distrito de Évora, tem para este ano um orçamento de 12 milhões de euros, mais 1,5 milhões em relação ao de 2022, já que, no ano passado, foi de 10,5 milhões de euros.

O orçamento foi aprovado, por maioria, tanto na câmara como na assembleia municipal, tendo, neste órgão, obtido oito votos a favor dos eleitos da coligação PSD/CDS-PP, duas abstenções do Movimento Viver Redondo e sete votos contra do Movimento Independente do Concelho do Redondo (MICRE) e da CDU.

Considerando que este orçamento “obriga a uma gestão de enorme rigor”, o presidente do município frisou que, este ano, o foco vai estar “na execução dos novos projetos elaborados em 2022” e na conclusão dos “investimentos em curso”.

“Vamos avançar com o posto móvel de atendimento, um novo centro de recolha de resíduos, o projeto Rearborizar Redondo, com financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência [PRR], e o Centro de Recolha Oficial de Animais”, adiantou.

A construção de duas novas extensões de saúde e de um espaço de ‘cowork’ e a melhoria das acessibilidades para pessoas com mobi-

lidade reduzida, todas com apoio financeiro do PRR, são outros dos projetos previstos para este ano.

David Fialho Galego realçou que a área do turismo também vai ser uma aposta em 2023, com destaque para a promoção das tradicionais Ruas Floridas, que se realizam este ano, dos Passadiços da Serra d’Ossa e da marca “Redondo Wine Land”.

Segundo o autarca alentejano, o município pretende investir este ano “mais meio milhão de euros” em projetos de requalificação urbana, depois de já ter destinado um milhão de euros para esta área em 2022.

“Ao nível da modernização administrativa, além do posto móvel de atendimento, vamos avançar com

os serviços ‘online’, a digitalização de processos, a otimização da recolha de resíduos, a plataforma de gestão de ocorrências e a fatura digital”, venceu.

O Presidente do município notou que, de entre os projetos previstos, a requalificação urbana, com 500 mil euros, e a melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida, com 400 mil, são os que envolvem maior investimento.

De acordo com David Fialho Galego, o orçamento tem inscritos cerca de 9,3 milhões de euros para despesas correntes e pouco mais de 2,6 milhões de euros para investimentos.

As taxas e impostos foram mantidos em relação ao ano passado, com a isenção da Derrama, a taxa mínima de Imposto Municipal sobre

Imóveis (IMI) nos 0,3% e a participação de 3% no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

Tal como em 2022, o município vai atribuir descontos no IMI de 20, 40 ou 70 euros para as famílias com um, dois ou três ou mais dependentes a cargo, respetivamente.

Uma das novidades na área das taxas e impostos é a criação de uma redução de 25% da taxa de IMI para os donos de prédios urbanos com eficiência energética, mantendo-se a majoração de 30% para os proprietários de prédios urbanos degradados.



ÓBIDOS RACIONALIZA SERVIÇOS MUNICIPAIS

A Câmara de Óbidos vai concentrar num edifício multisserviços as instalações da segurança social, finanças e Instituto dos Registos, num investimento de 1,5 milhões de euros que visa melhorar a acessibilidade a estes equipamentos.



O edifício multisserviços ficará situado fora da vila muralhada e albergará ainda a Agência de Modernização Administrativa (AMA) e um espaço para a realização do 'check-in' "para todas as unidades hoteleiras dentro da vila e na área de proteção da muralha", afirmou hoje o presidente da Câmara de Óbidos, Filipe Daniel (PSD), no discurso comemorativo do feriado municipal daquele concelho do distrito de Leiria.

O autarca adiantou que "o projeto deverá ficar concluído até ao final do primeiro semestre deste ano, para que as obras possam avançar logo no início de 2024".

Em termos de acessos, a câmara pretende ainda candidatar este ano, a fundos comunitários, um projeto de mobilidade suave que prevê a ligação ao vizinho concelho das Caldas da Rainha, através da criação de zonas pedonais e cicláveis na Estrada

da Nacional (EN) 8, que liga os dois concelhos, no âmbito de um projeto orçado em cinco milhões de euros e "pensado para ser executado por fases", disse Filipe Daniel.

Ainda neste domínio, a autarquia vai arrancar com o asfaltamento e melhoria da sinalética na rede viária, com um investimento de 1,8 milhões de euros a executar ao longo dos próximos anos, a que se junta a construção de um parque de estacionamento com 300 lugares (no valor de 200 mil euros) e a construção de casas de banhos públicas, no valor de 150 mil euros, "para dar resposta ao aumento do fluxo turístico em Óbidos", explicou o autarca.

Entre os grandes investimentos a candidatar em 2023, o Presidente destacou a reabilitação do Aqueduto da Usseira, que aguarda autorização da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) para avançar com

a obra, "que deverá rondar os cinco milhões de euros".

A nível cultural, a autarquia prevê inaugurar até ao final do ano a Praça da Criatividade, um investimento de 3,1 milhões de euros que requalificou a zona do antigo quartel dos bombeiros e cujos espaços "estão já em condições de ser concessionados".

A par com espaço privados, como o restaurante, a praça contará com espaços públicos onde a autarquia pretende promover "experiências imersivas como uma viagem de baiteira [barcos tradicionais da Lagoa de Óbidos] simulada em 5D, onde as pessoas possam estar num espaço fechado e parado, mas podendo sentir os aromas da maresia e movimento", exemplificou.

O ano de 2023 em Óbidos ficará ainda marcado pelo regresso dos fes-

tivais de ópera, no âmbito de uma candidatura superior a um milhão de euros já aprovada pela Direção-Geral das Artes.

O projeto, desenvolvido em parceria com a ABA - Banda de Alcobaça - Associação de Artes, terá uma comparticipação de 120 mil euros por parte do município e passará pela apresentação, entre maio e setembro, de três óperas e uma gala.

Os investimentos foram divulgados no âmbito das comemorações do feriado municipal de Óbidos, o primeiro a ser anualmente assinalado no país e que comemora a tomada da vila aos mouros, em 1148.

PSD DE VILA REAL DÁ INÍCIO AO ROTEIRO PELAS FREGUESIAS

A Comissão Política de Secção do PSD de Vila Real quer aproximar o partido das bases, dos seus militantes e simpatizantes de todas as freguesias, inteirando-se das suas necessidades e expectativas. Pretende apostar na descentralização da ação política, sentindo as freguesias e recuperando a força e o dinamismo do partido no mundo rural.

Com este propósito, o PSD de Vila Real iniciou no passado sábado, 14 de janeiro de 2023, a primeira ação da iniciativa intitulada “Roteiro das Freguesias”, visitando a União de Freguesias de Mouçós e Lames.

Nesta iniciativa, foram ouvidas queixas de representantes de instituições locais e diversos fregueses das várias localidades que constituem a União de Freguesias. Foram abordados temas como a falta de manutenção das estradas e arruamentos, a falta de cobertura da rede de saneamento básico e abastecimento de água, a escassez de transportes públicos e a instabilidade no funcionamento da extensão de saúde de Sanguinhedo.

“É determinante atender a estas necessidades bem como apostar na criação de estruturas locais que vão ao encontro das necessidades locais, como sejam o alargamento das valências das IPSS locais existentes ou mesmo o apoio das iniciativas protagonizadas pelas associações locais que desempenham um papel essencial no desenvolvimento cultural e no enraizamento das populações”, referiu Luís Tão, Presidente da Comissão Política do PSD de Vila Real.

O PSD irá continuar com este projeto, pretendendo visitar as restantes freguesias do concelho de Vila Real nos próximos meses.



É POSSÍVEL
UM FUTURO MELHOR
PARA TODOS

PRESIDENTE DA CÂMARA DE MONDIM DE BASTO RETOMA FUNÇÕES



Bruno Ferreira, Presidente da Câmara de Mondim de Basto, retomou, no dia 13 de janeiro de 2023, as suas funções na autarquia, depois de quatro meses de ausência devido a problemas de saúde.

O autarca social-democrata, de 39 anos sofreu, em setembro, uma paragem cardiorrespiratória e esteve internado 80 dias nos cuidados intensivos do Hospital de São João, no Porto, unidade de saúde onde iniciou o processo de reabilitação.

No seu regresso à Câmara, Bruno Ferreira fez questão de dirigir uma mensagem a todos os mondinenses, onde deu conta do seu processo de reabilitação, bem como da sua “energia e responsabilidade” para dar continuidade ao projeto “que assumiu em 2021.

Numa mensagem de vídeo publicada nas redes sociais disse que continua, de forma regular, a fazer reabilitação em serviço de ambulatório.

“Tem sido uma recuperação histórica, mas que ainda não terminou. Contrariei todas as estatísticas, as pessoas com diagnóstico semelhante que sobrevivem sem sequelas profundas correspondem a uma percentagem muito reduzida. Sinto que me foi atribuída uma segunda oportunidade para completar a minha missão nesta que considero ser uma nova vida”, afirmou.

O autarca agradeceu, ainda, a toda a equipa do executivo e funcionários do município e fez um reconhecimento público às equipas de médicos, enfermeiros e auxiliares dos hospitais de São João e da Prelada que “de forma competente e humana contribuíram, de forma decisiva, para que hoje possa estar aqui”.

Bruno Ferreira foi eleito pelo PSD nas eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021.

CARLOS ALBERTO DOS SANTOS

[1967-2023]

Carlos Alberto dos Santos, Presidente da Comissão Política de Secção de Tábua do PSD, faleceu no dia 13 de janeiro, em Coimbra.

Nascido em 27 de julho de 1967, Carlos Alberto dos Santos era empresário de profissão, fundador do grupo “Pão Quente”, antigo dirigente associativo do setor da panificação, lutador de causas políticas. Foi vereador em regime de não permanência na Câmara Municipal de Tábua, entre 2017 e 2021, eleito pela coligação do PPD/PSD-CDS “Coragem para Mudar”.

Vítima de doença oncológica, o líder do PSD der Tábua foi “fiel à sua tempera de beirão, não deixando de

exercer a sua atividade política e empresarial praticamente até aos seus últimos dias de vida”.

“Era um defensor da democracia, da igualdade e lutava constantemente por um mundo melhor. Nunca esqueceu Meda de Mouros e o concelho de Tábua e sempre levou o bom nome da sua terra para todo o mundo”, pode ler-se na página de Facebook do PSD de Tábua.

O PSD apresenta as mais sentidas condolências à família, amigos e ao PSD de Tábua.

GOVERNO AÇORIANO CRIA PROGRAMA PARA INCENTIVAR AUMENTOS SALARIAIS

O governo açoriano anunciou a criação do programa “Mais”, orçado em 10 milhões de euros, para incentivar o aumento salarial, e de um passe social para “evitar o descontrolo” dos preços dos transportes públicos devido à inflação.



“Vamos implementar o programa ‘Mais’, medida de apoio ao incremento salarial, estimando-se abranger até 55 mil trabalhadores por conta de outrem da nossa região”, anunciou o líder do executivo regional (PSD/CDS-PP/PPM), José Manuel Bolieiro.

Acompanhado pelo secretário das Finanças, Duarte Freitas, e pelo vice-Presidente, Artur Lima, o Presidente do Governo dos Açores apresentou um conjunto de medidas para mitigar os efeitos da inflação, numa conferência de imprensa rea-

lizada no Palácio da Conceição, em Ponta Delgada.

Este programa representa um investimento de 10 milhões de euros, sendo um “apoio aos trabalhadores entregue às empresas” e um “estímulo para a atualização dos salários médios”.

“O Governo [Regional] vai injetar estas verbas nas nossas empresas até ao final do primeiro semestre de 2023”, acrescentou.

O secretário das Finanças, Planeamento e Administração Pública reforçou que o programa visa

“compensar ao aumento do salário mínimo” e “incentivar o aumento dos salários médios”.

“O programa Mais, o mecanismo de apoio ao aumento salarial, é um programa inovador que vem responder, através dos órgãos de governo próprio, àquilo que, injustamente, o Governo da República não estendeu aos Açores”, vinco.

José Manuel Bolieiro referiu ainda a criação de um passe social destinado à “generalidade dos passageiros” dos transportes públicos, admitindo uma “discriminação positiva de

acordo com os rendimentos” dos utilizadores.

“Para que os transportes públicos não descontrolem preços, o governo vai atribuir apoios aos transportes coletivos e criar um passe social, contendo os preços a pagar pelos passageiros”, afirmou, garantindo que as medidas vão ser detalhadas posteriormente.

Durante o primeiro trimestre, o Governo Regional vai ainda “disponibilizar verbas para a capitalização” das micro, pequenas e médias empresas, um apoio que resultou de um “esforço” junto do Banco de Fomento, revelou o líder regional.

O chefe do Governo dos Açores avançou ainda que vai ser implementado um “sistema de apoio ao aumento dos juros do crédito habitação”, que vai estar disponível durante o primeiro trimestre, “produzindo efeitos a 1 de janeiro”.

José Manuel Bolieiro revelou que vai ser criado um “mecanismo de acompanhamento e monitorização de preços”, que vai elaborar relatórios mensais sobre os preços do cabaz alimentar para dar “informação suficiente” às “famílias açorianas”.

O Presidente do executivo açoriano prometeu que vai continuar a “intervir junto do Governo da República e da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos para que os empresários “não sejam penalizados” pelos aumentos “elevadíssimos” das tarifas.

PS MOSTRA “DESPREZO” PELOS TRABALHADORES

Luís Maurício, vice-Presidente do PSD/Açores, afirmou que as críticas do PS à iniciativa do Governo Regional de apoiar o aumento dos salários nas empresas do setor privado revelam “profundo desprezo” pelos trabalhadores.

De acordo com o dirigente social-democrata, “dizer que apoiar o aumento dos salários é uma ‘mão cheia de nada’, como disse o PS, é revelador de um profundo desprezo pelos trabalhadores açorianos”.

Para o vice-presidente do PSD/Açores, a “ânsia de atacar o Governo dos Açores é tal que o PS agora até critica a iniciativa do executivo de apoiar o aumento dos salários no setor privado”, quando esta é “uma boa medida do Governo Regional para mitigar os efeitos da crise inflacionista”.

Segundo o dirigente do PSD, o programa “Mais” constitui “mais uma importante medida de apoio às famílias e empresas”.

De acordo com Luís Maurício, “desde o dia 1 de janeiro de 2023 que estão em vigor, nos Açores, os maiores apoios sociais da história da autonomia, bem como os impostos mais baixos de todo o país”.

O “Mais”, considerou, é mais uma das muitas iniciativas que o governo liderado por José Manuel Bolieiro tem tomado “para proteger os açorianos num período de incerteza”.

Para Luís Maurício, o apoio do Governo Regional ao incremento salarial, que deverá abranger até 55 mil trabalhadores por conta de outrem, “é mais uma medida de grande alcance, pois irá aumentar a liquidez das famílias”.

O vice-Presidente do PSD/Açores lembrou que a iniciativa, a aplicar até ao final do primeiro trimestre de 2023, “vem corrigir uma injustiça praticada pelo Governo da República, que excluiu as empresas açorianas nas medidas de compensação inseridas nos acordos de aumentos salariais”.

“O PS, que nada disse sobre a exclusão das empresas açorianas de medidas nacionais, tem agora o desplante de criticar o Governo dos Açores por se substituir ao Governo da República. O PS limita-se a fazer uma oposição de terra queimada, criticando tudo o que o governo faz e nunca apresentando alternativas”, realçou.



AÇORES CRITICAM GOVERNO PELA FALTA DE FINANCIAMENTO À UNIVERSIDADE

O Governo dos Açores e o Presidente da Assembleia Regional criticaram a falta de financiamento à Universidade dos Açores, enquanto o Representante da República apelou à “comunhão de propósitos” entre a República e a região.

“Para que possamos prosseguir o caminho de crescimento da produção científica, o Governo da República tem de tratar com discriminação positiva a Universidade dos Açores (UAc)”, afirmou a secretária da Educação do Governo dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM), Sofia Ribeiro, durante a cerimónia de 47.º aniversário da UAc, que decorreu em Ponta Delgada, dia 11 de janeiro de 2023.

A governante lembrou o reforço de verbas regionais para suportar a tripolaridade da UAc “com a transferência de meio milhão de euros em 2021, 650 mil euros em 2022 e 800 mil euros para 2023”.

“Nós cumprimos, mesmo quando o Governo da República não cumpriu, e cumprimos, mesmo quando a República continua a negar as suas responsabilidades”, declarou.

O Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Luís Garcia, defendeu um “financiamento previsível” para a UAc e avisou que o “Estado está em falta” com a academia açoriana.

“É importante majorar o financiamento das universidades insulares. A Universidade dos Açores não pode continuar ano após ano de mão estendida. A República não tem feito outra coisa que não empurrá-la para uma asfixia lenta e agonizante”, criticou.

O representante da República para os Açores, Pedro Catarino, realçou a importância da UAc para a coesão do arquipélago, apelando a uma “comunhão de propósitos” entre os governos nacionais e regionais, que devem assumir uma “ação resoluta e ambiciosa”.

“O Governo central e o Governo Regional devem andar de mãos dadas, procurando falar entre si de forma aberta e construtiva pois só assim se conseguirá chegar a bom porto”, defendeu.

Só através dessa “comunhão de propósitos”, prosseguiu Catarino, vai ser possível “evitar estrangulamentos” como a “recentemente anunciada redução do contingente” para alunos açorianos, exemplificou.

O Governo Regional dos Açores decidiu hoje enviar uma carta à ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a contestar uma possível redução do contingente de vagas para alunos açorianos nas universidades.

No dia 6, o jornal “Público” revelou que, no âmbito da revisão do modelo de acesso ao ensino superior, o Governo pretende reduzir as vagas destinadas aos alunos dos Açores e da Madeira no ensino superior do continente. Assim, cada um dos contingentes especiais para candidatos oriundos das regiões autóno-



mas passará a ter 2% das vagas reservadas em cada curso, sendo que, atualmente, 3,5% dos lugares estão guardados para alunos da Madeira e dos Açores, segundo a proposta, a que o jornal teve acesso.

Na cerimónia de aniversário da academia, a reitora da Universidade dos Açores lamentou a falta de vontade política para corrigir o subfinanciamento das academias insulares e

mostrou disponibilidade para colaborar no novo modelo de financiamento do ensino superior.

MADEIRA REFORÇA APOIOS ÀS FAMÍLIAS



O grupo parlamentar do PSD da Madeira destacou, durante uma visita à Fundação D. Jacinta de Ornelas Pereira, no Estreito de Câmara de Lobos, os novos apoios que o Governo Regional vai disponibilizar às famílias com crianças que frequentam as creches na Região, no âmbito

do Orçamento da Região para 2023.

A deputada Sónia Silva realçou que, a partir do mês de fevereiro todas as crianças a frequentar as creches públicas e instituições privadas, com acordos de cooperação e contratos de associação, vão ser bene-

ficiadas com estes apoios, referindo que terão acesso gratuito a esta valência as crianças que beneficiam do escalão 1º e 2º, existindo, ainda, uma redução na mensalidade para os beneficiários do 3º e 4º escalões, de 11% e 10%, respetivamente.

Sónia Silva afirmou que esta é uma

medida que irá abranger aproximadamente 2800 crianças e que vem complementar um conjunto de outros apoios que já se encontram em vigor e que em muito têm contribuído para ajudar as famílias numa altura exigente, tendo em conta a conjuntura social e económica que se vive.

A deputada lembrou que em relação às creches, há cerca de três anos, houve uma redução na ordem dos 40% do valor das mensalidades, na Região. Redução essa que “foi muito importante e que beneficiou todas as crianças e respetivas famílias”.

“Com esta nova redução, o Governo Regional dá mais um sinal de que o apoio às famílias tem sido uma constante e que a educação das crianças da Região é uma prioridade”, acrescentou.



Adira ao débito direto

e pague a sua quota de forma

+ rápida + prática

Se aderir até dia **30 de junho de 2023**, beneficia de um desconto de

**25% na sua quota,
na próxima anuidade**

ACREDITAR

GOVERNO DA REPÚBLICA É UMA “VERDADEIRA REBALDARIA”

O Presidente do Governo da Madeira classificou o executivo socialista nacional como “verdadeira rebaldaria” e reafirmou que a ministra do Ensino Superior, Elvira Fortunato, tem de clarificar a posição sobre o contingente de vagas para estudantes madeirenses.

“A ministra diz publicamente que vai reduzir os contingentes e, neste momento, é fundamental que a ministra diga oficialmente que isso não vai acontecer”, declarou Miguel Albuquerque.

O governante insular falava, dia 11, à margem de uma cerimónia de entrega de certificados de formação da Escola Agrícola da Madeira, no Funchal, onde criticou, uma vez mais, a intenção avançada pela ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, numa entrevista ao jornal Público, de reduzir o contingente de vagas para os alunos das regiões autónomas nas universidades do continente de 3,5% para 2%.

“É fundamental nós apresentarmos o nosso veemente protesto, porque isso é uma discriminação dos nossos estudantes e das novas gerações”, afirmou Miguel Albuquerque, reforçando ser “grave” a República vetar à Madeira o acesso dos estudantes ao ensino superior.

O chefe do executivo regional disse

ainda que a ministra Elvira Fortunato tem de ser interpelada, no sentido de “explicar preto no branco” o que a motivou a anunciar a pretensão de reduzir o contingente de vagas para as regiões autónomas, sublinhando que a situação “não se resolve com conversas entre amigos”.

Miguel Albuquerque criticou, por outro lado, o PS/Madeira, o maior partido da oposição regional, que acusa de “andar em ziguezague”.

Os socialistas madeirenses já indicaram que a pretensão da ministra do Ensino Superior é “inaceitável”, assegurando que vão “lutar” para evitar a concretização da medida, mas o Presidente do Governo Regional duvida desse empenho.

“O PS/Madeira é um partido que está em consonância com a rebaldaria que se vive a nível nacional, está em ziguezague, um dia diz uma coisa, outro dia diz outra, não fala sobre aquilo que são questões fundamentais”, declarou.

Madeira investiu 10,7 milhões de euros em cuidados continuados integrados

O Governo da Madeira investiu 10,7 milhões de euros no programa de cuidados continuados integrados – REDE – em 2022, revelou o executivo regional, referindo que se tratou de um incremento de 59% face ao biénio 2019/2021.

“O aumento deste apoio em 2022 decorre da contratualização de mais 17 novos lugares de REDE na tipologia de longa duração e manutenção e da renovação de 211 lugares, previamente criados, também estes na tipologia de internamento de longa duração e manutenção”, esclarece a Secretaria de Saúde e Proteção Civil em comunicado.

De acordo com a autoridade regional, o investimento de 10,7 milhões de euros permitiu atingir um total de 399 camas de longa duração e manutenção.

A secretária de Saúde e Proteção Civil sublinha que o incremento registado em 2022 resulta também do efeito do aumento extraordinário dos preços aplicáveis às unidades de longa duração e manutenção na ordem dos 3,75%, com vista a assegurar a sustentabilidade das unidades e a prestação de cuidados de qualidade ao utente.

“A REDE, cuja coordenação estratégica e técnica é assegurada pela Direção Regional para as Políticas Públicas Integradas e Longevidade, tem-se mostrado como uma medida eficaz à pressão exercida pelos internamentos hospitalares de pessoas em situação de alta clínica, respondendo igualmente a situações de índole social que não têm outra alternativa de resposta”, lê-se no comunicado.

Desde 1 de agosto de 2019, foram realizados 651 internamentos em unidades de internamento de longa duração e manutenção da REDE e admitidos 646 utentes na Região Autónoma da Madeira.

“O perfil sociodemográfico indica que a idade média dos utentes é de 79,7 anos e a maioria são mulheres (67,6%)”, refere a autoridade regional, adiantando que os idosos com mais de 80 anos representam (61,8%). Cerca de 7% dos utentes apresenta idade inferior a 60 anos e 2,6% destes tiveram alta das unidades.



Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Directora HELENA ROSETA
Subdirectora M. ADELAIDE PAIVA

Número 356 • 13 de Maio de 1981 • Preço 15800

Ministro Álvaro Barreto ao "PL"

COM A ADESÃO À CEE OBTER-SE-ÃO VANTAGENS SOCIAIS E ECONÓMICAS BASTANTE CLARAS

A convicção firme das vantagens da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, é o traço mais saliente de acção imprimida pelo Ministério da Integração Europeia, cujo titular é Álvaro Barreto.

É enorme o trabalho que se tem desenvolvido para o andamento rápido, mas seguro e eficaz, por forma a poderem ser cumprido pelo nosso lado os prazos previamente estabelecidos pelo Governo.

O entusiasmo por essa tarefa enorme que é o empenhamento na construção de uma Europa forte e unida, transparece facilmente nesta entrevista que o titular da pasta da Integração Europeia, concedeu ao "Povo Livre".

P. — Muito se tem especulado acerca da data da adesão de Portugal à CEE. Parece-me no entanto, que a questão é um pouco fictícia e de certo modo tem sido empalada pela oposição, por motivos óbvios. Isto é verdade?

R. — Sim é evidente que é mais que verdade o que acabou de dizer, porque na realidade as pessoas têm tentado encontrar na adesão, um possível insucesso do actual Governo e inclusive, do Governo anterior em relação a compromissos.

Todas as condições indicavam a possibilidade da adesão em Janeiro de 83, porque se previa que a assinatura do tratado de adesão se deve fazer no 2.º semestre desse ano, portanto haveria tempo de concluir as negociações de maneira a que a adesão se pudesse fazer em Janeiro de 1983. Houve no entanto todo um conjunto de factos que se começaram a levantar no último trimestre de 1980, e muito especialmente durante os meses de 1981, que são as próprias dificuldades que a Comu-



nidade começou a sentir entre os diversos países: a falta de acordo em políticas fundamentais como é o caso da crise siderúrgica; ou como a política de pesca; por outro lado também é o caso das questões orçamentais. Hoje em dia a Comunidade Económica Europeia entende

que, antes de prosseguir activamente no processo de alargamento, terá que fazer um repensar interno das suas próprias orientações. Esse repensar

Continua na pág. 4

Que futuro? 25 ou 26 de Abril?...

— por Alberto João Jardim

Sete anos depois, é ainda muito complexo falar sem emotividade e sem muita subjectividade acerca do 25 de Abril. Não decorreu o tempo histórico suficiente.

A ausência de liberdade é intrinsecamente reversa. O fascismo, o comunismo, são axiomaticamente reversos, porque enquanto o primeiro é a negação dos Direitos Liberais, o segundo é a negação intrínseca do seu objectivo. Para além disso, os regimes totalitários não podem reduzir os problemas políticos a uma fórmula tão fácil de resolver. Interesse não que de não que de cou o povo

como eu, a oficialmente homem deste o o considero um regime democrático, menos difícil ontar o que julgo e o que julga ne porque os registos não são dogmas e o direito a sobre enquanto são úteis ao e respeitam, no mini-

mo, todos e cada um dos cidadãos.

Continuo a julgar mais adequado para Portugal o presidencialismo democrático como nos Estados Unidos, de Executivo forte, fiscalizado e controlado pelo poder legislativo. Continuo a olhar descrente o regime parlamentar, gerador de Executivos menos operacionais e de clientelas políticas mediocremente instaladas. E digo-o, adorando, como adoro, a vida parlamentar, mais do que o exercício de gabinete.

Sou capaz de apostar que se perguntarmos ao homem da rua, ao cidadão anónimo, à "maioria silenciosa", como sou dizer-se, quanto, passados estes anos, a sociedade portuguesa é diferente da que ele julgou ser construída a partir de Abril de 74, raro será o que não está desiludido.

As intenções contidas no Programa do MFA eram lindas. Tudo foi logo a seguir desvirtuado. O País correu o risco de uma ditadura comunista. A descolonização, absolutamente necessária, foi trágica e impu-

nemente criminosa. A Constituição em vigor é de legitimidade discutível, na medida em que foi gerada sob vários tipos de coacção, em estado de necessidade. Não se instalou um regime democrático, mas um regime onde o poder militar, de tipo até inconstitucional, cercela as instituições políticas de raiz democrática. A crise económica agrava-se, sucede-se a permanente instabilidade social e laboral, faltam respostas imediatas a necessidades elementares das camadas mais desfavorecidas. A Constituição, tal como está, mostra-se inadequada ao País real.

Mas diga-se também o que o povo português deve ao 25 de Abril. Para já, deve-lhe um valor que não tem preço. A liberdade. De falar, de escrever, de reunião, de associação. Deve-lhe o direito a eleições livres. Em suma, deve-lhe o direito de poder participar. E não há hipótese de alimentar qualquer projecto de desenvolvimento que não seja participado.

Com o 25 de Abril, findou uma guerra que levou mil-

dos dos melhores de nós. De facto, terminou em derrota e esse preço vamos pagá-lo durante muitos anos. Mas aí, os principais culpados há que também encontrá-los antes da revolução, no obscurantismo da recusa da solução possível, favorável e adequada.

A democratização das nossas estruturas políticas — ainda não completamente realizada, como disse — abriu-nos outro lugar no seio das nações, criou-nos outras perspectivas de cooperação, de benefícios e de solidariedades.

Deve-se também ao 25 de Abril uma outra abertura de horizontes culturais, uma maior possibilidade de exercício do direito à criatividade pessoal. Certos conceitos obscurantistas, certo culto de inibições e de tabus puderam ser francamente varridos. Só que, a todos nós, ficou também assim consignada a responsabilidade cívica e a obrigação moral e cultural, de não deixar confundir a liberdade com permissividade debochada, analfabeta ou vigarizante.

Tem futuro este 25 de

Abril? A resposta depende do que agora ocorrer na revisão constitucional. Respeitemos os direitos, liberdades e garantias que estão consagrados na Lei Fundamental. Altere-se a matéria económica e laboral, subordine-se o poder militar ao poder civil democrático, modifique-se a correlação entre poderes de Estado e órgãos de soberania, alargue-se o âmbito da autonomia das regiões insulares.

Na autonomia, há que realçar algo de muito importante. É que os povos insulares são dos que mais devem ao 25 de Abril. Foi o 25 de

Abril que permitiu virar quinhentos e cinquenta anos de História e conquistar a autonomia, conquistar o direito a órgãos de Governo próprio democraticamente eleitos, alcançar peso no contexto nacional, iniciar uma presença no campo internacional, conseguir resposta mais rápida, mais imediata e mais esclarecida aos problemas. Deve-se ao 25 de Abril, e diga-se-o sem complexos. Não é ainda a autonomia a que temos direito, porém foram já passos decisivos e importantes.

Continua na pág. 15

Jantar de despedida de Pedro Roseta

O grupo parlamentar do PSD vai homenagear o seu líder, Pedro Roseta, que em breve abandonará estas funções a fim de assumir a representação de Portugal na OCDE, num jantar de despedida previsto para o próximo dia 27.

Neste jantar estarão não apenas os actuais deputados do PSD, mas todos quantos

tiveram representação parlamentar social-democrata desde a Assembleia Constituinte, em 1975, muitos dos quais já se inscreveram.

Os que ainda não foram contactados neste sentido e desejarem participar, deverão dirigir-se a "Nicha" Moreira Rato, dos serviços de apoio ao grupo parlamentar.

EDIÇÃO N.º 356 do "Povo Livre" | de 13 de maio de 1981

"Ministro Álvaro Barreto ao PL: Com a adesão à CEE obter-se-ão vantagens sociais e económicas bastante claras". Em entrevista, Álvaro Barreto, então ministro da Integração Europeia do VII Governo Constitucional, reafirmava a "convicção firme" de que a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia iria ser um motor de desenvolvimento e de modernização do país.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

ALCOCHETE

Nos termos dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir no **dia 8 de Fevereiro (quarta-feira) de 2023, pelas 20H30**, na Sede Concelhia de Alcochete sita na Rua do Poço n.º 8 Alcochete, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação de contas do ano 2022.

AVEIRO

Nos termos dos Estatutos Nacionais, convoca-se os militantes da Secção de Aveiro, para reunir em Assembleia de Secção ordinária, no próximo **dia 4 de Fevereiro (sábado), pelas 18H00**, no Auditório da Junta de Freguesia de Santa Joana, sita Avenida D. Afonso V, Aveiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Leitura da Ata da Assembleia de Secção de 8 Outubro22;
2. Debate e Votação do Orçamento do PSD Aveiro 2023;
3. Plano de Atividades do PSD Aveiro 2023;
4. Análise da situação política local e nacional.

CELORICO DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Celorico da Beira, para reunir no próximo **dia 3 de Fevereiro de 2023, pelas 20H30**, na Sede Concelhia do PSD, sita Rua António Fernandes Costa Almeida, N.º19 em Celorico da Beira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães para um plenário ordinário no **dia 06 de Fevereiro (segunda-feira), pelas 21H30**, na Sede do PSD Guimarães, sita no Largo do Toural n.º 125, em Guimarães, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Substituição de vogal da comissão política de secção;
2. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

ODIVELAS

Nos termos do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Odivelas para reunir no próximo **dia 2 de Fevereiro (Quinta-Feira) de 2023 pelas 21H00**, na Sede da Secção Concelhia, sita na Rua Combatentes do Ultramar n.º 20 B Odivelas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
3. Análise da situação política.

SARDOAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Sardoal, para reunir no **dia 25 de Fevereiro, pelas 14H00**, no Centro Cultural Gil Vicente, sita na Rua D. João III em Sardoal com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas de acordo com o estabelecido no Regulamento Eleitoral e entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. No caderno eleitoral apenas constarão os militantes com as quotas em dia.

As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 19H00.

I CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DE 2023

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco o Conselho Nacional para uma reunião ordinária, no próximo **dia 25 de janeiro, quarta-feira, às 21H00**, no SANA Malhoa Hotel, sito na Avenida José Malhoa 8, em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 – Apresentação, discussão e votação do Relatório de Contas de 2021;
- 2 – Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades para 2023;
- 3 – Apresentação, discussão e votação do Orçamento para 2023;
- 4 – Apresentação do novo Regulamento de Quotizações;
- 5 – Análise da situação política.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO

SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

SECÇÕES ELEITORAIS

ARRAIOLOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário concelhio da JSD de Arraiolos para reunir no próximo **dia 18 de fevereiro de 2023, sábado, pelas 16 horas**, na sede do PSD de Arraiolos, Rua do Santo Contestável, n.º 05, Código-Postal 7040-049, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Arraiolos.

Nota: As urnas estarão abertas das 16h00m às 18 horas;

As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa (jsdarraiolos@gmail.com), ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral (11 de fevereiro de 2023 – sábado), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista.

BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Baião, para reunirem no **dia 18 de fevereiro de 2023, pelas 14h**, o Plenário na sede da JSD Baião, sita na Rua de Camões, Campelo, Baião, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD Baião

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14h00 e as 16 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59, do sétimo dia anterior ao ato eleitoral (11 de fevereiro de 2023 – sábado), na sede concelhia.

BEJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Beja para reunir **dia 24 de Fevereiro (Sexta), pelas 21h00**, na sede do PSD de Beja sita na Praça da República, n.º 17, 7800-427, Beja, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD/Beja.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 21h00 e as 22h00. As listas candidatas devem ser entregues na sede do PSD de Beja, sita na Praça da República, n.º 17, 7800-427, Beja, ao Presidente da Mesa da distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 21h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de secção da JSD Cartaxo para reunião no próximo **dia 25 de fevereiro de 2023, pelas 14h00**, na sede do PSD Cartaxo, sita na Rua Serpa Pinto, n.º 32A 1 Drt 2070, Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: - Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário da JSD Cartaxo.

Notas: O ato eleitoral realizar-se-á entre as 14h00 e as 16h00, devendo as listas de candidatos ser enviadas à Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 23h59 horas do sétimo dia anterior ao começo dos trabalhos (18/02) através do e-mail jsdcartaxo1@gmail.com

CASTELO DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Castelo de Paiva, a reunir no próximo **dia 18 de Fevereiro de 2023 (Sábado), às 13h45m**, na Sede do PSD de Castelo de Paiva, Rua da Boavista, n.º 22 - União de Freguesias de Sobrado e Bairros, Castelo de Paiva, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Castelo de Paiva.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Castelo de Paiva, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 14h00m e as 17h00m.

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio de Coimbra, para reunir no próximo **dia 28 de Fevereiro de 2023, pelas 18h**, na sede da JSD Coimbra, sita em Rua Lourenço de Almeida Azevedo n.º16, Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD Coimbra:

As urnas estarão abertas das 18 às 20 horas.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem a substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá na sede da JSD Coimbra, sita na Rua Lourenço de Almeida Azevedo n.º16, Coimbra.

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário concelhio da JSD de Estremoz para reunir no próximo **dia 18 de Fevereiro de 2023, sábado, pelas 16 horas**, na sede do PSD de Estremoz, Rua do Largo dos Dragões de Olivença, n.º89, Código Postal 7100-457, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Estremoz.

Nota: As urnas estarão abertas das 16h00 às 18 horas; As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa (jose.fialho241@gmail.com), ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral (11 de fevereiro de 2023 – sábado), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista.

ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário da concelhia da JSD de Évora para reunir no próximo **dia 18 de fevereiro de 2023, sábado, pelas 16 horas**, na sede do PSD de Évora, Rua Cândido dos Reis, n.º 48, Código-Postal 7000 Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Évora.

Nota: As urnas estarão abertas das 16h00 às 18 horas;

As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa (jsd.concelhia.evora@gmail.com), ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral (11 de fevereiro de 2023 – sábado), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista.

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Gondomar, para reunirem no **dia 18 de fevereiro de 2023 (Sábado), pelas 17h00**, na sede do PSD de Gondomar, sita Rampa dos Combatentes da Grande Guerra no31, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa de Plenário e da Comissão Política de Secção de Gondomar.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao presidente da mesa da concelhia da JSD Gondomar, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na sede da concelhia do PSD Gondomar, sita Rampa dos Combatentes da Grande Guerra no31.

As urnas estarão abertas das 17h00 até às 19h00.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da Guarda para o ato eleitoral Concelhio da JSD Guarda, a realizar-se no **dia 25 de Fevereiro de 2023, pelas 21h00m**, na sede do PSD da Guarda, na Rua Marquês de Pombal, 3 - 2.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da Guarda

Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 21h00 e as 23h00, na sede do PSD da Guarda, na Rua Marquês de Pombal, 3 - 2.º.

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário Eleitoral Concelhio da JSD de Ílhavo para reunir no próximo **dia 18 de fevereiro de 2023 (sábado), pelas 14h00**, na Sede Concelhia do PSD Ílhavo, sita na Avenida 25 de Abril, Edifício Illiabum, Bloco A, 1.º Dto, Ílhavo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Ílhavo;

Notas: As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou ao seu substituto legal, respeitando o cumprimento estatutário, na Sede Concelhia do PSD Ílhavo, sita na Avenida 25 de Abril, Edifício Illiabum, Bloco A, 1.º Dto, Ílhavo, até às 24 horas sétimo dia anterior ao ato eleitoral (11 de fevereiro de 2023 – sábado), respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD. As urnas estarão abertas entre as 14h00 e as 16h00.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da JSD Concelhia da Maia para reunir no próximo **dia 18 de Fevereiro de 2023 (sábado), das 14h30m às 16h30** na Sede do PSD/JSD da Maia sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987, 4470-282 Cidade da Maia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da JSD Maia.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao acto eleitoral.

MONÇÃO

Ao abrigo dos estatutos da JSD, convocam-se todos os militantes da secção da JSD de Monção, para reunir em assembleia no **dia 18 de Fevereiro de 2023, pelas 14:00h**, na Sede do Partido Social Democrata de Monção, sita na Rua Direita nº117, Monção, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia da JSD Monção.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 14h00 e as 18h00.

As listas para a Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa, ou a quem o possa substituir, até às 24h00 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral (11 de fevereiro de 2023 – sábado), na sede Concelhia da JSD.

MOURÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário da concelhia da JSD de Mourão para reunir no próximo **dia 25 de fevereiro de 2023, sábado, pelas 16 horas**, na sede do PSD de Mourão, Praça da Republica 4, 7240-233 Mourão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Mourão.

Nota: As urnas estarão abertas das 16h às 18h;

As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa (jsdmourao@gmail.com), ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (22 de fevereiro de 2023 – quarta-feira), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista.

NISA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Nisa para reunirem no **dia 18 de fevereiro de 2023, às 14h00**, na junta de freguesia da Nossa Senhora da Graça, sita na Rua Dr. Francisco Miguéns 6, 6050-359 Nisa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário Concelhios

Nota: As urnas estarão abertas entre as 14 horas e as 16 horas. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Oliveira de Azeméis para reunir, no próximo **dia 25 de fevereiro de 2023, com início pelas 14 horas**, na sede do PSD Oliveira de Azeméis, sita na Rua Soares Basto nº150 Oliveira de Azeméis, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e Comissão Política Concelhia.

Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou ao seu substituto legal, respeitando o cumprimento estatutário, na Sede Concelhia do PSD de Oliveira de Azeméis sita na Rua Soares Basto nº150 Oliveira de Azeméis, até às 23h59m, do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD. No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 14h00 e as 16h00.

PENICHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Oliveira de Azeméis para reunir, no próximo **dia 28 de fevereiro de 2023 (terça-feira), com início pelas 17h30m**, na sede do PSD Peniche, sita na Rua Alexandre Herculano, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e Comissão Política Concelhia.

Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou ao seu substituto legal, respeitando o cumprimento estatutário, na Sede Concelhia do PSD de Peniche sita na Rua Alexandre Herculano, até às 23h59m, do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD. No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 17h30 e as 19h30.

PESO DA RÉGUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Peso da Régua para reunir no **dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 14h00**, a realizar na sede da JSD Peso da Régua, sita na Rua Dr. Maximiano de Lemos, Ed. Pombinhos, 2, 5050 – 276 Peso da Régua, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia de Peso da Régua.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 14h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Maximiano de Lemos, Ed. Pombinhos, 2, 5050 – 276 Peso da Régua, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia da Concelhia da Póvoa de Lanhoso da JSD para reunir, no próximo **dia 18 de Fevereiro de 2023, pelas 16h30**, na Sede do PSD da Póvoa de Lanhoso, cita Rua Comandante Luís Pinto da Silva, nº1 – 4º Esq 4830 -535 Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Póvoa de Lanhoso;

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 16h30 e as 18h30.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral (11 de fevereiro de 2023 – sábado), na sede Concelhia da JSD.

REGUENGOS DE MONSARAZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário concelhio da JSD de Reguengos de Monsaraz para reunir no próximo **dia 18 de fevereiro de 2023, sábado, pelas 18 horas**, na sede do PSD de Reguengos de Monsaraz, Rua Serpa Pinto, n.º 15, Código-Postal 7200-320, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Reguengos de Monsaraz.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h00m às 20 horas;

As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa (joaomtiago96@gmail.com), ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral (11 de fevereiro de 2023 – sábado), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista.

RIBEIRA DE PENA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da JSD Concelhia de Ribeira de Pena para reunir no **dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 15h00**, a realizar na Rua Adelino Amaro da Costa 7A, Salvador – Ribeira de Pena, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário da JSD Concelhia de Ribeira de Pena.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 15h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Rua Estrada Municipal 312 N2, Senra, Ribeira de Pena, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e do Regulamento Eleitoral aprovado em Conselho Nacional em 21.05.2022, convoca-se o Plenário de Concelhia da JSD Concelhia de Santarém para reunir no próximo **dia 24 de fevereiro de 2023, Sexta-Feira, pelas 21h00**, na sede Distrital do PSD Santarém, sita na Rua do Colégio Militar, n.º 26, 1.º Andar, Escritório H, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa de Plenário Concelhio e Comissão Política Concelhia.

O Ato Eleitoral realizar-se-á entre as 21h00 e as 23h00, devendo as Listas Candidatas ser enviadas à Presidente da Mesa do Plenário de Secção ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 23h59 horas do sétimo dia anterior ao começo dos trabalhos através do e-mail beatrizsmartins@outlook.pt.

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Santo Tirso, para reunirem no **dia 25 de fevereiro de 2023 (Sábado), pelas 15h00**, na sede do PSD de Santo Tirso, sita na Rua José Luís de Andrade, n.º 63 Sala 101 – 1.º Esq. 4780-487 Santo Tirso, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa de Plenário e da Comissão Política de Secção de Santo Tirso.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues á Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas das 15h00 até às 17h00.

SÃO JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e do regulamento eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de São João da Madeira, para reunir **entre as 18h e as 20h do dia 18 de Fevereiro de 2023**, na Sede do PSD de São João da Madeira, sita no Centro Comercial Castilho, loja CG, na Av. Dr. Renato Araújo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da JSD de São João da Madeira.

Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Distrital, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD morada supra citada, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamento da JSD.

SERTÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Sertão para reunir, no **dia 25 de fevereiro de 2023, com início pelas 17 horas**, na sede do PSD Sertão, sita na Rua de Celinda, nº27- Sertão, ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e Comissão Política Concelhia.

Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou ao seu substituto legal, respeitando o cumprimento estatutário, na Sede Concelhia do PSD Sertão, Rua de Celinda, nº27- Sertão, até às 23:59 horas do sétimo dia anterior ao começo dos trabalhos, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD. No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 17h00 e as 20h00.

SOUSEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Sousel para reunirem no **dia 18 de fevereiro de 2023, às 17h00**, na sede do PSD Sousel, sita na Rua Direita nº5, 7470 – 231 Sousel, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário Concelhios

Nota: As urnas estarão abertas entre as 17 horas e as 19 horas. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem estatutariamente a substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

VALE DE CAMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da JSD de Vale de Cambra para reunir no dia 24 Fevereiro de 2023 (sexta-feira), entre as 21h00 e as 23h00, na sede da JSD de Vale de Cambra, sita na Avenida Camilo Tavares de Matos, N.º 352 - 1º Dto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da JSD de Vale de Cambra.
Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua, na sede concelhia, entre as 22h00 e as 24h00 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário concelhio da JSD de Vendas Novas para reunir no próximo dia 25 de fevereiro de 2023, sábado, pelas 16 horas, na sede do PSD de Vendas Novas, Avenida Marechal Craveiro Lopes, n.º 25 A, Código-Postal 7080-161, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Vendas Novas

Nota: As urnas estarão abertas das 16h às 18h;

As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa (diogoteixeira30@gmail.com), ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral (18 de fevereiro de 2023 – sábado), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Militantes da Concelhia de Vila Real para reunir no dia 18 de Fevereiro (Sábado), pelas 14h00, a realizar na sede da JSD Vila Real, sita na Rua da Boavista, 11 – 1º, 5000 – 641 Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia de Vila Real.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 14h00 e as 17h00. As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua da Boavista, 11 – 1º, 5000 – 641 Vila Real, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

VILA VIÇOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD convoco o Plenário concelhio da JSD de Vila Viçosa para reunir no próximo dia 18 de fevereiro de 2023, sábado, pelas 15 horas, na Rua Florbela Espanca, n.º 28, Código-Postal 7160-283, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Vila Viçosa.

Nota: As urnas estarão abertas das 15h às 17h;

As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital (jose.fialho241@gmail.com), ou a quem o substitua legalmente, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral (18 de fevereiro de 2023, sábado), devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista.

VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD Viseu, para reunirem no dia 18 de fevereiro (sábado) de 2023, pelas 16h00, na sede do PSD/JSD Viseu, sita na Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja n.º 9 – Edifício Vasco da Gama, 3510-084 Viseu com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Viseu.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 20h00. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Viseu ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. Toda a documentação referente à entrega de listas pode também ser entregue, via online através do email da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Viseu plenariojsdviseu@gmail.com

PLENÁRIOS

ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Águeda, para reunir no dia 28 de janeiro de 2023, na sede concelhia, sita na Rua Joaquim Francisco Oliveira, às 18h00, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Discussão do Plano de Atividades;
- 3- Análise da situação Política nacional e local;
- 4- Outros assuntos.

FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis, procedemos à convocatória de Plenário Ordinário da Concelhia de Felgueiras a reunir na data de 04 de Fevereiro de 2023 (Sábado), pelas 14:00 Horas, a realizar na sede Secção do Partido em Felgueiras, sita na Rua Luís de Camões, Rés do Chão Loja, da União das Freguesias de Margaride, Várzea, Lagares, Varziela e Moure, concelho de Felgueiras, (4610 – 196 Felgueiras), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Tomada de Posse Formal dos Órgãos Concelhios de Felgueiras, mais concretamente, da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário da Concelhia;
- 2 – Análise da Situação Política Local;
- 3 – Análise da Situação Política Nacional;
- 4 – Outros Assuntos.

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Gondomar para o Plenário Concelhio da JSD Gondomar, a realizar-se no dia 3 de fevereiro de 2023 (Sexta-Feira), pelas 21h30, na sede do PSD de Gondomar, Rampa dos Combatentes da Grande Guerra n.º31, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional e local;
- 2 – Outros assuntos.

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Lisboa para reunir, no próximo dia 30 de janeiro de 2023, com início pelas 20h, na sede do PSD Distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco 3B, 1350-295 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional;
3. Outros assuntos.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da JSD Concelhia da Maia para reunir no próximo dia 27 de Janeiro de 2023 (sexta-feira), às 21h30m, na Sede do PSD/JSD da Maia sita na Rua Engº. Duarte Pacheco, 987, 4470-282 Cidade da Maia, com a seguinte ordem de trabalhos:

- I - Informações;
- II- Análise da situação política actual;
- III- Outros assuntos.

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Penafiel, para reunirem no dia 27 de janeiro de 2023, pelas 21h30, na Sede da junta de freguesia de Castelões na Av. José Teixeira da Silva nº 151, 4560-055, Castelões - Penafiel com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política.

ANEXOS

XV CONGRESSO NACIONAL TSD

MOÇÕES

**MOÇÃO A - Moção do
Secretariado Nacional TSD**

MOÇÃO B - Moção dos TSD Braga

MOÇÃO C - Moção dos TSD Porto

MOÇÃO A

**MOÇÃO DO SECRETARIADO
NACIONAL TSD**



XV CONGRESSO

11 e 12 de fevereiro de 2023

Auditório da Faculdade de Medicina Dentária
Lisboa

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA
POLÍTICA E SINDICAL

Moção de Estratégia: Política e Sindical

Subscrita pelo Secretariado Nacional dos TSD

1º Subscritor: *Pedro Roque Oliveira*

XV CONGRESSO NACIONAL TSD

Trabalho e Reformismo: Vencer Desafios

“A verdadeira medida de um ser humano não é como ele se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas como ele se mantém em tempos de controvérsia e desafio”

Martin Luther King Jr.

INTRODUÇÃO

Conjuntura política, social e económica

Em 2023, o **XV Congresso Nacional dos TSD** realiza-se dentro de um contexto político, social e económico amplamente distinto da sua reunião magna anterior.

Destacam-se os pontos seguintes:

- Politicamente, o Partido Socialista, tendo vencido as eleições legislativas em 2022, não conseguiu reproduzir a fórmula de maioria à esquerda, conforme constituída em 2015, sob a qual abrigou pacificamente o seu governo durante toda a legislatura, até 2019.
- Consequentemente, com o divórcio da «Geringonça», o Partido Socialista, viu-se forçado a governar sem o apoio parlamentar resultante desse acordo. Daí valeu-lhe inesperadamente, a reprovação da sua Proposta de Orçamento do Estado para 2019 (OE 2019). Sendo ainda de salientar que foi a primeira vez, no atual quadro constitucional, que um Governo não conseguiu ver aprovada a sua proposta de Orçamento do Estado.

Consequência política? Dissolução do parlamento (XIV legislatura), por sua excelência o Sr. Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, que convocará eleições antecipadas para dia 30 de janeiro de 2022.

- Das eleições de 2022, resultou uma preanunção do caos vigente, com a vitória do Partido Socialista, que com uma percentagem de votos na ordem dos 41%, beneficiou de aritmética favorável associada à aplicação do método de Hondt e sentou no parlamento 120 deputados, num total de 230. Fruindo assim de todas as condições para governar em regime maioria absoluta.
- Na sequência destes factos o PSD manteve números de representatividade parlamentar praticamente idênticos aos que detinha em 2019. Todavia o mesmo não aconteceu com o CDS-PP, o seu parceiro mais natural, que se extinguiu enquanto partido com representação parlamentar.
- Neste mesmo contexto vemos intensificar-se a expressão representativa de dois novos partidos à direita do PSD, o Chega e a Iniciativa Liberal, e uma redução substantiva da expressividade parlamentar dos partidos da esquerda radical.

- O Partido Socialista dispõe assim de uma maioria absoluta que lhe permite governar confiante, sem o fantasma da falta de suporte parlamentar para qualquer medida política que pretenda promover.

Em suma, todas as políticas se refletem na sociedade e em todos os seus vetores sociais e económicos. Os países ressentem-se não só das suas políticas internas, como também se veem chamados a responder a fenómenos externos num mundo globalizado. Consequentemente, necessitamos cada vez mais de governos com uma visão cosmopolítica, uma vez que somos irremediavelmente afetados por ocorrências externas, por exemplo como aquelas que temos sentido com tanta proximidade ultimamente, guerras na Europa, inflação descontrolada, falência dos serviços de saúde, doenças às quais a ciência tem dificuldade em responder imediatamente, catástrofes naturais, fome, isto para citar apenas alguns pontos que requerem intervenções urgentes e hábeis.

É, pois, com os olhos postos na vontade, coragem, cooperação e sagacidade que necessitamos ter para a resolução dos problemas sociais, económicos e políticos, que aqui se enunciam alguns dos dilemas que têm surgido ultimamente de forma tão avassaladora, dando-nos também a noção da medida da urgência para a nossa intervenção perante os desafios por mais adversos que nos possam parecer.

O contrário da nossa capacidade para reverter os problemas em soluções obrigar-nos-ia, provavelmente, a admitir como verdadeiro aquilo que até então, durante séculos, tomámos por meros “presságios ontológicos” – Os terrores destrutivos da ‘guerra, da peste e da fome’, que perseguem a humanidade desde os primórdios parecem estar presentes desde 2020 de forma muito evidente. É certo que não poderão sair vitoriosos.

DA ADVERSIDADE

«Peste»

Em 11 de março de 2020 a OMS – Organização Mundial de Saúde, perante o aumento global e exponencial de infeções respiratórias graves, causadas por uma nova estirpe de coronavírus, até então desconhecida, e perante a incapacidade de estagnar a propagação desta síndrome respiratória aguda grave, declarou a nova a doença, Covid-19, como pandemia.

O avanço contínuo da doença obrigou a nível global os Estados a confinarem os seus habitantes, restringindo todas as possibilidades de contacto, e assim paralisou-se a dinâmica das sociedades numa tentativa de resolver partes do problema, procurando interromper a cadeia de contágio, enquanto se procurava ganhar tempo até descobrir uma vacina que possibilitasse acelerar a imunidade grupal e consequente recuperação da normalidade quotidiana e respetiva segurança das pessoas.

Os repetidos confinamentos em razão das sucessivas mutações do vírus, que insistiam em fazer aumentar constantemente novos picos de contágio, ensombrevam as esperanças, desorientavam os governos quanto às medidas corretas a tomar. A resposta parecia ser sempre a de fechar tudo, restringir tudo. Assim congelou-se praticamente toda a atividade económica. Reduziram-se os setores produtivos essenciais, à distribuição e à atividade sanitária.

Consequentemente inúmeros setores de atividade sofreram perdas significativas com as sucessivas paragens abruptas ao seu desempenho produtivo e gerador de valor.

Cremos como legítimo afirmar que vivemos a maior recessão global desde a *Grande Depressão* de 1929.

Neste contexto mundial de crise, obviamente que Portugal não escapa, deixando simultaneamente transparecer muitas das vulnerabilidades já existentes que se agravam à medida do avanço dos problemas mundiais.

Com a pandemia, provocada pela COVID-19, a afetar a saúde de milhares de pessoas, a gerar um número de óbitos que chegou a ultrapassar os 28.000 desde o início da pandemia, a pressão sobre o SNS – Serviço Nacional de Saúde foi fortíssima e deu lugar a novos e inúmeros outros problemas.

Apenas o profissionalismo e o espírito de missão dos seus trabalhadores foram capazes de minimizar as situações de rutura que se verificaram em diversos períodos.

Do mesmo modo, a concentração dos recursos sanitários no ataque imediato à pandemia, bem como um receio generalizado de frequência por parte da população saudável dos equipamentos de saúde, levou à falta de rastreio de outras doenças. O adiamento de consultas e cirurgias programadas contribuíram, em conjunto com a pandemia, para um aumento da taxa de mortalidade e um recuo, a partir de 2020 e em contraciclo, dos níveis de esperança média de vida à nascença em Portugal. Ainda assim é de salientar positivamente o processo de vacinação em que a adesão maciça da população, aliada a um planeamento rigoroso, permitiu atingir taxas ímpares no contexto global.

Foi muito relevante o papel dos trabalhadores de diversos sectores que mantiveram o funcionamento de áreas fundamentais da economia durante a pandemia e os confinamentos. Na assistência clínica, nas forças de segurança ou no setor dos serviços e da logística. Do seu trabalho dependeu a satisfação das necessidades de todos os portugueses neste período tão delicado. É inteiramente justo reconhecê-lo.

Mas a pandemia e o seu combate produziram também efeitos recessivos consideráveis na economia portuguesa. Em 2020, por exemplo, verificou-se um recuo de 7,6% do PIB. A retração do consumo privado interno e a diminuição dos fluxos turísticos internacionais (do qual a economia nacional depende fortemente) foram as principais razões desse retrocesso.

Verificou-se igualmente a perda de cerca de 100 mil empregos, uma redução de 10% das exportações e ainda o aumento da dívida pública para fazer face às dificuldades conjunturais.

Em termos laborais foi importante a adoção do chamado *lay-off simplificado* que ajudou a minimizar as consequências do arrefecimento económico repentino e impediu um aumento severo do desemprego com as desagradáveis consequências sociais inerentes.

“Guerra”

Quando todos pensavam que, finalmente, a pandemia havia sido ultrapassada ou pelo menos fortemente mitigada e controlada, a geopolítica vem ditar as suas leis através da agressão militar injustificada da Federação Russa a um país soberano, a Ucrânia, ao arripio do direito internacional e da Carta das Nações Unidas.

A agressão de que a Ucrânia está a ser alvo desde o dia 24 de fevereiro e a que o seu povo têm vindo a fazer frente de modo heroico - próprio de quem luta do lado da razão - constitui a maior crise militar e humanitária desde o final da segunda guerra mundial. Para além do potencial para remodelar a paisagem geopolítica europeia, esta guerra constitui um pesadelo para a segurança internacional, ao mesmo tempo que acarreta enorme sofrimento, uma crise humanitária de enormes proporções e revela múltiplos e intoleráveis crimes de guerra que não podem passar impunes.

O facto de envolver a invasão territorial de um país soberano, vizinho de outras nações europeias e aliadas da NATO, e de ser perpetrada por uma potência nuclear, levanta um conjunto de dúvidas e incertezas em termos da segurança coletiva na Europa e no Mundo com consequências a todos os níveis, desde os relacionados com a Defesa, às questões energéticas e alimentares, terminando nas questões económicas em geral.

“Fome”

A enorme dependência de boa parte da Europa do abastecimento de combustíveis fósseis para seu consumo – carvão, petróleo e sobretudo gás natural – por parte da Federação Russa, implica uma incerteza sobre a continuação desse fornecimento e até sobre a legitimidade de, por um lado, se apoiar solidariamente a Ucrânia através de sucessivos embargos económicos à Rússia, mas, por outro, se continuar a financiar indiretamente a Rússia e o seu esforço de guerra através da continuação desse fornecimento.

Do mesmo modo, embora mitigada pelo acordo obtido sob a égide das Nações Unidas para a exportação dos cereais ucranianos através dos portos do Mar Negro, as dificuldades e as dúvidas no abastecimento de cereais no mercado global, do qual a Ucrânia e a Rússia se contam entre os maiores produtores e exportadores, acentua não só as tendências inflacionistas como, também, fortes incertezas sobre a segurança alimentar global e o

receio fundado de fenómenos de fome em diversos países de maior dependência das importações alimentares e de maior debilidade económica para fazer face a fortes aumentos nos preços destas mercadorias nos mercados internacionais.

Tal situação é altamente preocupante não só do ponto de vista humanitário, mas também do ponto de vista da estabilidade política regional e da segurança. Se nos recordarmos que muitos dos países do Médio Oriente e do Norte de África estão nesta situação e que há uma década, no dealbar da chamada “Primavera Árabe”, os preços se encontravam igualmente em forte alta, poderemos antever que aos problemas de segurança no leste da Europa se poderão eventualmente juntar problemas no flanco sul.

As tendências inflacionistas são uma realidade perigosa para a economia europeia e global. Elas resultaram da disrupção causada pela paragem acentuada das atividades económicas, das cadeias de produção e fornecimento, em virtude da pandemia. De facto, os aumentos fortes da procura e as dificuldades nos fornecimentos vêm-se igualmente agravados em virtude das incertezas geopolíticas. Tudo isto acentua a pressão inflacionista global com reflexos perniciosos no poder de compra dos salários.

Trata-se de um fenómeno global a que Portugal não escapa. A taxa de inflação em 2022 situou-se em 8,1% em termos do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) (13,4% se incluirmos apenas os bens alimentares) e as previsões apontam para que no corrente ano atinja os 5,8%, quando a generalidade das atualizações salariais ficarão muito abaixo deste valor percentual.

Os **TSD – Trabalhadores Social-Democratas** sempre enfrentaram com ânimo as dificuldades e os sacrifícios. De facto, o nosso património político - sindical está marcado por combates difíceis e pela defesa de causas centradas nos problemas concretos e nas aspirações mais profundas dos trabalhadores portugueses.

Por isso, acreditamos que Portugal, com as políticas adequadas e fugindo da ilusão do curto prazo, conseguirá sempre ultrapassar as dificuldades sem desvalorizar o fator Trabalho e salvaguardando a necessidade de garantir a existência de um ***Estado Social*** sustentável.

Com opções de investimento corretas, uma Europa coesa e solidária, disciplina orçamental e uma política económica e social ajustada, Portugal conseguirá seguir na trajetória vencedora do pós-crise. Para isso será necessário ter uma visão de longo prazo não comprometendo as reformas efetuadas.

A situação internacional é assim de forte volatilidade. Ela reflete-se, inevitavelmente, na conjuntura nacional pelo que seria importante que o Governo, alicerçado na maioria parlamentar sólida que dispõe, pudesse estar à altura das circunstâncias. Infelizmente, apesar de recentemente reeleito parece andar perdido em questões internas ou incompatibilidades legais, éticas e políticas que minam a sua capacidade e a sua autoridade.

Esta Moção pretende dar um contributo positivo para essa caminhada na direção de maior crescimento económico, progresso, bem-estar e de mais equidade social.

Economia – Que esperar do Futuro?

O Partido Socialista encontra-se à frente da governação de Portugal desde 2015. Aparenta, todavia, estar irreconhecível. Parece ser agora o melhor amigo de “contas certas” procurando afastar-se dos tempos em que “havia mais vida para além do défice”. Ao invés de aproveitar a folga nas contas públicas para as reformas estruturais e para melhorar a vida dos portugueses, utiliza os ganhos extraordinários da receita, obtidos por via da inflação - da qual não é responsável, mas com a qual se vai “governando” - para reduzir o défice orçamental.

Nada temos contra “contas certas”. A redução do défice ou da dívida são fatores importantes para a boa saúde orçamental, mas entendemos que tempos extraordinários requerem medidas extraordinárias, ainda que temporárias, e que vão muito para além das que foram aplicadas.

As respostas europeias aos novos desafios económicos

Portugal é um dos Estados-membro da União Europeia e da Zona Euro. Embora com as suas particularidades, muitos dos seus problemas e desafios são comuns e merecem respostas concertadas ao nível europeu.

A situação pandémica, como atrás ficou referido, veio colocar problemas económicos graves em muitos dos Estados-membros da União Europeia, mormente aqueles com uma forte dependência estrutural da exportação de serviços, como é o caso de Portugal.

Foi assim muito importante a criação de um pacote financeiro europeu de recuperação e resiliência - NextGenerationEU (PRR em Portugal). Mais do que um mero plano de recuperação constitui-se numa oportunidade única de transformação estratégica das economias europeias e de criar oportunidades e empregos para a construção da Europa onde queremos viver.

Trata-se acima de tudo de uma visão, consubstanciada num acordo para investir em conjunto mais de 800 mil milhões de euros a nível europeu (mais de 16 mil milhões destinados a Portugal). Sendo uma oportunidade estrutural única para a economia portuguesa não deixa de ser preocupante observar os baixos níveis de execução do PRR relativamente ao previsto e desejável. Fazemos votos para que o Governo consiga concentrar os seus esforços no essencial, isto é, na recuperação dos níveis de execução de forma a garantir o pleno aproveitamento dos fundos.

A redução do desemprego e uma nova política económica

Desde o primeiro trimestre de 2013 tem-se verificado um recuo progressivo na taxa de desemprego e um aumento do emprego. Em conjunto com a recuperação económica, tal deve-se, em grande medida, às alterações à lei laboral que foram efetuadas em consenso económico-social. Para isso também contribuiu a inexistência, até ao momento, de qualquer reversão verdadeiramente significativa nas reformas laborais referidas.

Tal como no período pré-pandémico verifica-se que parte significativa do emprego tem sido criado no sector do turismo que é, de novo, um dos grandes impulsionadores da economia portuguesa. Porém, deve sempre levar-se em linha de conta a elevada impermanência da atividade económica deste setor muito sensível a constantes alterações da conjuntura internacional.

Foi igualmente importante a continuação da orientação da política económica que apostou nos setores transacionáveis de bens e serviços da economia. Tal levou a uma rotura com a prática seguida em Portugal, nos anos anteriores a 2011 e que conduziu o país a um ritmo de desindustrialização dos mais elevados do mundo. Só por esta via é possível continuar a aumentar as exportações e diminuir as importações, com a criação líquida de emprego.

De igual modo, os recursos do mar e a nossa enorme dimensão atlântica devem constituir um eixo central da nossa política económica. Sendo fundamental o uso consolidado dos portos e das estruturas existentes na criação de riqueza. A chamada Economia Azul deve ser uma aposta portuguesa para criação de postos de trabalho e independência energética entre outros. A agricultura deve continuar a ser revalorizada como uma atividade

estratégica. O objetivo, neste setor económico, como em todos os outros deve ser o de criar excedentes comerciais nas trocas com o exterior e originar a criação de emprego.

Também a indústria deve voltar a estar no centro das prioridades políticas relativas à economia. Nesse contexto a redução do IRC e a criação de incentivos fiscais e financeiros ao investimento são promotores desta estratégia no sentido da criação de vantagens competitivas na atração de *Investimento Direto Estrangeiro*. Somos favoráveis à reintrodução da redução planeada do IRC que foi interrompida pelos Governos do PS.

Consideramos que o paradigma nacional não pode continuar a ser o do fatalismo político bipolar: Governos do Partido Socialista que tudo gastam colocando em causa a produtividade e competitividade do País e abrindo caminho a crises permanentes Vs. Governos do PSD que surgem *à posteriori* em situação de *missão patriótica*, recolocando o país de novo no rumo certo.

OS TSD, O PSD E PORTUGAL

Os TSD e o PSD

O **PSD - Partido Social Democrata** - representa um projeto político de orientação social-democrata que acolhe o melhor do carácter português forjado em mais de oito séculos de história.

O personalismo e o humanismo assumidos pelo **PSD** são uma marca idiossincrática que o distinguem da esquerda coletivista, mas que, em paralelo, também não permitem que seja confundido com um ideário individualista próprio do neoliberalismo contemporâneo essencialmente motivado pelo lucro e insensível ao sentido instrumental e social da economia

Também como partido interclassista, o **PSD** expressa os anseios mais profundos dos Portugueses. É uma força reformista, não conservadora que tem por objetivo desenvolver a sociedade e construir um futuro melhor para os cidadãos e a aproximar os seus níveis de bem-estar dos Estados-membro mais desenvolvidos da União Europeia.

É neste seu escopo político que se situam os **TSD – Trabalhadores Social-Democratas**, a estrutura autónoma do **PSD** para o mundo laboral e para o movimento sindical. O **PSD** possui múltiplas razões para se orgulhar desta sua organização especial e dos seus militantes que surgem como a expressão social e laboral genuína do projeto político representado pelo **PSD** em virtude da sua inserção no mundo do trabalho e no movimento sindical.

Os **TSD** representam parte fundamental do projeto político social-democrata em Portugal. A sua implantação no movimento sindical é muito forte o que, aliado ao interclassismo do **PSD**, faz com que este se possa orgulhar de ser genuinamente um verdadeiro **Partido de Trabalhadores**.

Como militantes do **PSD**, que são também na sua maioria, e com a especial sensibilidade que lhes advém da sua ação se desenvolver onde a militância é mais difícil, os **TSD**

reclamam partilhar responsabilidades na formulação e na representação das políticas em todos os níveis onde o **PSD** é chamado a assumir posições.

Consequentemente os **TSD** consideram nuclear que o **PSD** assuma com coerência e com clareza a sua matriz social-democrata que lhe advém, do seu nome e do seu *ethos*.

A Nova Liderança do PSD para preparar uma alternativa de Governo

O XV Congresso Nacional dos TSD decorre cerca de oito meses após as eleições diretas para a escolha de uma nova presidência do Partido em virtude do facto do anterior presidente, Rui Rio, na sequência da reflexão pessoal que efetuou após os resultados eleitorais das legislativas de 2022, ter entendido afastar-se do cargo.

Chamados a pronunciarem-se em eleições diretas a maioria clara dos militantes do PSD sufragaram a candidatura de Luís Montenegro que, desse modo, se tornou presidente do Partido Social Democrata.

Os **TSD**, cientes desta confiança expressa democraticamente pelos militantes, saúdam o presidente e reiteram a disponibilidade e vontade de, a seu lado, contribuírem para unir o Partido. Esta vontade e disponibilidade são reforçadas pelo reconhecimento da sua credibilidade e capacidade política que são condições *sine qua non* para o **PSD** poder preparar os sucessivos atos eleitorais que terão lugar em Portugal, culminando no constituir-se como alternativa qualitativa no sentido de vencer as eleições legislativas e de colocar, de novo, o **PSD** à frente da governação no sentido de relançar as condições para um efetivo progresso económico e social do nosso país.

Da parte dos **TSD** continuaremos a representar, solidária e entusiasticamente, como estrutura autónoma, a voz do Partido, do seu programa e dos seus ideais de justiça social, vontade de progresso e modelo de democracia, no mundo do trabalho e no movimento sindical, mas também enquanto defensores dos valores e anseios dos trabalhadores no seio do PSD.

Sintonização dos TSD com o pulsar da sociedade

Os TSD estão despertos para a realidade concreta da sociedade e dos trabalhadores portugueses e conscientes da necessidade de adaptação e acompanhamento das transformações económicas e sociais permanentes.

Estão sobretudo atentos aos problemas dos trabalhadores e procuram dar as respostas que eles de si esperam. Impõe-se, assim, continuar a trabalhar no terreno laboral e sindical mostrando-se os TSD como uma organização aberta a novas ideias e atrativa.

Devendo para tanto:

- Eleger os jovens, a igualdade de género e os sectores profissionais mais dinâmicos como os públicos-alvo das suas ações;
- Investir na formação sindical, cívica e política;
- Dar prioridade à organização de núcleos de empresas e secções laborais;
- Valorizar as novas técnicas de comunicação aproximando-se dos militantes e da sociedade;
- Tornar os TSD uma estrutura mais participativa e mais participada para melhor servir os trabalhadores e Portugal.

Os TSD e a importância do Movimento Sindical

A vida em Democracia

A democracia assenta na participação dos cidadãos na vida e no desenvolvimento do seu país permitindo-lhes escolher os seus representantes para os órgãos decisores que legislarão e executarão as políticas. É neste contexto de Estado de Direito Democrático que não devemos descurar a participação e a atenção permanentes no modo como os problemas vão sendo encarados e resolvidos.

É no contexto sócio laboral que os trabalhadores exercem também a sua participação cívica e é o movimento sindical que melhor responde a esta necessidade de participação através da definição das suas condições de trabalho.

Os Sindicatos assumem e representam os interesses dos trabalhadores em geral e devem pronunciar-se sobre todas as alterações à legislação do trabalho. A sua relevância social, cívica e política é inquestionável num Estado de Direito Democrático.

Hoje com a globalização, o choque das diversas economias mundiais e a omnipresença de um poder financeiro dominante, impõe-se uma participação cívica cada vez mais alargada, aprofundada e com implicações ao nível dos movimentos sindicais europeu e mundial.

O objetivo do movimento sindical de melhorar as condições de vida dos trabalhadores coincide com os da social-democracia que os assume, em todas as suas dimensões, para o conjunto dos cidadãos.

São objetivos exigentes que obrigam os dirigentes sindicais a tomar partido naquelas que são as decisões políticas mais relevantes da nossa sociedade e os convocam para a análise dos problemas, a sua discussão com os trabalhadores e, conseqüentemente, a influir nas decisões políticas que lhes estão na base. É isso que se espera especialmente dos social-democratas que devem, de igual modo, pautar a sua conduta pelo princípio da **independência sindical**. O caminho para o desenvolvimento do País só pode ser o de um maior empenhamento coletivo dos social-democratas no movimento sindical.

São os trabalhadores que podem alavancar o desenvolvimento, organizando-se:

- Para pensar os problemas como forma de encontrar as melhores soluções;
- Para a ação, sendo as organizações sindicais o lugar-chave para uma aposta no futuro;
- Para uma afirmação ideológica social-democrata, que traga associadas políticas de progresso económico e emprego.

Só assim se poderá caminhar para um sindicalismo aberto, participado, inclusivo, aglutinador e politicamente empenhado, o que é diferente de partidariamente acorrentado. O sindicalismo só é forte se for livre, independente, comandado pela

solidariedade, pela fraternidade e não ao serviço de interesses partidários. Tal não põe em causa, naturalmente, o direito de tendência político-sindical dentro de cada sindicato.

A Empresa como espaço de concertação e de persecução do Interesse Comum

A empresa é o espaço privilegiado de cooperação entre empresários e trabalhadores, fonte de criação de riqueza e de emprego.

Na empresa, como no país, o trabalho e o conhecimento são o seu bem mais precioso, pelo que o envolvimento do trabalhador na vida da empresa é benéfico para todos. Com a sua força de trabalho contribui para o progresso da empresa e do país, enquanto a sua participação nas decisões, nos lucros e mesmo no capital da empresa eleva a sua autoestima e os seus níveis de motivação e de satisfação.

Para os TSD, o papel da Comissão de Trabalhadores na empresa deve ser um instrumento para a desejável cogestão e para o fortalecimento da relação de cooperação e de confiança entre empresário, trabalhador e também dos sindicatos do setor de atividade.

Hoje, mais do que nunca, é necessário que o empresário e o trabalhador convirjam no essencial, concertem posições e interesses, porque só assim a empresa pode alcançar os seus objetivos, criar riqueza e manter os postos de trabalho.

Consideramos como essenciais, para um sindicalismo agente de mudanças, de desenvolvimento e de justiça social, os seguintes vetores:

- A participação dos trabalhadores na discussão dos problemas do país, do sector de atividade, da organização em que cada um se insere;
- A concretização dessa participação nas organizações sindicais existentes, não sendo aceitável que se critique permanecendo à margem;
- Eleger os jovens e as mulheres como público-alvo para aumentar as taxas de sindicalização;
- Equacionar formas de enquadrar sindicalmente as formas atípicas de trabalho, designadamente os chamados trabalhadores independentes;

- Sensibilizar os Partidos políticos para a importância dos Sindicatos já que é muito importante construir objetivos políticos que mobilizem as pessoas, ganhando-as para a participação cívica e democrática;
- Fortalecer as organizações sindicais democráticas, filiadas na UGT ou Independentes, para que a voz das ideias dos dirigentes sindicais social-democratas traduza uma acrescida qualidade e representatividade;
- Acompanhar o esforço necessário do movimento sindical no sentido de enquadrar as novas formas de trabalho e de relação laborar por forma a que um conjunto de trabalhadores que exercem a sua atividade em plataformas informáticas, ou a partir de casa, ou por conta própria, ou de forma ocasional tenham, pela via sindical, capacidade de acederem coletivamente ao chamado “Trabalho Digno” na definição da OIT.

A reforma estatutária dos TSD

Em função dos desafios que se colocam a todos em geral e aos trabalhadores em particular, com mudanças significativas ao nível das relações laborais e de organização do trabalho, importa que os TSD – Trabalhadores Social Democratas assumam essas mudanças e as acolham, também, na sua estrutura organizativa.

Trata-se de um processo que exigirá uma profunda reflexão, não bastando apenas umas quantas alterações estatutárias de pormenor que correriam o risco de minimizar as verdadeiras necessidades organizacionais.

Por isso optou o Secretariado Nacional dos TSD por propor ao Conselho Nacional que o presente Congresso não incluisse o habitual ponto de “revisão estatutária”. Efetivamente a experiência demonstra que, por um lado, estas alterações consomem tempo precioso de debate no Congresso e, por outro, as alterações a introduzir devem ter um carácter mais estrutural e não serem meros acertos ou precisões de texto.

É por isso que a estrutura deve ser envolvida num trabalho que identifique, realmente, o modo como os TSD devem continuar a ser efetivamente a força representante da Social-Democracia no mundo do trabalho e o veículo da mensagem do PSD junto dos trabalhadores e do movimento sindical. Esta reforma estatutária de fundo deverá ser um trabalho exaustivo e sistemático com um tempo de produção de uma proposta consentâneo com a importância estratégica e em face do relevo de que se reveste.

Propõe-se, assim, que o Secretariado Nacional dos TSD, a ser eleito no presente Congresso, tenha como uma das suas missões designar uma **Comissão de Revisão Estatutária** para elaborar uma proposta a ser submetida ao debate pelas estruturas geográficas e laborais dos TSD e a ser aprovada no Conselho Nacional.

O objeto de tal reflexão será consubstanciado numa **proposta compreensiva e completa a ser apresentada ao próximo Congresso Ordinário (XVI Congresso Nacional)** e que determinará a futura forma de funcionamento da estrutura a partir dessa reunião magna.

Por forma a obstar à dificuldade temporal de discussão própria de um Congresso que, no essencial, dispõe de pouco tempo para o debate propõe-se, desde já, que o XVI Congresso dos TSD, possa decorrer durante três dias (com início na tarde de sexta-feira) para conferir tempo, tranquilidade e ponderação na discussão, quer das alterações estatutárias, quer das Moções de Estratégia.

A importância da Concertação Social

A sociedade portuguesa contemporânea possui uma grande diversidade e é bastante complexa e politizada. Existem novas formas de organização que exercem pressão sobre os Governos para que os processos de elaboração de políticas e de inspiração legislativa sejam alargados a novos participantes com base num *diálogo estruturado*.

Outra característica dos tempos modernos é a crescente importância das interdependências financeiras, económicas e sociais. Este facto faz com que os processos de decisão se tenham tornado mais complexos necessitando contemplar diferentes tipos de interesses aparentemente antagónicos. Ora tudo isto apenas será possível se a tomada de decisões políticas e legislativas levar em linha de conta as motivações dos agentes envolvidos.

É cada vez mais claro que a observância dos valores associados à democracia não se esgota nos atos eleitorais. A via para a paz social e o desenvolvimento económico obriga ao permanente desenvolvimento de uma cultura de compromisso assente na responsabilidade de todos os intervenientes.

Assim se compreende a virtualidade do *diálogo social*, visando a cooperação entre todos os agentes envolvidos na conceção e execução das políticas económicas e sociais. Ora tal não é compatível, nem com métodos simplistas, nem com o resultado da ação de um único agente. Esta circunstância foi especialmente importante no contexto de aplicação do *Memorando de Entendimento* entre Portugal e a *Troika* e o histórico *Compromisso Tripartido para o Crescimento a Competitividade e o Emprego* de janeiro de 2012, que implicou um conjunto de reformas estruturais implementadas com um mínimo denominador comum de consenso político e social.

Esta visão obriga a um esforço permanente das diferentes forças políticas e agentes económicos e sociais para se habituarem a distinguir o importante do acessório na sua atividade quotidiana. É neste contexto que o papel dos partidos políticos no Parlamento e dos parceiros sociais em sede de concertação social é determinante.

Um bom exemplo deste diálogo é também o das atualizações da Remuneração Mensal Mínima Garantida. De resto, o Governo do PSD efetuou em 2014 a primeira atualização desde 2009 e fê-lo em Concertação Social sem cair na tentação do Governo socialista em 2016 de proceder ao aumento sem o acordo dos Parceiros Sociais.

De igual modo saúda-se o facto de o Governo, sete anos volvidos depois do Partido Socialista ter assumido a sua titularidade, haver finalmente reconhecido o papel estratégico da Concertação Social e tenha finalmente assinado, em novembro de 2022, um acordo estratégico com os Parceiros Sociais (Acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade).

Foram sete anos de desaproveitamento da potencialidade da Concertação Social por causa de não hostilizar os pares da “Geringonça”, ferozes opositores da Concertação e do diálogo entre os Parceiros Sociais.

O Código do Trabalho como regulador legal das Relações Laborais

O passado da lei laboral em Portugal

Existem sobretudo dois momentos de destaque na evolução da lei laboral em Portugal. Estamos a referir-nos ao período pós 25 de Abril de 1974 e ao ano de 2003.

Efetivamente, no campo da conquista das liberdades individuais e coletivas no nosso país, o 25 de Abril veio transformar radicalmente o panorama da lei existente e consagrar nela soluções adequadas de um *Estado de Direito Democrático*.

Realçamos o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador, o princípio da proibição do despedimento individual sem justa causa, a liberdade de contratação coletiva e de negociação, a lei da greve, a lei das associações sindicais e patronais ou a liberdade sindical, por exemplo.

Entre outros, estes foram alguns dos aspetos em que a lei laboral sofreu uma transformação fundamental. Grande parte desta mudança teve origem no texto constitucional entretanto aprovado pela Assembleia da República em 1976.

O segundo momento marcante foi a codificação da lei do trabalho, que expurgou uma enorme dispersão de diplomas, dando origem ao que se designou por **Código do Trabalho (CT)**. Esta codificação veio reunir dezenas de diplomas conexos permitindo corrigir e aperfeiçoar normas, facilitando uma melhor compreensão e leitura por parte dos interessados e facilitando, desse modo, uma melhor aplicação dos preceitos legais.

O presente da lei laboral

Em virtude da assinatura do *Memorando de Entendimento* e na vigência do *PAEF – Plano de Assistência Económica e Financeira* como resultado do resgate internacional de 2011, algumas alterações à legislação laboral foram efetuadas em nome da flexibilização e da harmonização face aos demais estados-membro da União Europeia.

O indicador mais comumente utilizado para avaliar a rigidez do mercado laboral é o *Employment Protection Legislation (EPL)*, um índice calculado pela *OCDE* que analisa os entraves legais à contratação e ao despedimento. Deste ponto de vista a legislação laboral portuguesa era até então considerada como das mais rígidas no quadro da União Europeia e dos países membros da *OCDE*.

Como resultado do diálogo social essencial para que Portugal pudesse cumprir com sucesso o *PAEF* foi assinado em janeiro de 2012, entre Governo e Parceiros Sociais no âmbito da *Comissão Permanente de Concertação Social*, um Acordo Estratégico denominado *Compromisso Tripartido para o Crescimento, Competitividade e Emprego*, que continha um conjunto de medidas importantes que visavam dar resposta à delicada situação financeira, económica e social propondo a introdução de políticas que favoreciam a atividade económica, a criação de postos de trabalho e um reforço das políticas ativas de emprego, visando um melhor resultado em termos de empregabilidade dos desempregados, dos jovens e dos trabalhadores no ativo.

O *Compromisso* celebrado significou uma aceitação e compreensão, por parte dos signatários, da necessidade de empreender reformas estruturais que apostassem nos trabalhadores e na melhoria das suas qualificações, em novos processos, tecnologias e inovação. Tal ajuste foi igualmente uma demonstração do papel insubstituível do diálogo social estruturado mormente num contexto económico-social tão exigente.

Em matéria de legislação laboral foram tidos em conta os compromissos internacionais assumidos por Portugal no quadro do *Memorando de Entendimento*.

Naturalmente que as medidas constantes do *Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego* em matéria laboral são, na sua generalidade e do ponto de vista sindical, menos favoráveis que até então fixado no articulado do *Código do Trabalho*. Em contrapartida aperfeiçoaram-se e criaram-se outras medidas mais favoráveis ao trabalhador nomeadamente no que se refere aos direitos que levam a uma maior valorização e conciliação entre a vida profissional e familiar.

Igualmente foi possível, através do *Acordo*, atenuar muitos efeitos funestos em matéria de direitos laborais afetados pelas alterações contratualizadas com a *Troika* no *Memorando*

de Entendimento e também se deve levar em linha de conta que o âmbito do Compromisso ultrapassou em muito a estrita matéria da legislação laboral, sendo nas restantes matérias claramente favorável aos trabalhadores (emprego, Administração Pública, reestruturações, combate à economia clandestina, etc.).

Tratou-se, portanto, de um *Acordo* que de algum modo, introduziu um sistema de “*checks and balances*” e que se, por um lado deu suporte à necessidade incontornável de Portugal respeitar os seus compromissos internacionais no âmbito do *Memorando de Entendimento* mormente em matéria laboral, por outro, amenizou socialmente essa aplicação e criou as condições efetivas para uma paz social mínima e os mecanismos de suporte às reformas estruturais e ao crescimento económico e à geração de emprego.

Não temos dúvidas em afirmar que parte substantiva do sucesso de Portugal no seu processo de reestruturação, comparativamente a outros países intervencionados, radicou no sentido de responsabilidade histórica demonstrado pelos Parceiros Sociais e no resultado prático obtido através do *Compromisso Tripartido*.

Recentemente, em 2019, foi encontrado na Concertação Social um entendimento que procedeu a alguns ajustamentos do Código do Trabalho. A nível parlamentar o PSD, através da sua abstenção, viabilizou a Proposta de Lei do Governo na generalidade, situação que os TSD prontamente assinalaram como positiva uma vez que foi possível aprovar esta iniciativa legislativa que consubstancia o Acordo alcançado na Concertação Social, entre Governo, UGT e Confederações Empresariais.

As alterações propostas são equilibradas e mantêm o essencial da reforma do Código do Trabalho resultante do *Compromisso Tripartido para a Competitividade e o Emprego* de janeiro de 2012.

O Futuro da Lei Laboral

O TSD defendem que eventuais alterações ao Código do Trabalho devem sempre respeitar entendimentos firmados na Concertação Social. Esta parece-nos ser a posição mais e ajustada uma vez que respeitará sempre os equilíbrios e os compromissos entre os

interesses empresariais e laborais. Só desta forma se garantirão as condições para a paz social e a previsibilidade e estabilidade legislativas.

De igual modo a falta de competitividade e de produtividade da nossa economia não pode ser apenas imputada à legislação laboral já que ela é estrutural e depende também de muitos outros fatores.

Assim sendo entendemos que a busca da competitividade deve também ser abrangente a outros campos como, a redução da burocracia, o incremento da celeridade do sistema judicial, o combate à economia clandestina ou os custos de contexto que encarecem a atividade das empresas.

Deste modo, e como já foi atrás referido, Portugal situa-se agora na zona média do índice *EPL da OCDE* e não se nos afiguram como necessárias medidas adicionais de flexibilização da legislação laboral embora possam ser efetuados ajustes tendo em consideração a dinâmica da própria sociedade.

O Futuro do Trabalho e das novas formas contratuais

Que futuro para as profissões e para a contratação?

Os sindicatos foram reconhecidos no século XIX e surgiram da necessidade verificada pelos trabalhadores, na alvorada da 1ª revolução industrial, de se associarem para negociar as suas condições de trabalho face aos proprietários dos meios de produção – os capitalistas. Surgem assim, numa visão clássica, da dialética capital/trabalho onde radica, na aceção marxista, a luta de classes.

No séc. XX, no pós-guerra e com o desenvolvimento industrial, os sindicatos desempenham um papel fundamental e incontornável na negociação coletiva e na defesa dos direitos dos trabalhadores.

Numa relação jurídica laboral clássica, o trabalhador presta a sua força de trabalho a um empregador, e é remunerado por ela. Nessa mesma relação laboral está implícito que os tempos de pausa ou de não trabalho são igualmente remunerados, e o empregador está vinculado à obrigação de dar trabalho e condições de trabalho ao trabalhador. Associado ao contrato de trabalho estão os períodos de licença, seja por doença ou outras, bem como as férias. Decorrem do contrato de trabalho, o desconto de contribuições para a segurança social para assegurar o rendimento dos trabalhadores após a prestação do trabalho (reforma ou aposentação).

Porém, na era de economia global e digital novos desafios são lançados. A economia digital traz novas formas de organização do trabalho. Os desenvolvimentos nas comunicações e nas tecnologias de informação conduzem a alterações significativas nas relações laborais clássicas que, por esta via, se tornam mais flexíveis e sem restrições de fronteiras conduzindo ao aparecimento de formas de emprego atípicas.

Dentro das relações laborais clássicas assiste-se igualmente a algumas formas flexíveis de prestação de trabalho. O teletrabalho é bem o exemplo disso. Todavia, o vínculo laboral existe, regulado por lei e pela contratação coletiva.

Mas incontornável verificar que novas formas de trabalho começam a aparecer. Nelas a fronteira entre o trabalho por conta de outrem e o “auto-trabalho” é muito ténue.

Podemos perguntar-nos se muitos dos trabalhadores que recorrem a formas de trabalho situadas nessa *zona cinzenta* entre o trabalho dependente e o trabalho por conta própria, o fariam realmente se a crise e o aumento do desemprego o não tivesse determinado. A resposta será, provavelmente, não.

É razão para nos questionarmos se todo o empreendedorismo é de facto uma ambição e um estado de alma, ou uma necessidade. Se - especialmente entre os jovens empreendedores - o ânimo é criar empresas e assumir os riscos de uma atividade empresarial, ou se o objetivo é, tão somente, criar o seu próprio emprego.

Desde há algum tempo, e também por via da 4ª revolução industrial, que se assiste a uma segmentação do mercado de trabalho, ao nível do espaço europeu.

As relações laborais clássicas – leia-se: contrato de trabalho a tempo inteiro e permanente – que caracterizou os mercados de emprego por muito tempo, têm dado lugar a um crescente fenómeno de relações laborais atípicas como:

- part-time
- contratos a termo
- contratos temporários
- trabalho em casa
- trabalho por conta própria
- trabalho ocasional
- trabalho sazonal
- teletrabalho

Mas estas forma encontram enquadramento legal, quer nacional, quer comunitário, sendo que as diretivas relativas ao trabalho em part-time e ao trabalho a prazo, caracterizando-se por proibições à discriminação, contém, igualmente, regulamentação destinada a combater o abuso destas formas contratuais.

No que respeita ao teletrabalho - que assumiu uma importância determinante durante a pandemia - mantem-se ainda em muitos setores de atividade como uma forma ocasional ou usual de prestação de trabalho, também já se encontra regulamentado.

A estas formas contratuais juntam-se outras, e nestas reside o verdadeiro desafio para Governo e Parceiros Sociais, Governos, bem como aos órgãos legislativos.

O trabalhador com um vínculo contratual a uma unidade jurídica “empresa”, mesmo que seja em nome individual, tem um salário, que se encontra declarado (não nos vamos deter neste exercício, nos casos patológicos de trabalho não declarado, que podem atingir proporções de foro criminal), e é o próprio empregador que efetua a retenção na fonte de parte da remuneração do trabalhador e a entrega ao fisco, e da percentagem com que o trabalhador tem de contribuir para a taxa social única, e a entrega à segurança social, acrescida neste caso da parte que incumbe ao empregador.

Mas para todos a questão da proteção social coloca-se de modo relevante.

As formas de trabalho não reguladas pela lei laboral, escapam igualmente às regras relativas à segurança social e às normas contributivas. Pelo que devem ser cuidadosamente monitorizadas quer pelos parceiros sociais, quer pelas autoridades nacionais e comunitárias.

Desafios para o Movimento Sindical e para os Trabalhadores da “Nova Economia”

Como a realidade tem o terrível hábito de se impor, o desafio dos parceiros sociais passa por avaliar profundamente as práticas das novas formas de trabalho e em conjugação com o enquadramento legal existente e sugerindo medidas legislativas adequadas. Também garantir que o trabalho é prestado de forma justa, que os direitos dos trabalhadores relativamente a duração de trabalho, remuneração e condições de trabalho são

garantidos, que a proteção social designadamente na doença e em caso de cessação de atividade é assegurada e que a segmentação do mercado de trabalho é minimizada.

O conceito de trabalho digno, segundo a OIT – Organização Internacional do Trabalho, “*resume as aspirações do ser humano no domínio profissional e abrange vários elementos: oportunidades para realizar um trabalho produtivo com uma remuneração equitativa, segurança no local de trabalho e proteção social para as famílias, melhores perspectivas de desenvolvimento pessoal e integração social; liberdade para expressar as suas preocupações; organização e participação nas decisões que afetam as suas vidas; e igualdade de oportunidades e de tratamento para todas as mulheres e homens*”.

Este conceito não pode ser esquecido e deve ser disseminado junto dos trabalhadores para se inteirarem que - mau grado a economia digital estar a mudar a vida da sociedade e o facto de elas pensarem que o trabalho do futuro será melhor e que as oportunidades serão maiores - precisam sempre de ter um *trabalho digno*.

A digitalização está a mudar o mundo e as pessoas, quer ao nível pessoal quer profissional, e vai permitir maior flexibilidade e maior seleção na forma como trabalhamos, mas o conceito de trabalho digno permanece.

Será mais difícil aos sindicatos filiar novos membros. É difícil ir buscá-los onde estão - a trabalhar de casa, atrás de um computador. Talvez se torne necessário alargar a sindicalização a profissionais sem vínculo laboral, porque muitos serão os que trabalharão nesse regime, e os seus direitos devem ser defendidos, mas o que não pode deixar de nortear é o conceito de trabalho digno.

Os TSD têm plena consciência desta mudança de paradigma que está a desenvolver-se na sociedade, nomeadamente ao nível da organização do trabalho e da relação laboral.

Sabemos que, neste momento, os trabalhadores prestadores de serviços, os que colocam a sua força de trabalho em plataformas informáticas, os *free-lancer* são aqueles que, não podendo estar inscritos em sindicatos, serão os que de maior proteção social carecem já que serão aqueles cujos direitos são mais violados e, paradoxalmente, aqueles cujos direitos laborais menos são reivindicados. São igualmente aqueles cuja proteção social na inatividade, seja por desemprego ou por idade, não está assegurada.

O movimento sindical precisa de encontrar formas criativas de os enquadrar e representar como uma forma de atualização e de reação a este “novo normal”.

Globalização da Produção e da Economia

A participação de todas as regiões do mundo na produção de bens é hoje uma realidade. Tal criou muitas possibilidades de desenvolvimento económico e social e permitiu a muitos milhões de pessoas emanciparem-se da pobreza alcançando um emprego e um patamar mínimo de dignidade social. Porém, em sentido contrário, a feroz concorrência internacional a que se assiste tem vindo a degradar continuamente as condições de trabalho, os salários, ou o respeito por direitos fundamentais.

Esta internacionalização também contribui para explicar parte do fluxo migratório contínuo a que se vem assistindo. Os migrantes, apesar de contribuírem fortemente para a criação de riqueza nos países onde se instalam, são paradoxal e frequentemente, vítimas de xenofobia e racismo, explorados, afetados por elevadas taxas de desemprego específicas e por forte insegurança pessoal e familiar.

De igual modo, as regulamentações laborais são essencialmente nacionais e incapazes de fazer face a desregulações concorrenciais entre países ou regiões económicas. Assim as situações de forte informalidade típicas dos países em desenvolvimento não cessam de crescer também nos países industrializados quando o inverso seria o desejável e indiciador de efetivo progresso económico e social.

Estas realidades potenciam a falta de qualidade no trabalho e o aumento dos riscos associados ao mesmo através do aumento do *stress* e das doenças profissionais ou das mortes em acidentes laborais.

Por tudo isto não será de estranhar que o respeito pelos direitos fundamentais no trabalho que está na base da criação, há mais de cem anos, da **OIT – Organização Internacional do Trabalho**, esteja em regressão apesar dos progressos a que se tinha vindo a assistir.

Na sua **Declaração de Filadélfia** em 1944, próximo do final da Segunda Guerra Mundial, a OIT reafirma de modo sintético os princípios e objetivos da Organização adaptada às novas

realidades resultantes do conflito, da criação da ONU - Organização das Nações Unidas e da integração da OIT como uma das suas principais agências. Estes princípios estão perfeitamente atuais e os TSD reconhecem-nos como os que devem continuar a nortear o Trabalho, as relações laborais e a justiça social em qualquer país ou região do mundo.

Profissões em Risco

A questão da automatização é já um assunto do presente e, diríamos até, do passado recente. Atualmente, profissões como a de ascensorista ou operadores telefónicos, por exemplo, já são uma memória do passado.

Parece existir, assim, uma relação muito estreita entre as profissões de rotina intensiva, ou com procedimentos bem definidos e replicáveis através de algoritmos mais ou menos complexos e a desaparecimento progressiva de muitas das atuais profissões.

Por exemplo, o aumento progressivo da automação das funções de condução de veículos, a que se vem assistindo, permite prever que, num prazo relativamente curto, um conjunto de profissões relacionadas com o ato de conduzir viaturas possa desaparecer gradualmente e lançar gente no desemprego ainda que, concomitante e paradoxalmente, possa permitir um aumento exponencial na segurança rodoviária.

No outro lado da equação, as profissões ou atividades que impliquem maior criatividade ou que necessitem de competências em que a rotina não esteja tão marcadamente presente, são suscetíveis de serem mais duradouras e menos ameaçadas pela automação ainda que, os vertiginosos progressos tecnológicos, não permitam afirmá-lo de forma perentória.

Não se pense, todavia, que se trata de um fenómeno novo. Desde o início da Revolução Industrial que os saltos tecnológicos significaram a automação de determinados procedimentos e a dispensa de determinadas tarefas rotineiras e indiferenciadas. Basta ver, por exemplo como era processada a ceifa de uma seara antes da introdução das debulhadoras mecânicas para termos uma ideia aproximada deste fenómeno.

Historicamente paradigmático desta tensão permanente foi o movimento ludista dos trabalhadores ingleses da fiação no início do sec. XIX. Era entendido, pelos seus adeptos, que o advento dos teares mecânicos ia contra as práticas laborais tradicionais chegando ao ponto de passarem à ação direta destruindo muitas destas máquinas em instalações fabris. O termo ludismo, aliás e por antonomásia, serve para ilustrar um qualquer movimento social, de carácter mais ou menos romântico, que tenta ingloriamente parar o progresso tecnológico.

Por isso a atitude correta não é a de resistir obstinadamente à automação, senão a de enquadrá-la e de fazê-la respeitar determinadas normas e princípios norteadores das relações laborais e, acima de tudo, conduzi-la de forma que contribua para que o progresso económico e acréscimo de bem-estar, seja acompanhado de justiça social e respeito pela legislação laboral.

Como as possibilidades de digitalização são inúmeras e progressivas o seu impacto sobre as profissões conhecidas e tradicionais é também ele grande e potencialmente disruptivo se não for acompanhado de medidas socialmente mitigadoras e respeitadoras dos direitos dos trabalhadores.

Face ao exposto entendemos ser importante:

- A dinamização da Negociação Coletiva e a liberdade de associação sindical;
- A defesa do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e mais qualidade nas relações laborais;
- A contínua prossecução da Agenda do Trabalho Digno da OIT por uma sociedade mais justa;
- A defesa de mais e melhor formação profissional (inicial e contínua);
- O combate ao trabalho precário em todos os setores económicos;

- A integração legal das novas formas de prestação de trabalho e dos vínculos laborais numa agenda de trabalho digno, bem como o enquadramento sindical destes trabalhadores;
- O combate ao desemprego jovem e ao desemprego de longa duração com mais eficazes políticas ativas e passivas para o mercado de trabalho;

A sustentabilidade da Segurança Social

As ameaças no presente e no futuro

Um impacto não negligenciável da automação é o que se verifica na cobrança da TSU - Taxa Social Única. Os casos exemplificados no capítulo anterior devem obrigar a repensar a forma de financiamento da Segurança Social uma vez que estamos perante um *trend* perverso. A automação representa uma destruição líquida de postos de trabalho, as empresas vêm aumentadas as suas receitas e diminuídas as suas despesas com salários, mas também com as contribuições sociais necessárias para ajudar a que a Segurança Social pague os subsídios de desemprego de quem foi dispensado. É um forte incentivo à automação, com maior comodidade para o utente, mas uma péssima notícia para a sustentabilidade da Segurança Social.

Das diferentes análises ao problema da sustentabilidade da segurança social as conclusões a retirar são de que ainda não foram tomadas medidas adequadas para resolver um problema que envolve aqueles que após uma vida ativa pretendem ter uma reforma sem temerem que esse justo direito lhes seja retirado permitindo uma vida decente na velhice ou, porque atempadamente, não foram tomadas medidas corretivas adequadas ou, porque as que foram tomadas são manifestamente insuficientes e muitas vezes pretendem solucionar as necessidades do curto prazo.

As opções normalmente referidas para garantir a sustentabilidade apontam para:

- Aumento da idade da reforma;
- Redução do valor médio das pensões a pagamento;
- Incremento das contribuições e/ou de outras fontes de financiamento do sistema;
- Alargamento da base contributiva, seja pelo crescimento da economia e/ou da produtividade;
- Uma maior eficácia no combate à economia informal;

- Um aumento da natalidade e da imigração regulada, permitindo ampliar o número de contribuintes;
- Impostos progressivos.

Estas opções gerais podem ainda ser completadas com outras opções, como é o caso de consignar ao Fundo de Estabilização da Segurança Social um imposto específico.

Todas as opções devem sempre ter em atenção que não estamos perante a procura de uma solução contabilística, mas perante uma área de intervenção social em que independentemente da carreira contributiva o Estado tem de prover pensões mínimas a estratos sociais mais carenciados através do subsistema da solidariedade.

Diversificação das Fontes de Financiamento

Importa assim alterar o paradigma de financiamento da Segurança Social diversificando as suas fontes, bonificando as empresas de mão-de-obra intensiva em detrimento das de capital intensivo que deverão contribuir mais para minorar os efeitos sociais da automatização e o desemprego tecnológico que, para além do mais, tende a ser estrutural em função da especialização e das necessidades de formação adequada e pouco compatível com os perfis de determinados trabalhadores.

Esta questão diversificação das fontes de financiamento deverá ser seriamente equacionada sob pena de se pôr em risco o sistema baseado sobre um alto nível de emprego em que se baseia a nossa Segurança Social. Se o sistema não padece ainda de problemas de financiamento no curto prazo, a sustentabilidade, a longo prazo, poderá estar comprometida se nada for feito, entretanto.

Esta situação leva igualmente a que, do posto de vista da justiça social, questões como o prolongamento da atribuição de subsídio de desemprego ou a atribuição de uma espécie de *“renda básica universal”* tenham de ser equacionadas sob pena de vermos aumentada a exclusão.

Administração Pública – Pilar do Estado em Portugal

A Reforma do Estado

A Administração Pública, central, regional e local bem como as Entidades com fins públicos, os Institutos e as Entidades Públicas Empresariais no âmbito da Administração Indireta e ainda a Administração Autónoma, com as suas Universidades e Entidades Reguladoras acumula um conjunto de entidades públicas de importância fundamental para a organização dos serviços a prestar aos Portugueses e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do país.

Uma Administração Pública eficaz e eficiente reveste-se da maior importância para a prestação de mais e melhores serviços públicos aos nossos concidadãos, para a dignificação da própria democracia e para a modernização e o desenvolvimento do país seja ao nível das funções sociais, seja das funções de soberania.

Ora, tendo em consideração, por um lado, a inevitabilidade da contenção da despesa pública e, por outro, a importância do papel do funcionamento da Administração Pública, tanto ao nível do funcionamento do próprio sistema administrativo, como ao nível da confiança dos cidadãos, importa, hoje mais do que nunca, avançar com uma verdadeira e própria reforma da Administração Pública, quer na sua componente orgânica, quer na sua vertente funcional e, mais importante do que tudo, quer quanto aos seus recursos humanos, que assegure aos seus trabalhadores a valorização, dignificação, motivação e mesmo orgulho nas funções públicas que exercem.

A Reforma da Administração Pública deve constituir pois um objetivo fundamental e urgente a prosseguir para a credibilização do nosso Estado Social de Direito e, mesmo, do nosso regime democrático, importando, para isso, apostar fortemente numa valorização, dignificação e motivação dos seus funcionários, que reclame a sua audição e participação efetiva, através das suas organizações sindicais, nessa mesma reforma.

Os Constrangimentos Financeiros

Depois da bancarrota económica e financeira de Portugal, decorrente da governação socialista de José Sócrates, e da intervenção draconiana da Troika, que nos forçou a adotar medidas de austeridade sem precedente, que afetaram gravemente a nossa Administração Pública e os seus trabalhadores, parecem agora estarem finalmente reunidas as condições para se avançar com a sua reforma efetiva e bem-sucedida. Esta situação encontra-se agravada atualmente com o aumento da inflação e a incapacidade das atualizações salariais para 2023 conseguirem fazer face ao aumento forte da inflação.

Neste sentido, importa avançar desde logo com medidas que garantam a renovação e rejuvenescimento dos recursos humanos da Administração Pública, em obediência a um plano e programação que preveja o provimento das necessidades de recursos humanos a médio prazo.

Simultaneamente este processo de reforma da Administração Pública deve assegurar-se a qualificação e formação profissional dos novos funcionários públicos, que os dote dos conhecimentos básicos essenciais quanto aquilo que é a organização e funcionamento dos serviços públicos, ao mesmo tempo que se garante a formação contínua e atualizada dos mais antigos.

Importa também atacar o problema crónico da falta de competência, do relaxe e da falta de responsabilização evidenciados por demasiados dirigentes máximos da nossa Administração, que tem degenerado numa má gestão da coisa pública, resultante do facto de muitos dos cargos dirigentes da Administração Pública, nomeadamente ao nível dos seus dos diretores gerais, continuarem a ser preenchidos com base em critérios de confiança partidária, em vez de o serem pela via da competência.

Os Constrangimentos no Funcionamento da Administração Pública

Concomitantemente assistiu-se a uma redução e abandono pessoas que trabalhavam na Administração Pública, principalmente por via da reforma e de que resultaram défices graves ao nível dos recursos humanos em setores importantes da Administração com

especial destaque para a saúde e a educação que importam colmatar sob pena de se comprometer ainda mais a qualidade dos serviços prestados aos utentes.

Acresce referir que a forte insuficiência de formação profissional na função pública - inicial e contínua - contribuiu ainda mais para a degradação do nível de conhecimentos e qualificações das pessoas que trabalham na Administração Pública. Importa corrigir esta questão por forma a que a qualidade do serviço melhore.

Por último, temos o problema crónico estrutural da má gestão da *coisa pública* resultante do facto de muitos dos cargos dirigentes da Administração Pública - ao nível de diretores de serviço, chefes de divisão e mesmo ao nível dos diretores gerais – continuarem a ser preenchidos com base em critérios de confiança política, e até partidária, em vez de o serem pela via da competência e mérito.

Esta realidade tem gerado ineficiências na organização e funcionamento da administração pública, descontentamentos e mau estar junto dos recursos humanos mais qualificados, por se verem preteridos e comandados hierarquicamente por quem tem menores qualificações e proficiência.

Por outro lado, a existência de dois vínculos de emprego na Administração Pública, o público e o privado, tem gerado injustiças e desigualdades de tratamento entre trabalhadores no que diz respeito ao conjunto dos seus direitos e deveres que importa refletir no sentido de se equacionar o seu fim, pelo que neste particular defendemos a necessidade de se trabalhar no sentido de haver apenas um vínculo de emprego público para todos os trabalhadores que prestam funções públicas, pondo-se fim ao uso do contrato individual de trabalho no seu seio.

Esta realidade tem gerado ineficiências na organização e funcionamento da administração pública, descontentamentos e mau estar junto dos respetivos trabalhadores mais qualificados, por se verem preteridos e comandados hierarquicamente por quem tem menores qualificações e proficiência.

Regularizar Vínculos Precários no Estado e Combater o Trabalho Precário

A identificação de trabalhadores no âmbito de contratações com vínculos não permanentes no conjunto de todos os órgãos, serviços e entidades da Administração Pública central e local e do Setor Empresarial do Estado que respondam a necessidades permanentes, deverá ser uma prioridade.

Por conseguinte, a sua integração deverá pautar-se sempre pela manutenção e/ou elevação dos níveis de excelência dos serviços públicos, modernizando-os e qualificando os seus recursos humanos para que possam acompanhar os níveis de exigência impostos pelos novos paradigmas do futuro do trabalho.

O futuro ditar-nos-á a elevação dos níveis de eficiência e eficácia para melhor servir o cidadão e as empresas que recorrem aos serviços públicos e também a elevação dos níveis de valorização e qualificação das pessoas que neles trabalham.

Por isso é importante realizar um diagnóstico de recursos humanos transversal a todo o setor público, identificando carências e oportunidades para reajustamentos, mas também criar mecanismos de maior transparência de recurso ao trabalho temporário.

Dever-se-á ter em linha de conta as qualificações que serão exigidas no futuro, conjugando fatores relacionados com as novas tecnologias de informação e com as modalidades de trabalho à distância.

Para as situações atualmente existentes torna-se fundamental desenhar e executar políticas claras de eliminação progressiva do recurso ao trabalho precário no setor público como forma de colmatar necessidades de longa duração.

A ADSE - o subsistema de saúde dos trabalhadores da Administração Pública

No que toca à ADSE, defendemos que ela deve continuar na esfera pública e ao serviço dos trabalhadores em funções públicas e do setor empresarial público, seus contribuintes e beneficiários.

A ADSE constitui-se, e é sempre bom frisar, num sistema complementar ao Serviço Nacional de Saúde, financeira e integralmente suportado pelos funcionários públicos e do setor empresarial público.

Sendo financiada pelo rendimento disponível dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública para satisfação de cuidados de saúde prestados aos mesmos, a ADSE deverá ser excluída das disputas ideológicas que opõem o setor público de prestação de cuidados de saúde ao privado, e vice-versa.

Os TSD recomendam celeridade nas negociações, abertura a novos beneficiários, bem como redução da comparticipação destes e incidência das quotas sobre 12 meses e não 14 como atualmente acontece. A utilização das quotizações dos beneficiários da ADSE para a sustentabilidade do SNS é uma subversão do sistema que não deve ser permitida.

Neste contexto, os TSD, atentos a esta realidade e aos processos reivindicativos desencadeados pelos sindicatos do setor, onde se movem inúmeros sindicalistas e ativistas sindicais social-democratas, assumem e defendem como principais linhas de força da sua ação programática no âmbito da Administração Pública o seguinte:

- O recrutamento e seleção dos dirigentes máximos e intermédios da Administração Pública com base no princípio e em critérios de competência, que a dote de uma gestão profissional, eficiente e eficaz que respeite, dignifique e valorize as competências e proficiências profissionais dos seus trabalhadores;
- A reposição da política de atualização e aumento anual dos salários e demais remunerações dos trabalhadores em funções públicas, que permita ter em linha de conta a erosão que a inflação tem tido sobre o poder de compra dos seus rendimentos do trabalho (calcula-se que a perda por esta via na última década ronde agora os 20%);
- O descongelamento das carreiras dos trabalhadores públicos, nomeadamente através da contagem e reposição integral do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores das diferentes na função pública;

- A reposição e retoma das regras normais de progressão gestonária nas carreiras, como forma de gerar a motivação e o empenhamento dos funcionários públicos no exercício das suas funções, condenando-se a tendência para a transformação da regra excepcional da progressão obrigatória dos 10 anos ou 10 pontos em regra normal;
- A revisão da legislação das carreiras e do SIADAP, Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública, por as atuais regras de progressão tornarem impossível o seu acesso às posições mais altas e até mesmo intermédias das respetivas carreiras (80 ou 120 anos de vida útil profissional é para o que apontam as atuais carreiras);
- A revisão da Tabela Remuneratória Única da Administração Pública, em virtude do esmagamento entretanto operado dos seus níveis remuneratórios mais baixos por força do progressivo aumento do valor do salário mínimo nacional, gerando situações de injustiça e iniquidade;
- A revisão urgente do Sistema de Avaliação do Desempenho dos trabalhadores em funções públicas, com a aprovação de um novo sistema que, retomando a periodicidade anual de avaliação, permita um efetivo e objetivo reconhecimento das competências e desempenhos profissionais daqueles trabalhadores, motivando-os e envolvendo-os nos fins e missões prosseguidas pela Administração Pública;
- Defender a coesão territorial através da descentralização e desconcentração de serviços, nomeadamente através de uma política coerente e eficaz que apoie efetivamente a fixação de famílias em locais afastados dos grandes centros urbanos.
- A criação, apoio e reforço de programas de formação profissional inicial e contínuo para os trabalhadores em funções públicas, que lhes devolva a cultura, a memória e os fins da administração pública, dotando-os dos conhecimentos e competências necessárias ao seu bom e correto desempenho profissional;
- A manutenção da ADSE na esfera pública garantindo a sua sustentabilidade financeira enquanto sistema exclusivamente financiado pelos trabalhadores, defendendo-se o alargamento do seu âmbito subjetivo de inscrições àqueles que desempenham funções em serviços e organismos públicos de natureza

empresarial, incluindo os que estejam em regime de contrato individual de trabalho;

- A necessidade urgente de se avançar com o reconhecimento e valorização das carreiras contributivas mais longas na Administração Pública, permitindo-se a possibilidade de aposentação antecipada sem penalização de todos os trabalhadores que possuam pelo menos 60 anos de idade e 40 anos de serviço;
- Consolidar as parcerias com as organizações sindicais a nível internacional o European Public Services Union – EPSU e o “Eurocadres” entre outros.
- Aproveitar tendências que geram oportunidades em termos de liberdade de escolha e melhores condições para conciliar vida pessoal, familiar e profissional como é o caso do Teletrabalho;
- Lutar por condições de trabalho no seio da Administração Pública Central, Regional e Local que pugne pela igualdade de género em termos de oportunidades, respeito pelos grupos mais vulneráveis, desde logo o das pessoas com deficiência.

A Saúde em Portugal

O Serviço Nacional de Saúde – Marco do Estado Social

A sustentabilidade em cuidados de saúde é uma preocupação em todos os países desenvolvidos sobretudo nos europeus onde os sistemas de saúde públicos se encontram entre os melhores do mundo.

A sua abrangência social é indiscutível. Ninguém deve ficar sem os cuidados de saúde de que necessita independentemente das suas condições económicas. Para isso, nos termos constitucionais, o Estado deve assegurar uma rede pública, tendencialmente gratuita, que abranja todo o território nacional e que providencie a todos os utentes estes apoios de saúde, desde logo, e especialmente, aos mais carenciados da sociedade.

Em Portugal, apesar de dificuldades conjunturais e da nova austeridade encapotada, com reflexos no funcionamento do *Serviço Nacional de Saúde (SNS)*, temos amplos motivos para nos orgulharmos dos indicadores de saúde. As taxas de mortalidade infantil, ou de sobrevida, são disso bons exemplos.

As políticas de saúde representam uma marca do Estado Social que defendemos, porque são das que mais relevância têm na vida das pessoas, das famílias e da sociedade. O SNS é um dos grandes ativos da nossa sociedade cabendo a todos a sua defesa e promoção.

Mas, se o SNS é o centro de gravidade do sistema de saúde português, do mesmo fazem também parte o sector social e o sector privado. A colaboração entre o SNS e estes setores pode ser feita com vantagens mútuas, e há bons exemplos disso.

O *setor social* tem um importante lugar no sistema de saúde português em pelo menos duas dimensões: na abordagem de populações particularmente desfavorecidas, com características de exclusão social, onde a informalidade e flexibilidade do setor social constitui vantagem assinalável; mas também em situações onde aos problemas de saúde se juntam necessidades de apoio social de uma forma continuada.

Por seu turno, o **setor privado** oferece serviços que nalgumas circunstâncias são úteis para o SNS e para as pessoas exercendo, por vezes, um grau de complementaridade assinalável e de utilidade.

A estratégia deve estar assente no utente e deverá ser clara: o foco reside no serviço prestado e não no prestador que, preferencialmente, será do sector público, mas poderá ser do sector privado ou social se isso for mais vantajoso numa lógica de boa gestão de recursos e de melhor prestação de serviço.

Numa altura que o setor privado já ultrapassa o setor publico em número de unidade de hospitalares, a negociação coletiva nos últimos anos sofreu uma transformação, que tem retirado ao setor publico os profissionais mais diferenciados. Ora, acreditando nós, quer numa concorrência leal, quer na complementaridade entre os sectores publico, social e privado tal só ocorrerá se os Acordos Coletivos de Trabalho forem semelhantes, quer em termos de condições de trabalho, quer em termos remuneratórios. O setor publico está a perder terreno para os outros setores, mais céleres, dinâmicos e com processos de contratualização menos burocráticas e não dependentes de vários ministérios ou aprovações.

Financiamento do SNS

Pela sua especial sensibilidade social e por ser um traço identitário de um Estado Social de que nos orgulhamos é importante que o SNS tenha um nível de financiamento adequado. Para isso é importante que não só o Orçamento de Estado assegure esse financiamento, bem como a persecução de políticas públicas que promovam o rigor nos gastos e a racionalização de recursos para que o sistema continue a assegurar a satisfação dos seus utentes, continuando a figurar entre os melhores nos *benchmarkings* internacionais.

Recursos Humanos na Saúde e SST

Os recursos humanos necessários ao sector – médicos, enfermeiros, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica e assistentes técnicos, assistentes operacionais, técnicos

superiores, farmacêuticos – devem integrar uma política de educação e formação adequada a satisfazer as necessidades do país, o que ainda não acontece, especialmente ao nível dos clínicos, não sendo aceitável que se imponham elevadas exigências aos alunos portugueses para entrarem nas universidades especializadas e, paradoxalmente, para se colmatarem as necessidades se recrutem profissionais de saúde noutros países.

Não é aceitável que se percam milhares de profissionais de saúde todos os anos, quando os mesmo fazem falta no nosso país, quando sabemos que a área da saúde é extremamente exigente e desgastante e que só uma carreira atrativa e com condições de trabalho dignas, permitirão a sua fixação.

Somos um país com um elevado número de profissionais de saúde com formação superior e de reconhecida formação de excelência, mas que, fase a um modelo de assistência muito pouco flexível e a uma literacia em saúde baixa, não conseguimos colocar ao dispor da população todo este *know-how*, duplicando e burocratizando os cuidados de saúde, enfraquecendo ainda mais a resposta já de si débil.

A medicina no trabalho e as políticas de saúde, higiene e segurança no trabalho devem merecer particular atenção por parte das autoridades públicas competentes, com a participação e o acompanhamento por parte dos interessados – os trabalhadores e as suas organizações representativas.

De igual modo, as políticas públicas na área da Saúde têm de ser assentes em estratégias de longo prazo, aplicadas em todo o território nacional, de acordo com as necessidades e especificidades das populações.

A defesa de uma gestão mais eficiente do SNS e a eliminação progressiva dos cerca de 20 a 30% do desperdício na área da Saúde é igualmente crucial.

A adequação dos meios humanos

Apesar da excelência e do empenho dos profissionais de saúde, em Portugal, a desadequação dos meios humanos, em quantidade, à enorme exigência do funcionamento do SNS exerce uma grande penosidade para os seus trabalhadores, quer pelo tipo de

trabalho, quer pelo tipo de horário bem como o recurso constante a horas extraordinárias em excesso, leva a que neste sector muitos apresentem sinais de exaustão e de *burnout*.

O SNS sobrevive à custa de profissionais, que reconhecem a importância da sua génese, mas que estão enfraquecidos por um sistema de carreiras que coloca a experiência profissional como um fator desprezível, colocando profissionais de saúde com 30 anos a ganhar salários iguais a recém-licenciados. Todos sabemos, que a experiência profissional e o dinamismo adquirido ao longo de décadas na avaliação clínica é o fator fundamental para se reduzir custos em saúde e ao mesmo tempo aumentar níveis de satisfação dos doentes.

O recurso às horas extraordinárias, para além dos limites legais, é uma prática transversal no sector e adquiriu um carácter quase institucional. De tal modo que, quando da marcação de greve às horas extraordinárias, fossem impostos por decisão de tribunal arbitral “serviços mínimos”.

Autonomia das Instituições de Saúde

O aumento da autonomia das instituições de saúde, e a maior responsabilização pelos atos de gestão, tanto na área do recrutamento e seleção de recursos humanos, como na gestão de infraestruturas e equipamentos é fundamental.

Liberdade de escolha

É necessário garantir que o SNS esteja próximo das populações e que, simultaneamente, não se comprometa a sustentabilidade do mesmo, partilhando recursos assistenciais ou criando centros de referência por especialidades e regiões. Aumentando a liberdade de escolha, garantir-se-á que todos os portugueses podem aceder em condições semelhantes aos cuidados de saúde que necessitam.

Ganhos em Saúde

É necessário trabalhar os indicadores de resultados em vez dos indicadores de processo por forma a reduzir a taxa de incidência de pessoas com Diabetes, Hipertensão Arterial, Doenças Cardiovasculares, Depressão e outras patologias crónicas, apostando nos Cuidados de Saúde Primários, na Rede Nacional de Cuidados Integrados e dando prioridade a uma nova política na área da Saúde Mental. O desenvolvimento de uma política do medicamento ajustada à realidade nacional, com auditorias frequentes permitirá reduzir a despesa com o consumo de medicamentos.

É urgente investir numa rede de cuidados de saúde que permita ter como foco a prevenção da doença, aproveitando todos os setores da saúde para envolver a população.

Cuidados Domiciliários

O futuro passará pela aposta nos cuidados domiciliários, permitindo, por um lado, a humanização dos cuidados e por outro a redução dos custos associados à hospitalização. As unidades de internamento domiciliário (acompanhamento permanente de médicos, enfermeiros, TSDT) e as equipas de cuidados continuados integrados já existentes (UCC) deverão ser cada vez em maior número e dotadas com recursos humanos qualificados suficientes para garantir o melhor tratamento e reabilitação aos que delas necessitam permitindo o envolvimento das famílias e em particular dos cuidadores, também eles vetores de qualidade e excelência dos cuidados de saúde, também eles agentes de mudança e dinamismo de um sistema de saúde que se quer inclusivo.

Educação - A ferramenta da aposta estratégica no desenvolvimento

O contexto

Apesar dos enormes investimentos já feitos em Educação e Formação continuamos, em termos de qualificações dos portugueses, ainda aquém do que seria desejável para a determinação de uma sociedade mais desenvolvida e justa.

É certo que os indicadores melhoraram muito particularmente tendo em linha de conta os baixíssimos patamares de partida. Foi feito, pela sociedade portuguesa num relativo curto espaço de tempo, um esforço gigantesco e quase sem paralelo em comparação com outros países que têm melhores índices de desenvolvimento, mas construídos ao longo de muitos decénios.

Há ainda muito trabalho a realizar por toda a sociedade no sentido da elevação dos níveis de qualificação dos portugueses, designadamente investindo numa efetiva política de educação e formação ao longo da vida.

Necessitamos continuar a combater o abandono escolar precoce, as desigualdades sociais ou as assimetrias regionais e de melhorar os níveis de sucesso escolar. Precisamos de o fazer com investimentos decisivos, coerentes e continuamente prosseguidos. Apenas através da congregação de esforços humanos e materiais poderemos, por via da educação e formação, edificar um país mais justo, coeso e capaz de assegurar os direitos sociais que caracterizam o modelo europeu em que queremos viver.

Todavia, este esforço, mesmo que decisivo, coerente e continuamente recomeçado, apenas produzirá efeitos a longo prazo. As reformas introduzidas no início da escolaridade básica e obrigatória só produzem efeito, em termos de formação das pessoas que entram no mundo laboral, bastante mais tarde. E o resultado que a escola consegue dependerá muito da coerência e estabilidade das políticas educativas que se sucedem, da lógica da organização e funcionamento do sistema educativo em geral, dos recursos e condições de funcionamento das escolas, das condições de autonomia e dos recursos humanos e

materiais que lhes são disponibilizados, bem como da responsabilização das comunidades educativas e do ambiente mais ou menos educativo do meio envolvente.

É para nós claro que o investimento em educação e formação de qualidade constitui uma aposta estratégica para a promoção do desenvolvimento e para o crescimento da nossa economia, fator indispensável, quer à coesão social, quer a níveis ajustados de emprego.

Porém, temos plena consciência da circunstância de nos encontrarmos perante um quadro em que a limitação de recursos se faz sentir de forma acentuada. Deste modo temos de ser rigorosos e lúcidos nas prioridades que estabelecemos e, acima de tudo, criteriosos na sua aplicação e exigentes na sua gestão.

Desafios

Os desafios que se impõem a Portugal no campo da educação e da formação não se compadecem com decisões que não sejam norteadas por políticas coerentes e estáveis nos médio e longo prazos.

Apenas assim garantiremos uma educação de qualidade. A mesma que estimula a criatividade e o talento humanos, gera emprego e melhora o nível de vida, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional, bem como para o desenvolvimento social, cultural, económico, político e ambiental de toda a sociedade.

O objetivo de educação para todos é seguramente aquele que deve nortear a ação governativa. Impõe-se uma atuação solidaria no sentido que, por via de uma educação universal, todos se tornem cidadãos do mundo, conscientes dos seus direitos e deveres.

Por outro lado, impõe-se ter presente que a agenda europeia está ainda marcada pelos objetivos identificados pela “Estratégia Europa 2020”, e que se podem traduzir por um crescimento:

- Inteligente - através do desenvolvimento dos conhecimentos e da inovação;

- Sustentável - baseado numa economia mais ecológica, mais eficaz na gestão dos recursos e mais competitiva;
- Inclusivo - visando reforçar o emprego e a coesão social e territorial;

É assim fundamental garantir a concretização do direito de todos a uma vida digna e a um trabalho digno, como define a OIT – Organização Internacional do Trabalho. Por isso e, em nenhuma circunstância, o investimento em educação e formação seja diminuído por meras razões de poupança e sem ter em linha de conta preocupações prioritárias de qualidade.

Papel do Estado

Cabe sempre ao Estado, nos termos constitucionais, a responsabilidade de garantir uma oferta relevante e de primeira linha de um serviço público de qualidade. Para isso a Educação é gratuita e universalmente acessível. Compete assim ao Estado proporcionar os recursos humanos e materiais necessários, e ainda a sua permanente atualização.

Mas exprimimos também a nossa convicção e defesa do princípio que a liberdade de aprender e ensinar deve ter expressão concreta na possibilidade de emergência de ofertas educativas privadas, nas suas vertentes particular, cooperativa ou social. Estas ofertas podem ser protegidas pelo Estado, sem que daí resulte qualquer desinvestimento na preservação e reforço de uma oferta educativa estatal.

Promover o aumento das qualificações de todos, combater o abandono e o insucesso escolares, melhorar a qualidade dos investimentos em educação e formação, consolidar o acesso à educação e formação ao longo da vida para todos, intensificar as relações entre o ensino e a formação superior e as empresas, investir na inovação e na criatividade, garantir carreiras atrativas e dignificadas, promover a estabilidade e a sustentabilidade de emprego para Trabalhadores Docentes e Não Docentes de todos os níveis de ensino, são opções básicas para o desenvolvimento nacional. Ou seja, para o bem-estar de toda a população.

É igualmente necessário que o serviço público, tendo em vista a diversificação da oferta e a empregabilidade dos jovens, fomente e aposte seriamente o *“sistema dual”*, os cursos

profissionais, tecnológicos e artísticos, com toda a dignidade e seriedade como o faz com os científico-humanísticos.

Degradação dos edifícios escolares

Depois da “festa” da requalificação a que assistimos no mandato de Maria de Lurdes Rodrigues e da Parque Escolar no final da primeira década deste século e que apenas abrangeu uma parte das Escolas do Ensino Secundário, constata-se que o nível de degradação de muitos outros edifícios escolares piorou consideravelmente. Todos conhecemos casos flagrantes desta triste realidade. Gastou-se demasiado em alguns (poucos) edifícios, mas esqueceu-se a maioria. Os recursos foram canalizados para uns e esgotaram-se para outros.

O Ministério da Educação afirma continuamente que se está a trabalhar nas obras de requalificação dos edifícios escolares que delas estão necessitados recorrendo, para tal, a fundos comunitários e ao Orçamento de Estado, mas, de facto, também a este nível a nova “austeridade encapotada” conduz à inatividade.

O *Status-Quo* do Sistema de Ensino

Porém, a realidade das escolas é diferente e fica perfeitamente demonstrada na falta de assistentes operacionais, no financiamento do ensino profissional ou no envelhecimento do corpo docente.

É bem retrato dessa situação a forte insatisfação de educadores e professores em relação à falta de valorização e às condições de desenvolvimento da sua carreira, às condições de trabalho, à precariedade e à persistente instabilidade que marcam a sua vida profissional ou aos edifícios a pedir uma profunda requalificação já para não falar nas hesitações legislativas no que aos programas diz respeito.

Verifica-se, de igual modo que a falta de assistentes operacionais é uma realidade concreta e especial preocupação dos pais e dos diretores dos agrupamentos. A maioria das

escolas queixa-se da falta de funcionários. Tal circunstância tem danos qualitativos e reais no funcionamento da Escola Pública.

Insatisfação e envelhecimento do corpo docente

A realidade mostra que apenas menos de 1% dos professores têm idade inferior a 30 anos. Além do fator envelhecimento, os professores acumulam hoje na sua insatisfação, quer a sucessão de políticas erradas na gestão da carreira docente, quer a ausência de medidas concretas que visem a valorização e desenvolvimento da sua carreira e das suas condições de trabalho.

Da parte do Ministério da Educação e perante os sinais indisfarçáveis desta realidade, refere-se que o envelhecimento docente é uma preocupação, mas nada faz em concreto para alterar a situação mesmo tendo a noção das suas reais implicações na qualidade do Sistema.

De igual modo é imperioso que o Ministério da Educação manifeste a sua disponibilidade para abrir processos negociais que conduzam ao estabelecimento de medidas concretas de valorização da carreira docente e da sua atratividade, nomeadamente a revisão do regime de concursos de docentes que garanta uma negociação séria com as associações sindicais representantes dos docentes e não docentes que conduzam às mudanças que são indispensáveis, designadamente:

- A realização de concursos nacionais, promovidos centralmente pelo Ministério da Educação;
- O respeito pela lista nacional graduada (graduação profissional);
- A não interferência de quaisquer outras entidades no processo, nomeadamente as autarquias;
- Um número de vinculações em Quadro de Escola/Agrupamento de Escolas que efetivamente corresponda às suas necessidades permanentes de funcionamento,

promova a estabilidade, e sem que em qualquer circunstância se altere a natureza dos atuais vínculos de pertença aos quadros;

- Que se incorpore uma alteração ao regime de Mobilidade por Doença, por forma a garantir a mesma a todos os Docentes que dela comprovadamente necessitem;
- O redimensionamento do Quadros de Zona Pedagógica através da sua redução em termos geográficos.

Do mesmo modo outras medidas legislativas impõem-se no sentido da motivação e rejuvenescimento do corpo docente, nomeadamente:

- A revisão dos valores dos índices remuneratórios de entrada na carreira, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023;
- A revisão do valor do índice de topo da carreira docente, tornando-o idêntico ao do topo da carreira técnica superior, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023;
- A eliminação da exigência de vagas no acesso aos 5º e 7º escalões, a partir de 1 de janeiro de 2023;
- A revisão do regime de reduções da componente letiva por efeito conjugado da idade e do tempo de serviço, com efeitos a partir do ano letivo de 2023/2024;
- A revisão do regime de acesso à aposentação;
- A recuperação integral do tempo de serviço congelado e ainda não considerado para o desenvolvimento da carreira, para além das perdas ocorridas nas transições de carreira e das indevidas ultrapassagens, de forma a garantir a sua plena concretização até ao final da Legislatura;
- Revisão da formulação da composição do tempo de trabalho dos docentes, com efeitos a partir do ano letivo de 2023/2024, clarificando o conteúdo da componente letiva, da componente não letiva e da componente individual de

trabalho, com a conseqüente libertação de todos os procedimentos burocrático-administrativos inúteis, assegurando um efetivo respeito pelos limites do tempo;

- A eliminação da precariedade que afeta os docentes a exercer funções como técnicos especializados e nas atividades extracurriculares;
- A definição de um regime compensatório para os Educadores de Infância e Professores do 1º ciclo do Ensino Básico resultante da desigualdade de tempo letivo de trabalho e redução da componente letiva de modo idêntico aos professores dos restantes grupos disciplinares;
- Desenvolvimento da Educação Infantil dos 0 aos 5 anos garantindo a sua universalidade a ser implementada por todos os sectores do sistema público, solidário, particular e cooperativo, de forma a apoiar a Família, proporcionando uma educação de base corretora de assimetria socioeconómica e cultural;
- Aumento da taxa de conclusão do ensino secundário através de vias diferenciadas, mas de idêntico valor formativo e que promovam a formação profissional e a empregabilidade dos jovens;
- Estabelecimento de mecanismos de apoio a alunos com necessidades educativas especiais, com programas ajustados à diversidade de situações;
- Apoio à diversidade dos alunos imigrantes e assunção de políticas proactivas de anulação das diferenças de género;
- Colocação em prática de medidas de combate adequadas à diversidade de situações de abandono escolar precoce;
- Financiamento das escolas e suprimento das suas necessidades em termos de docentes, pessoal auxiliar, estrutura física (instalações condignas para alunos e docentes), educativa (pessoal técnico) e de recursos materiais;
- Redução efetiva do número de alunos por turma, do número de turmas e nível ou disciplina por professor;

- Operar uma efetiva “revolução digital” em termos de organização de trabalho, gestão de conteúdos, práticas escolares e diversidade de aprendizagens;
- Conferir estabilidade pedagógica às escolas já que as sucessivas reformas educativas e a implementação de medidas e diretivas avulsas e impostas, condicionam drasticamente o funcionamento das escolas;
- Participação ativa das empresas no processo de integração dos jovens no mercado de trabalho valorizando acordos de parceria e de mecenato;
- Repensar a estrutura e as formas de valorização do Ensino profissional, tornando-o atrativo para jovens que, tendo elevadas classificações, consigam ver no ensino profissional uma oportunidade de futuro, com a criação de estágios profissionais de elevada qualidade e empregabilidade;
- Investir numa Formação profissional com qualidade e uma forte componente prática.

A Justiça como pilar da Soberania de Portugal

É uma evidência que o deficiente funcionamento do Sistema de Justiça português, por falta de condições, coloca em crise o desenvolvimento sustentado do País.

A falta gritante de recursos humanos, o mau estado do edificado e a inexistência das condições basilares para o normal funcionamento dos tribunais, a que se associam a adiada especialização e constantes alterações legislativa que conduzem à insegurança jurídica, são algumas das causas que afastam os objetivos definidos para o desenvolvimento sustentável, identificados na Agenda 2030 da ONU.

Outras causas devem ser apontadas também à organização do Sistema de Justiça. Torna-se assim relevante que o país possa discutir, em sede da próxima revisão constitucional, o seu Sistema de Justiça. Efetivamente, uma reforma do Sistema de Justiça apenas será possível se for estabelecido um pacto de regime, envolvendo os partidos políticos, os operadores judiciários e os parceiros sociais.

Neste contexto, os TSD – Trabalhadores Social Democratas com legitimidade propugnam por uma Justiça mais independente e dotada de condições para responder com celeridade, eficiência, qualidade e responsabilidade. Uma Justiça que promova a inclusão e afaste as desigualdades. Que seja acessível, mas também entendível nas suas decisões, sejam no âmbito da pequena, média ou grande criminalidades, ao mesmo tempo capaz de garantir o segredo de justiça e a dignidade da pessoa humana, mas firme no combate à corrupção e demais criminalidade.

Uma Justiça também eficaz e entendível nos litígios de natureza administrativa ou fiscal, laboral ou cível.

Queremos, enquanto estrutura autónoma do PSD e representantes do ideário social-democrata no mundo do Trabalho, restaurar a plena confiança no Sistema de Justiça. Este deverá ser dotado dos meios e recursos necessários para que esta importantíssima função de soberania se possa realizar plenamente em prol das pessoas e do país. Defendemos,

enquanto trabalhadores social-democratas, uma Justiça que infunda confiança e segurança nas pessoas, individuais e coletivas, potenciando a paz e instituições eficazes.

Acima de tudo ambicionamos uma Justiça, realizada nos tribunais, que preserve os valores da nação, a dignidade da pessoa humana, o respeito pelos animais e pelo ambiente, que seja prestigiada e reconhecida nacional e internacionalmente.

Trabalhadores do Setor Financeiro

Tal como o conjunto dos portugueses, os trabalhadores e reformados do Setor Financeiro sofrem diariamente com a escalada do preço das energias e dos bens de primeira necessidade. Esta é uma situação sem justificação já que os lucros das respetivas empresas permitiriam melhores salários e pensões sem as onerar demasiado.

As Administrações das empresas do setor financeiro mais uma vez demonstram desrespeito pelos seus trabalhadores e pelos que hoje estão reformados, que com diligência e profissionalismo, contribuíram para os seus resultados empresariais e os avultados lucros que apresentam.

Os lucros não podem ser apenas para distribuir entre os acionistas, não valorizando aqueles que, no dia a dia, dão a cara pelas instituições e mantêm a confiança dos clientes nas instituições. Só isso explica a intransigência nas negociações e a insuficiência das propostas de atualizações salariais.

A tudo isto acresce a circunstância das entidades empresariais do Setor, persistirem na aposta de “fazer muito com poucos”. Veja-se o exemplo dos bancos portugueses que perderam 2.066 trabalhadores e 655 balcões em 2020, face a 2019, atingindo o número de agências mais baixo desde 1996 e o menor número de funcionários pelo menos desde 1992.

Assim, em 2021, entidades como o Banco Comercial Português ou o Banco Santander, por exemplo, iniciaram um processo de redução de pessoal sob pretexto da pandemia, através dos chamados de processos de despedimento coletivos. Sem verdadeira necessidade económica que o justificasse e com desrespeito por quaisquer regras legais, morais e éticas, foram dispensados no BCP cerca de 900 trabalhadores, no Banco Santander cerca de 1300 e no Montepio Geral cerca de 500, quer através de despedimento coletivo, quer através de “rescisões por mútuo acordo” – muitas vezes abusivamente, quer ainda através de reformas antecipadas.

Esta prática parece indiciar que algumas Instituições estão apenas a repercutir nos seus trabalhadores práticas deficientes de gestão, procurando a diminuição de custos e de encargos, por via da cessação dos contratos de trabalho.

Não obstante a crise pandémica, a guerra e a inflação o setor financeiro tem, ainda assim, apresentado uma forte resiliência e melhorias assinaláveis em vários domínios. De facto, acomodou de modo bastante razoável as consequências negativas causadas pela crise pandémica não tendo sofrido efeitos negativos visíveis nas suas liquidez, solvabilidade, rendibilidade e respetiva eficiência. A evolução tem sido bastante favorável, encontrando-se ao nível dos melhores *standards* do sistema europeu;

Porém os seus trabalhadores não têm beneficiado dos ganhos de produtividade e dos lucros apresentados pelas instituições. A grande maioria dos reformados – com necessidades acrescidas no âmbito do apoio na saúde – encontram-se a viver com pensões baixíssimas e com extremas dificuldades;

Não só em consequência da crise pandémica e da guerra na Ucrânia, cujo impacto se reflete na elevada taxa de inflação, mas também pela insuficiente evolução salarial registada nos últimos anos, os trabalhadores e reformados vão enfrentar mais um ano especialmente difícil, pelo que as Empresas têm, mais do que nunca, de assumir a sua responsabilidade social para com os trabalhadores.

Os TSD, em conjunto com os Sindicatos do setor tudo farão para defender e garantir justiça salarial bem como a melhoria das pensões.

Os TSD e as Regiões Autónomas

A Autonomia Regional dos arquipélagos atlânticos portugueses constituiu uma das principais inovações introduzidas pelo regime democrático resultante do 25 de abril e do novo quadro constitucional. Tal circunstância criou as condições para o desenvolvimento e progresso dos territórios insulares, de modo a combater o atraso económico e social ancestral que caracterizava as regiões dos Açores e da Madeira.

Evidentemente que a insularidade e a ultraperifericidade das regiões autónomas são obstáculos naturais que dificultam e condicionam o seu desenvolvimento. Tal circunstância exige um esforço de solidariedade nacional que atenuem os efeitos de tais dificuldades.

Neste quadro, os *TSD* defendem a coesão económica e social de todo o espaço nacional tendo em vista, nomeadamente, o desenvolvimento equilibrado e sustentado das regiões autónomas, através da eliminação progressiva das diferenças económicas, sociais e culturais e da minimização das desvantagens da descontinuidade territorial.

Os *TSD* defendem também que a *Autonomia Regional* deve ser progressivamente aprofundada, de modo que as populações insulares disponham de meios jurídico-constitucionais que permitam aos respetivos órgãos de governo próprio desenvolverem políticas cada vez mais adaptadas às especificidades regionais.

Os *TSD* solidarizam-se com as Regiões Autónomas na luta contra as dificuldades decorrentes da sua condição insular e ultraperiférica, entendendo que o Estado Português e a União Europeia devem praticar políticas de coesão que promovam um desenvolvimento económico e social harmonioso e sustentado destas regiões, no quadro dos espaços nacional e supranacional em que se integram. Estes são problemas que sensibilizam os *TSD* e para os quais se reclamamos soluções eficazes e duradouras.

Região Autónoma dos Açores

Vinte e quatro anos de governação socialista, dos quais duas décadas com maiorias absolutas, não se traduziram em desenvolvimento económico e progresso social na Região Autónoma dos Açores.

Como consequência desse facto e apesar da evolução sentida durante a atual governação regional, o rendimento médio do trabalho nos Açores situa-se ainda muito abaixo da média nacional, para tal concorrendo a prevalência do salário mínimo, mesmo com o acréscimo de 5% para fazer face aos designados custos da insularidade.

Avulta, igualmente, o elevado índice de precariedade e de trabalho a tempo parcial, fatores que acentuam dramaticamente os níveis de pobreza nesta Região Autónoma. A taxa de risco de pobreza é a mais elevada de Portugal, assim como o abandono precoce de educação e formação, por exemplo.

Continuar a inverter estes graves constrangimentos é tarefa hercúlea, que exige muitos recursos, clarividência e competência política, num horizonte temporal que vai para além de quatro anos, de uma legislatura. Voltar à governação regional foi um imperativo da própria Autonomia, enquanto instrumento gerador de mais progresso e bem-estar social.

A solução democrática e açoriana, emanada do Parlamento Regional, compromete vários atores políticos, exigindo níveis de responsabilidade ainda mais elevados no desenho das medidas, assim como no diálogo parlamentar e na concertação social. A matriz ideológica dos Partidos que integram o atual Governo Regional, pelas suas afinidades, objetiva políticas de fomento do crescimento económico, conjugado com a justa redistribuição da riqueza pela força do trabalho e a sustentabilidade do Estado Social.

Significa isso que a defesa dos trabalhadores se faz sem preconceitos redutores e castradores do lucro das empresas e dos empresários, mas na compatibilização dos deveres e direitos que enformam a justiça social.

É na interceção das políticas educativas e formativas, na consolidação da nossa base económica e na coesão social e territorial que se alicerça o emprego, sustentado e com dignidade.

O combate ao desemprego faz-se, principalmente, pelo investimento privado. E complementa-se pelo investimento público, estrategicamente concebido e dirigido para potenciar as vantagens e diminuir os constrangimentos das zonas socialmente mais vulneráveis das nossas ilhas. Os TSD continuam a defender a adoção de medidas de natureza fiscal, financeira e de apoio técnico às pequenas e médias empresas, principalmente àquelas que pela sua dimensão e zona geográfica onde operam têm uma especial função económica e social.

Quando a economia for mais pujante, quando as empresas forem mais eficientes e rentáveis, necessariamente isso significará mais qualidade e estabilidade no mercado de trabalho, mais emprego e dignidade, pelos Açores.

Região Autónoma da Madeira

Os **TSD** congratulam-se com o sucesso do modelo de desenvolvimento económico e da política laboral social-democrata vigentes na **Região Autónoma da Madeira** que em diálogo e concertação com os Parceiros Sociais, permitiram e permitem compatibilizar o crescimento com o desenvolvimento social, possibilitando a prática inexistência de conflitualidade laboral. Assim, tendo em conta o facto de se aproximarem de novo as eleições regionais na Madeira, os TSD entendem que será muito importante para a continuação dos níveis de bem-estar e de desenvolvimento económico e social que a Região Autónoma conhece desde há décadas, que o PSD saia de novo vencedor do ato eleitoral e possa continuar à frente do Governo Regional. Os TSD, através das suas estruturas regional da Madeira e nacional tudo farão para que assim aconteça.

Desde 1976, o PSD Madeira tem sido o pivot das mudanças estruturais da sociedade madeirense, assentes numa base ideológica social-democrata. Ao longo da história, os TSD Madeira tiveram um papel relevante nessa importantíssima missão. A Autonomia trilhou já um longo caminho, muitos obstáculos foram superados, mas os desafios permanecem, e a cada dia, novos surgem e a que se torna necessário dar resposta.

O PSD Madeira, em conjunto com os TSD, foram constantemente os fiéis depositários de uma autonomia consciente, mas ambiciosa para a Madeira, imprimindo com sentido de

responsabilidade, a vontade e a dinâmica governativa. Nos últimos 46 anos, o PSD Madeira tem tido um relevante papel histórico, desempenhando uma transformação social e económica impensável no arquipélago, contando sempre com o apoio dos TSD - Trabalhadores Social-Democratas.

Os madeirenses construíram o acesso gratuito e universal na educação, cuidados de saúde e outros serviços de assistência social. Isto fez da Madeira uma sociedade mais igualitária e prospera. Na Madeira e no Porto Santo a social-democracia pôs o elevador social a funcionar. As gerações mais novas dispuseram de melhores ferramentas e mais oportunidades, e não as desperdiçaram. A humildade, o trabalho e a solidariedade dos nossos concidadãos insulares foram fundamentais para que se operasse uma profunda alteração na sociedade. Este é um trabalho contínuo e nunca acabado. Os TSD Madeira continuarão a desempenhar um papel ativo nesta transformação.

A Madeira do século XXI é uma sociedade coesa e equilibrada, fruto das políticas consistentes que promoveram a coesão social. Foram as escolas, os centros de saúde, os pavilhões desportivos, as estradas, as comunicações, os centros de dia, as casas do povo, um sem número de infraestruturas que serviram de base para a afirmação e para o desenvolvimento harmonioso de todos os concelhos da Madeira. Foi a social-democracia que fez a Madeira de hoje. Para o desafio da continuação do bem-estar, o partido sabe que pode contar com os TSD Madeira, uma força de base que diariamente defende e divulga a social-democracia e que projeta as ideias e as concretizações do governo regional junto da população, sempre de forma direta, franca e assertiva.

Os TSD felicitam assim as organizações regionais dos ***Trabalhadores Sociais-Democratas*** dos **Açores** e da **Madeira** pela sua ação dinâmica na promoção do ideal social-democrata e na defesa de cada vez melhores padrões de vida para as populações trabalhadores das suas regiões.

Os TSD não podem deixar de salientar e reforçar a importância que a participação, o diálogo, a negociação coletiva e a concertação social, constitucionalmente e legalmente consagradas, tem para o movimento sindical, pelo que defendemos o seu integral respeito

e cumprimento por parte dos governos da República e das Regiões Autónomas, bem como pelos demais empregadores públicos, instando-os aqui a exercer esta importante componente caracterizadora do nosso regime democrático.

Os TSD, através das suas estruturas regionais dos Açores e da Madeira e nacional tudo farão para que assim aconteça.

Relações Internacionais

É necessário que as organizações de trabalhadores unam esforços para que o fator Trabalho tenha o justo reconhecimento da sua importância na criação da riqueza e no progresso social, à escala nacional, europeia e mundial.

Os TSD conferem a maior importância às relações internacionais seja no espaço da União Europeia, seja no espaço global.

CPLP

No que respeita às organizações de trabalhadores da *CPLP – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste* – povos a quem nos ligam profundos laços históricos, culturais e linguísticos, os *TSD* irão continuar a estreitar as suas relações de amizade e cooperação.

EUCDW - EPP

De igual modo, no contexto da União Europeia e à semelhança da filiação europeia do *PSD* no *Partido Popular Europeu (PPE - EPP)* os *TSD* foram readmitidos, por unanimidade e aclamação, na EUCDW – European Union Christian Democratic Workers - organização laboral do EPP - durante o seu XI Congresso realizado em março de 2014, na cidade de Bielefeld, Alemanha.

Os *TSD* revêm-se no programa político desta organização que reúne quase duas dezenas de organizações autónomas laborais de partidos políticos, membros do EPP, dos diferentes estados-membros da União Europeia e procurará contribuir, através da sua participação em todos os eventos desta organização, para o seu engrandecimento para que, no panorama da União Europeia, a sensibilidade laboral possa influenciar as políticas comunitárias.

Os TSD encontram-se atualmente representados, quer no *Presidium*, quer no *Board* da estrutura e irão estar presentes no próximo congresso daquela organização que terá lugar em Roma, no próximo mês de março, dando o seu contributo para o fortalecimento da organização.

Os TSD e as Migrações

Imigração

Na década de 80/90, verificou-se uma entrada de imigrantes no nosso país sem paralelo na nossa história. Apesar de uma tendência de decréscimo na sua presença desde 2011, várias centenas de milhares de imigrantes estão legalizados em Portugal. Inicialmente chegaram das antigas colónias portuguesas e do Brasil surgindo depois dos países da Europa de Leste multiplicaram-se em quantidade os imigrantes em território nacional.

A degradação demográfica portuguesa e muito concretamente o envelhecimento da população leva a que, os trabalhadores ativos, sejam cada vez menos acarretando inevitáveis consequências na diminuição das contribuições para a Segurança Social. Por outro lado, o decréscimo da natalidade, faz prever que dentro de 50 anos em Portugal só existam 7,5 milhões de habitantes, donde poderemos considerar os trabalhadores imigrantes como uma mais-valia económica e demográfica para Portugal. O país precisa da chegada de mais imigrantes para ajudar a solucionar duas das suas maiores dificuldades atuais: a diminuição da população e a falta de mão de obra em diversos setores da economia. São, pois fundamentais para o crescimento económico.

Com o conflito a que se assiste na Ucrânia o fluxo de migrantes, ao abrigo do estatuto de refugiados através de inúmeros pedidos de proteção temporária, subiu exponencialmente situando-se já acima das 50.000 pessoas. Este estatuto permite a atribuição automática de autorização de residência temporária, entre outros benefícios. Trata-se sobretudo de mulheres e crianças fugindo de um conflito violento e que encontram no nosso país um local de acolhimento, seja em lares de familiares que viviam em Portugal, seja através do apoio humanitário oficial e da sociedade civil.

Os TSD estão profundamente solidários com a Ucrânia, o seu povo e a sua heroica resistência. O acolhimento caloroso que toda a sociedade portuguesa lhes está a prestar é bem a prova do reconhecimento que Portugal presta a um país e um povo vítima de agressão injustificada.

Portugal, conhecendo bem os problemas da emigração, deve fazer todos os possíveis para que os imigrantes em geral sejam integrados e tão bem aceites como desejamos que os nossos emigrantes sejam tratados nos países de acolhimento. Sem embargo, Portugal está continuamente a aprender a ser país de acolhimento, conseqüentemente, as políticas de integração precisam de ser continuamente melhoradas.

Áreas como a habitação, a saúde, a educação e principalmente o emprego devem providenciar respostas adequadas para aqueles que, seja por motivos económicos, seja por motivos de refúgio, nos procuram.

Emigração

Nos últimos tempos muitos portugueses principalmente os jovens qualificados têm abandonado o país. A recuperação económica dos últimos tempos apenas atenuou este fenómeno.

De facto, Portugal sofre hoje uma corrente emigratória nova, porque ao contrário dos trabalhadores indiferenciados que nas décadas de 60 e 70 do século passado abandonavam o país, os nossos compatriotas que hoje emigram, possuem graus superiores e são profissionais de grandes qualificações, necessários e bem remunerados em outros países.

Portugal fica, neste sentido, mais pobre ao desperdiçar muitos dos seus recursos humanos, nos quais muito investiu em termos de educação e formação, mas que agora emigram em busca de salários e carreiras mais atrativos colocando-se ao serviço do desenvolvimento de outros países.

Ora o país necessita do seu trabalho e da sua criatividade. Por isso é fundamental prosseguir no caminho da recuperação económica, do crescimento e do emprego por forma a que o país possa competir na fixação dos seus jovens qualificados.

Projeto Europeu - O Futuro é cada vez mais em União

Apesar das especificidades de Portugal e da sua economia, muitas das questões que se colocam ao nosso país hoje são comuns ao conjunto dos Estados-membro da **União Europeia (UE)**. Assim sendo as respostas terão de ser, no futuro, cada vez mais assumidas coletivamente.

Assim sendo, é natural que se afirme a nossa plena confiança no projeto europeu e na construção de um espaço comum social e economicamente desenvolvido apesar do crescimento do populismo e do ceticismo relativamente ao projeto europeu a que assistimos nos últimos tempos.

A Economia Social de Mercado

A **Economia Social de Mercado (ESM)** liga os mercados com a justiça social. A **ESM** é, em primeiro lugar, uma ordem de valores assente no respeito pela dignidade do ser humano e os princípios da solidariedade e da subsidiariedade. A construção europeia deve, também ela, assentar nesses valores.

O reforço da União Europeia e das suas instituições deve ser a resposta à globalização e uma contribuição significativa para a criação de uma **ESM**. Apenas em conjunto a Europa pode regular os mercados financeiros, assegurar padrões sociais elevados e negociar condições equitativas no comércio internacional.

Instituições democráticas e procedimentos

Os princípios europeus fundadores da subsidiariedade e da solidariedade devem continuar a ter um papel fundamental na construção da União Europeia.

Em 2014, pela primeira vez, o presidente da Comissão Europeia foi eleito – após proposta do Conselho – pelo Parlamento Europeu. Entendemos que as relações entre a **UE** e os

cidadãos europeus devem estreitar-se cada vez mais e este é um passo na direção certa a que se deverão seguir outros no sentido do fortalecimento da legitimidade democrática no processo de decisão política da União.

Os Parceiros Sociais a nível europeu, tal como a nível nacional, deverão igualmente ser mais envolvidos nos processos de decisão.

Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC)

As metas do *PEC* são fundamentais para restringir o endividamento da Europa e para salvaguardar os Estados-Membro das inconstâncias dos mercados financeiros. De qualquer modo as regras do *PEC* deverão ser implementadas com a flexibilidade suficiente para evitar o surgimento ou o agravamento de crises, tal como aconteceu, de resto, durante a pandemia.

Deverá ter-se em linha de conta que se salários e pensões diminuírem conseqüentemente as receitas fiscais também diminuirão e os estabilizadores automáticos do desemprego aumentarão proporcionalmente. Conseqüentemente torna-se fundamental, achar o balanço correto entre consolidação orçamental, reformas estruturais e estímulos ao crescimento económico.

De igual modo, a política orçamental dos diferentes estado-membros deve refletir uma preocupação social e a consolidação orçamental resultante do *PEC* deve deixar algum espaço para os diferentes mercados internos poderem respirar.

Taxa para as Transações Financeiras e Regulação dos Mercados Financeiros

É de inteira justiça que o setor financeiro deva também ajudar a suportar os custos da crise. Assim a União Europeia deve assegurar que o setor financeiro contribua de um modo justo e substantivo para as finanças públicas através de uma *Taxa para as Transações Financeiras* a ser introduzida no conjunto dos Estados-Membro. Esta taxa deve ser afeta ao financiamento de reformas estruturais e na luta contra o desemprego.

De igual modo os mercados financeiros devem ser regulados à escala europeia. A Europa necessita de uma **União Bancária** efetiva de modo que os custos de eventuais falências de bancos deixem de representar um fardo para os contribuintes europeus. Consequentemente todos os produtos financeiros transacionados no espaço europeu devem estar devidamente regulamentados. Torna-se assim fundamental a criação de um regulador central europeu bem como de uma agência de notação (*rating*) europeia bem como de um Fundo Monetário Europeu que possa autonomizar a resposta europeia a estados-membro que, conjunturalmente, possam entrar em situações de incumprimento.

Uma competição justa num mercado único europeu

O aprofundamento do mercado único europeu e a abolição das barreiras à livre circulação de cidadãos, bens, serviços e capitais é de grande importância para a segurança e o bem-estar da União Europeia.

O objetivo, todavia, deverá ser uma harmonização económica e social de acordo com os mais elevados padrões e, para isso, deverão ser tomadas ações enérgicas contra os abusos especialmente no quadro da contratação de trabalhadores que podem criar situações de abuso e de desumanidade. A implementação e verificação da legalidade deverão ser promovidas ao nível dos diferentes estados-membros da União. As empresas que operam nesta área têm aqui uma importante responsabilidade social e legal *de per si* e também ao nível dos subempreiteiros.

Uma aposta clara na reindustrialização

A Europa deve ter uma aposta clara numa estratégia de reindustrialização já que esta é decisiva para a sua economia e se encontra atualmente sob pressão motivada pela concorrência, nem sempre leal, de outros espaços económicos globais.

O reforço em I&D torna-se, assim, necessário bem como um adequado balanço entre as políticas de fomento e de ambiente por forma a criar um clima propício à reindustrialização no espaço da União Europeia.

Mais do que uma questão económica trata-se de uma questão estratégica. Tal ficou patente muito recentemente quando, perante a necessidade premente de material sanitário para acorrer ao combate à pandemia, a Europa verificou que era quase inteiramente dependente da importação de tais materiais. Já para não falar das novas tecnologias, designadamente o fabrico de *chips*, componentes fundamentais em quase todo o tipo de máquinas nos tempos que correm.

Combate à pobreza e salário mínimo - Direitos Laborais e necessidade de uma Carta Europeia dos Direitos dos Trabalhadores

A implementação de *salários mínimos nacionais* adequados é um instrumento crucial na luta contra a pobreza. Também a flexibilização dos mercados laborais ao serviço da competitividade não deverá conduzir a mais precarização das condições de trabalho.

A desvalorização dos direitos laborais tem de ser combatida até porque, se num dado momento, a legislação laboral é reduzida em um ou vários estados-membro, mais cedo ou mais tarde afetará o conjunto dos países da União Europeia.

Torna-se assim importante que se avance no sentido da elaboração de uma *Carta Europeia dos Direitos dos Trabalhadores* que garanta aos trabalhadores da *UE* condições de trabalho dignas. Nessa Carta deve também ser assegurado que todo o trabalho temporário só pode ser possível à luz de um quadro legal claramente definido.

Formação e Emprego

O Mercado de Emprego e a Formação Profissional são bastante diferentes no conjunto dos estados-membro da *UE*.

Ora tendo em conta o desemprego jovem atinge valores que duplicam, em média, os da população em geral é importante o fomento de políticas concertadas de ataque a este problema.

As que incluam a disseminação do *sistema de formação dual* (ensino/aprendizagem) são um bom instrumento uma vez que este sistema tem provado ser, nos países que o implementaram, uma medida bastante eficaz de integração dos jovens no mercado de trabalho e de redução do emprego jovem para além de um fator de competitividade das empresas.

Comércio Internacional Justo

A **UE**, sendo o maior e mais espaço económico internacional, detém uma enorme responsabilidade no sentido da promoção de um comércio internacional justo ligado a questões de respeito de direitos humanos, sociais e ambientais.

O respeito por padrões mínimos nos acordos de comércio negociados pela **UE** é algo de fundamental e deverá ser uma condição *sine qua non* para a negociação e homologação dos mesmos. Em paralelo deverão promover-se campanhas de promoção do consumo socialmente responsável junto consumidores.

Epílogo

Pelo exposto os *TSD – Trabalhadores Social-Democratas*, estrutura autónoma do *PSD* para o mundo do trabalho e para o movimento sindical, entendem que os trabalhadores são essenciais e incontornáveis para que Portugal possa continuar a vencer os desafios do presente e do futuro.

O seu esforço e os das suas famílias foram determinantes para que o país tenha superado as extremas dificuldades resultantes da pandemia, seja no ponto de vista sanitário, seja no ponto de vista económico e se tenha reerguido, prestigiando-se no panorama internacional e recuperando a via do crescimento económico e do emprego.

É reconhecendo o esforço de todos os portugueses que agiremos no presente com os olhos postos no futuro para que Portugal se reencontre num patamar de renovação e modernização com capacidade para fundar as traves-mestras para a construção da sua prosperidade.

Se os dados positivos são hoje uma realidade incontornável é também necessário que, por um lado, se consolidem, mas que por outro, se possam refletir na melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Nesse sentido é essencial que no futuro sejamos capazes de garantir a valorização do fator trabalho, salvaguardando também a existência de um Estado Social sustentável.

É por isso também em nome dos trabalhadores que dizemos que o Governo deve ser rigoroso na condução das finanças públicas. Não queremos novos incumprimentos, nem novos resgates e que pugnaremos por um país desenvolvido em termos económico-sociais e pela gestão criteriosa da *coisa publica*. Em nome de todos, em nome do futuro, em nome de Portugal.

Esta *Moção de Estratégia do Secretariado Nacional dos TSD – Trabalhadores Social-Democratas* pretende dar um contributo positivo para a construção desse edifício civilizacional que é a intensificação dos valores humanistas no contexto de uma democracia nacional enquadrada num projeto europeu.

Esta é a visão dos *TSD – Trabalhadores Social-Democratas* através da sua sensibilidade social e da sua experiência prática para um futuro coletivo de desenvolvimento e bem-estar. Não regatearemos esforços para que assim seja e continuaremos fiéis aos valores da liberdade, da dignidade humana, da justiça e da democracia.

Somos Portugal e responsáveis pelo futuro de todos.

Com trabalho e reformismo seremos capazes de vencer o futuro!

MOÇÃO B

MOÇÃO DOS TSD
BRAGA

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA POLÍTICA E SINDICAL
AO XV CONGRESSO



**REVIGORAR OS TSD
E O SEU PAPEL
NO MEIO SINDICAL**

Subscrição:
ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGA

Aprovação:
12 de Janeiro de 2023
por proposta do **Secretariado Distrital**

PREÂMBULO

É dever de qualquer militante dos TSD participar e contribuir para a implantação do ideário social democrata no mundo laboral e empenhar-se na expansão e consolidação desta estrutura autónoma do PSD.

Cabe aos órgãos nacionais, mas também aos órgãos distritais, propor e desenvolver estratégias e um conjunto de atividades de forma dar sentido aos deveres enunciados.

Os desafios que se colocam às estruturas representativas dos trabalhadores são enormes. Nesse sentido é importante encontrar visão crítica construtiva e lutar por formas de REVIGORAR OS TSD permanentemente, sob pena de assistirmos ao seu definhamento e contínua desvalorização no seio do Partido Social Democrata e na sociedade.

Os Congressos dos TSD não são, apenas e só, eletivos. São e terão espaço aberto, de reflexão e apresentação de diferentes ideias, com vista ao objetivo comum – fortalecer os TSD servindo os trabalhadores portugueses.

Assim, estruturamos a nossa visão em cinco vetores, a saber:

COLABORAR

ORGANIZAR

COMUNICAR

DINAMIZAR

REVIGORAR

Este é o sentido do documento que começa pela disponibilidade para...

COLABORAR

Colaborar, participando activamente nas iniciativas de caracter nacional, enquanto estrutura distrital, mas também mobilizando os militantes de cada secção laboral, de acordo com as matérias em tratamento.

Colaborar, promovendo iniciativas distritais regulares, diversificadas e enquadradas no tecido laboral de cada distrito, por vezes com a presença de dirigentes nacionais e procurando – se justificável – apoio e/ou parcerias com o próprio Partido.

A publicitação destes actos e das respetivas tomadas de posição, junto dos meios de comunicação regionais, locais e redes sociais, afigura-se como nuclear.

Colaborar, exigindo da estrutura nacional preparação para um apoio (essencialmente) logístico eficaz.

Colaborar, disponibilizando-se para integrar listas aos órgãos do Partido e aos diferentes actos eleitorais nacionais e locais, não abdicando das inerências que o PSD prevê nos seus estatutos.

ORGANIZAR

A organização central dos TSD é deveras importante para que a estrutura funcione, quer a nível central quer a nível distrital, ou até nas secções laborais e núcleos de empresa.

Aparentemente, tudo parece funcionar, mas falta eficácia à designada “máquina central”. Não é sequer uma questão de meios – existem meios humanos e físicos. É necessário organizar procedimentos, gestão de meios e logística.

Se é verdade que nem todos os dirigentes são profissionais (da política e política sindical), com os meios disponíveis é possível, certamente, fazer muito mais e melhor.

Repensar a organização interna e adequá-la aos desafios da digitalização será o caminho, na procura de polivalência em contraponto à segmentação de tarefas, apostar na formação contínua e modernizar algumas ferramentas de trabalho, torna-se (também) importante – são numerosas as questões recorrentes, com anos...

COMUNICAR

Comunicar é, quiçá a par de organizar, a acção mais importante de uma estrutura como os TSD.

Salvo opinião mais competente, os TSD estão muito aquém do desejável em relação à concretização das suas intenções.

Para além da presença institucional que um site na internet representa – mas que “não existe” há anos – a ausência total das redes sociais é incompreensível nos dias de hoje. Deveríamos repensar a forma e regularidade dos tradicionais comunicados – os TSD têm capacidade e massa crítica para intervir com mais regularidade, publicitando as nossas posições sobre as diferentes matérias do mundo laboral que quase diariamente vão ocorrendo.

Comunicar sem critério e eficiência não aproxima a estrutura do seu público alvo nem dos militantes, pelo que se impõe uma verdadeira aposta nas novas tecnologias de comunicação.

DINAMIZAR

Uma estrutura como os TSD vive, necessariamente, de processos fortes de dinamização e filiação permanente.

É conhecida a crise prolongada, nesta área, que se estende da sindicalização até às estruturas partidárias, que não tem sido fácil contrariar.

Neste sentido, ganha especial relevância a capacidade e a forma de comunicar (antes referida) para atrair as gerações mais jovens que persistem em virar as costas ao meio associativo, que o actual contexto sócio-económico favorece.

Uma acção de proximidade, junto dos trabalhadores e das empresas, numa presença (também) física, com uma mensagem sem ambiguidades pode fazer a diferença na forma como podemos demonstrar o nosso envolvimento na defesa das questões de quem trabalha por conta de outrem.

Por outro lado, o sucesso e correspondentes dinâmicas de uma estrutura, vivem muito da motivação que os seus órgãos dirigentes imprime e transmite às bases, pelo que as iniciativas e a interacção entre órgãos dirigentes pode assumir especial relevância.

REVIGORAR

Revigorar também é mudar, renovando... desejadamente para melhor, quer estando a falar de pessoas ou de estratégias político-sindicais.

Devemos ser capazes de distinguir aquilo que pode ser melhorado daquilo que pode (ou tem que) ser mudado.

Com 39 anos celebrados no passado mês de Janeiro, os TSD têm bem definida a sua posição político-sindical e social, e os portugueses sabem disso.

A capacidade conciliadora e negociadora (mas também reivindicativa) dos TSD enquadra-se nos princípios democráticos do Sindicalismo, no respeito pela autonomia dessas estruturas, reflectido na presença de dirigentes e outros militantes na UGT e na USI que, contudo, não se pode cingir ao simples preenchimento ou procura de lugares.

O papel do Conselho Económico Social (CES) é fundamental para o bom funcionamento da democracia e do diálogo social, e a sua acção deverá ser defendida, valorizada e respeitada. A defesa dos portugueses, dos valores humanistas e da liberdade passa por organizações fortes e democraticamente eleitas, pelo que não toleraremos que o CES seja condicionado por autoritarismos governamentais ou forças que renunciam ao diálogo social.

Porque (também) é um partido de trabalhadores, o PSD precisa de causas político-laborais (quer em termos de legislação laboral quer em termos de grandes desígnios sociais e de vida dos trabalhadores) em que quem trabalha por conta de outrem se reveja... e os TSD têm que ser capazes de ser os protagonistas deste processo de identificação, análise e definição.

Sabemos que os meses que se avizinham, e que corresponderão ao mandato dos novos órgãos a eleger neste Congresso, serão complicados mercê dos profundos problemas económicos e sociais do país de que resultaram, nestes anos de governação socialista, fortes desequilíbrios entre ricos e pobres, forte dependência



do estado e níveis elevados de compadrio e corrupção que, no limite, pode trazer convulsão social!

Acreditamos que os próximos meses poderão proporcionar significativas mudanças na condução dos destinos do nosso País.

É por isso que os TSD têm de estar bem preparados, motivados e mobilizados para lembrar ao Partido Social Democrata, que é fundamental promover o desenvolvimento económico, verdadeiras reformas estruturais na justiça, na saúde e na educação, criação de emprego, alívio da carga fiscal, adoptando medidas que nos conduzam a um caminho de viragem, com esperança e com confiança dos portugueses.



Viva os Trabalhadores Social Democratas!

Viva os Trabalhadores Portugueses!

ASSEMBLEIA DISTRITAL / SECRETARIADO DISTRITAL DE BRAGA
Rua Santa Margarida nº 2A - 2ºD / S6, 4710-306 Braga
253 248 081 * tsd.braga@gmail.com
[facebook.com/TsdBraga](https://www.facebook.com/TsdBraga)

Este texto foi escrito no respeito pelo anterior Acordo Ortográfico.

MOÇÃO C

MOÇÃO DOS TSD
PORTO

Honrar as Origens

Reconquistar o Presente

Assegurar o Futuro

As estruturas políticas, os partidos, enfrentam atualmente uma tremenda dificuldade no que respeita à sua capacidade de dialogarem e de envolverem os cidadãos na sua intervenção e na definição da sua mensagem.

Ao contrário do PSD, a estrutura dos TSD não tem sido capaz de, paulatinamente, implementar as transformações necessárias ao contexto em que vivemos, intervindo assim com um modelo estatutário e de funcionamento muito retrógrado, como acabamos de referir, distante das evoluções que o PSD já tem vindo a introduzir no seu próprio funcionamento.

O mundo transformou-se profundamente nos últimos 30 anos, sem que os TSD e a maioria das organizações voltadas para o mundo laboral tivessem acompanhado essa evolução. Os TSD têm de assumir o desafio de perceber as transformações sociais, culturais e conceptuais que se verificam no mundo laboral e ajustar a sua intervenção, organização e funcionamento de modo a ser com elas coerente.

Desde a sua génese os TSD tiveram apenas dois líderes: Arménio Santos e Pedro Roque, a quem expressamos a nossa gratidão! Temos muito orgulho na nossa história e no nosso legado e esperança no futuro. Mas se não assumimos a coragem de entender que o mundo laboral e as suas dinâmicas se transformaram e a elas nos adaptarmos, o nosso futuro não será compatível com a nossa história.

A limitação de mandatos introduzida na última revisão estatutária não resolve o problema. Se por um lado resolve a questão com a limitação dos mandatos, por outro lado, os mandatos passaram de dois para quatro anos. Ora, um horizonte de quatro anos, é demasiado tempo sem entrada de novas pessoas para os órgãos, sem novas ideias e novas dinâmicas, fazendo-se refletir no desempenho e imagem dos TSD.

Metaforicamente expressando, é um organismo vivo que fica sem se oxigenar demasiado tempo (4 anos), e há células que todos sentimos que vão morrendo, sem nada podermos fazer para as regenerar ou substituir.

A justificação deste estado, ou deste modelo de funcionamento, pode ser o da aproximação à generalidade dos modelos das organizações sindicais. Não concordamos com esta justificação, pois temos de nos aproximar somente aos melhores modelos para que assim os dirigentes dos TSD possam saber/conhecer e querer introduzir as urgentes mudanças precisamente nessas organizações laborais em que dão o seu contributo em prol dos trabalhadores. Não temos, nem devemos, de nos aproximar ou equiparar às organizações que não pretendem deliberadamente evoluir e melhorar, pois essas entrarão em desuso pela falta de associados que já não se reveem nos seus ideais de defesa do mundo laboral. E conhecemos tantas, infelizmente.

Em suma, uma organização que não se renova, que não evolui de acordo com as alterações que ocorrem na sociedade e no mundo laboral, a prazo morre. De destacar que o mundo laboral não se resume às suas instituições e organizações, o mundo laboral é na sua essência os trabalhadores, nos seus mais diversos formatos e vínculos laborais, é para dar resposta a esses que nós existimos.

Nesta linha, e sem descurar, **temos de nos aproximar também dos movimentos de trabalhadores e do mundo laboral, criados fora do âmbito da UGT e com capilaridade diversa e independente.** Reconhecemos que é inegável o sucesso e a marca de estabilidade que a UGT deixa na concretização e assinatura dos acordos de concertação social, e revela-se, por isso, insubstituível no seu contributo para a paz social. Mas não chega! Para os trabalhadores não tem sido suficiente o papel que os sindicatos nos moldes convencionais, desempenham na defesa dos direitos dos trabalhadores, o que faz resultar, portanto, associações de trabalhadores avulsas e mais radicais. Os sindicatos filiados na UGT, pela crescente força da tendência socialista conquistada ao longo dos últimos anos, são sempre mais agitadores em tempos de governos PSD, e mais adormecidos em governos do PS. São as lógicas de poder que dentro dos sindicatos também não se renovam, não se abrem aos

jovens, e ao conhecimento e à inovação, e os TSD aqui têm de assumir a sua quota parte de responsabilidade! Assunção de responsabilidades para quem está há décadas nestes lugares, e esperança para os mais novos; aos mais novos resta a esperança, a espera e manter a motivação de continuar a contribuir, nem que seja de fora para dentro.

A estrutura nacional dos TSD deve desenvolver melhor e de forma sistemática o seu trabalho de **acompanhamento da Tendência Social Democrata nos sindicatos**, pois há coordenadores de tendência social democrata que não reúnem as suas equipas, não dialogam e não criam oportunidades para os seus pares dentro dos sindicatos, chegando até a hostilizarem-se mutuamente, inibindo-se em comunicar e dialogar com a estrutura nacional dos TSD. Cada organização tem a sua autonomia, é verdade, mas a hierarquia e a força de uma cadeia de comando deve existir e funcionar. Pois se a estrutura dos TSD não servir para exercer a sua influência nestas organizações e aplicar as suas linhas programáticas e ideológicas, então resta-nos muito pouco para nos mantermos com um propósito de vida e sermos úteis ao mundo laboral.

Temos de ser voz e ser acolhedores para os **trabalhadores que não são sindicalizados**, nem se reveem nestes modelos de funcionamento das estruturas representativas dos trabalhadores. Nenhum trabalhador pode ficar para trás! Aliás, é mínima a percentagem de trabalhadores que estão sindicalizados e não se vê inversão desta tendência a curto/médio prazo.

Uma estrutura como os TSD é fundamental para representar os anseios, as preocupações, a vontade e dar uma esperança de um futuro melhor para todos aqueles que não se revêm e não se sentem representados por outras estruturas de trabalhadores. Caso os TSD não ocupem este espaço, ele será deixado ao acaso de posturas mais radicais e vulneráveis à exploração de populismos, que na maior parte das vezes se esgotam no protesto com poucos resultados e mudanças efetivas. Nós defendemos o princípio da negociação e conciliação de posições, que possam provocar mudanças estruturais, a evolução da sociedade e as consequentes alterações no mundo laboral, algo dificilmente concretizável caso não exista contraponto às estruturas patronais ou esse contraponto esteja radicalizado.

A revolução digital em curso produziu uma verdadeira rutura no modo como tradicionalmente as organizações se estruturam e como as relações se estabelecem. Temos de nos adaptar, e saber levar e receber mais informação dos militantes e dos cidadãos, e saber responder às necessidades dos trabalhadores neste novo quadro evolutivo do mundo laboral e empresarial.

Do ponto de vista da organização interna, temos de atualizar ficheiros distritais, por iniciativa nacional, evitar a refiliação, mas se for esse o único caminho, terá de ser. A estrutura tem de saber em cada distrito, em cada área laboral, com quem conta e quem quer ser militante em pleno direito, por isso um modelo de pagamento de quotas obrigatório, mesmo que simbólico, poderia resolver parte desse problema, porque saber-se-ia que quem não atualizasse a sua quota, revelaria naturalmente a vontade de não querer estar na militância.

Após a devida atualização dos cadernos eleitorais, a estrutura fica preparada para a **realização de eleições diretas**, à semelhança das que já se realizam para os órgãos distritais dos TSD, capazes de envolver todos os militantes nessa escolha do líder dos TSD e não limitarmos este processo nacional a um grupo tão restrito de Delegados em congresso, como estamos aqui hoje, tão pouco representativo da base da militância. Não será descabido copiarmos, assim, o modelo de eleição semelhante ao do nosso do Partido. O Líder a ser eleito pelas bases e o Congresso na fase seguinte, trataria da eleição dos demais órgãos nacionais.

Atualmente o nível de exigência dos cidadãos e dos militantes em particular, acompanha a capacidade de acesso à informação de que dispõem – sendo hoje praticamente ilimitada. As organizações, as relações profissionais e sociais funcionam e estabelecem-se em rede, numa lógica colaborativa, e a capacidade de intervenção e de influência encontra-se à distância de um clique não reclamando qualquer mecanismo de mediação ou intermediação de qualquer espécie.

Continuamos, desde as últimas décadas, a ignorar a realidade e o contexto em que vivemos, mantendo-nos nesse ponto de vista, congelados no tempo.

O processo organizativo, os mecanismos de decisão e de participação e os processos de diálogo e de relacionamento com os militantes e com os cidadãos continuam estruturados de forma a parecerem ignorar a realidade em que efetivamente vivemos.

Não só as consequências são evidentes, na **falta de reconhecimento público da estrutura, para o exterior e junto do partido**, como perdemos a oportunidade de nos colocarmos na vanguarda do discurso político no domínio laboral com as vantagens inerentes que essa circunstância nos traria.

A verdade é que a teimosia dos TSD em manter-se organizado de acordo com as regras de um tempo que já passou, tem conduzido a um crescente afastamento dos cidadãos e dos militantes em relação à atividade da estrutura, a uma enorme dificuldade em atrair talento para a organização. Não se pode conduzir um veículo a olhar exclusivamente para o espelho retrovisor, é fundamental projetar o futuro enquadrado na realidade, a ausência desta visão tem tido como consequência paulatina, a diminuição da relevância e influência dos TSD enquanto estrutura autónoma na estrutura do PSD.

O XV Congresso Nacional dos TSD traz uma oportunidade estruturante para definirmos um calendário para se redefinir a nossa organização adequando-a às exigências dos tempos que vivemos. Uma revisão estatutária será, assim, uma oportunidade para se introduzir na organização dos TSD mecanismos para as mudanças necessárias.

O XV Congresso Nacional deve, assim, ser o primeiro momento do início de um processo que se deve desenvolver durante os próximos 12 meses, liderado pelo Secretariado Executivo Nacional, a quem caberá designar uma **Comissão de Revisão dos Estatutos dos TSD**, promovendo um debate e uma reflexão ponderada e participada envolvendo também o partido e outros agentes externos à organização TSD, para que a meio do mandato que agora se inicia, se realize um congresso extraordinário para revisão estatutária, permitindo que o atual Secretário Geral finalize os seus últimos dois anos de mandato, já numa nova moldura funcional e estatutária.

Aprovar reformas tão sérias e estruturantes como as que o partido reclama para o país, exige um enorme envolvimento dos militantes, dos cidadãos e

das estruturas do partido; seria uma irresponsabilidade coletiva dos TSD e de cada um de nós, individualmente, ignorarmos a necessidade de nos adequarmos aos novos tempos.

Temos os olhos postos no futuro e não nos resignamos a que os TSD cristalizem no tempo. Aspiramos a que os TSD voltem a liderar a agenda no mundo laboral e se afirmem como um farol de esperança para os trabalhadores.

Moção resultante de uma **reflexão coletiva, obtida de contributos de diversos dirigentes**, ao longo dos últimos 4 anos, aprovada em reunião da Assembleia Distrital dos TSD Porto, de 12 de janeiro de 2023.

A apresentação desta moção ao XV Congresso Nacional dos TSD será proferida por **Carla Barros, Presidente da Distrital TSD Porto**.